

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CONTABILIDADE**

Leonardo Silveira do Nascimento

**A EFETIVIDADE DOS CICLOS POLÍTICOS NOS MUNICÍPIOS
BRASILEIROS: UMA ABORDAGEM CONTÁBIL**

Dissertação de Mestrado submetida ao
Programa de Pós-Graduação em
Contabilidade da Universidade Federal
de Santa Catarina para obtenção do
Grau de Mestre em Contabilidade.
Orientador: Prof. Dr. Ernesto Fernando
Rodrigues Vicente

Florianópolis-SC

2011

**Catálogo na fonte elaborada pela biblioteca da
Universidade Federal de Santa Catarina**

N244e Nascimento, Leonardo Silveira do
A efetividade dos ciclos políticos nos municípios
brasileiros [dissertação] : uma abordagem contábil / Leonardo
Silveira do Nascimento ; orientador, Ernesto Fernando
Rodrigues Vicente. - Florianópolis, SC, 2011.
122 p.: il., tabs., quadros

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro Sócio-Econômico. Programa de Pós-Graduação
em Contabilidade.

Inclui referências

1. Contabilidade. 2. Contabilidade pública. 3. Finanças
públicas. 4. Eleições - Brasil - Aspectos econômicos. I.
Vicente, Ernesto Fernando Rodrigues. II. Universidade Federal
de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Contabilidade.
III. Título.

CDU 657

Leonardo Silveira do Nascimento

**A EFETIVIDADE DOS CICLOS POLÍTICOS NOS MUNICÍPIOS
BRASILEIROS: UMA ABORDAGEM CONTÁBIL**

Esta Dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de "Mestre em Contabilidade", e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Contabilidade da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis-SC, 19 de abril de 2011.

Prof. José Alonso Borba, Dr.
Coordenador do Curso

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Ernesto Fernando Rodrigues Vicente
Orientador
Universidade Federal de Santa Catarina (PPGC/UFSC)

Prof. Dr. Leonardo Flach
Universidade Federal de Santa Catarina (PPGC/UFSC)

Prof. Dr. Lino Martins da Silva
Membro Externo
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPCC/FAF/UERJ)

Prof. Dr. Luiz Alberton
Universidade Federal de Santa Catarina (PPGC/UFSC)

Dedico este trabalho à minha amada esposa Luciana pela sua compreensão e apoio incondicional durante essa minha empreitada, à minha querida filha Maria Luísa, fonte de inspiração com seus sorrisos e sua alegria incomparável e aos meus pais Carlos e Rosália.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de aproveitar este espaço para agradecer ao meu orientador Prof. Dr. Ernesto Fernando Rodrigues Vicente pelas parcerias e valorosas contribuições aos meus estudos, aos professores do PPGC/CSE/UFSC pelo profissionalismo e competência na condução das atividades acadêmicas e de pesquisa, aos colegas pelas trocas de informações valiosas na elaboração dos trabalhos e ao pessoal da Secretaria do Programa pelo inestimável auxílio aos nossos pleitos.

Um agradecimento especial ao colega Sérgio Pereira do Espírito Santo, parceiro dos trabalhos acadêmicos, artigos, congressos e conversas nos intervalos.

Agradeço, ainda, aos ilustres professores da banca examinadora deste trabalho pelas contribuições fornecidas, os Professores Doutores: Ernesto Fernando Rodrigues Vicente, Lino Martins da Silva, Leonardo Flach, Luiz Alberton e Sérgio Murilo Petri.

A política é a condução dos assuntos públicos
para o proveito dos particulares.

(Ambrose Bierce, 1842-1913)

RESUMO

Com base nas teorias dos ciclos políticos, este estudo tem o objetivo de demonstrar de que forma os indicadores contábeis podem estar relacionados ao comportamento "oportunista" dos governantes, entendido como aquele que é direcionado à sua permanência no poder ou a de seus aliados políticos. Partiu-se de uma amostra de 3.404 municípios brasileiros de 1997 a 2008 abrangendo os períodos que culminaram com as eleições para o cargo de Prefeito Municipal ocorridas nos anos de 2000, 2004 e 2008. Foi utilizado o método estatístico da regressão logística com dados em painel. Os resultados apontam para o fato de que nem todas as variáveis analisadas exercem influência na probabilidade de recondução, contudo, os efeitos mais significativos foram: i) em relação ao Resultado Orçamentário e ao Resultado Orçamentário Corrente, em que uma elevação dos mesmos em anos eleitorais significa a redução da probabilidade de recondução; ii) os relativos à geração de caixa em anos eleitorais e pós-eleitorais, que ocasionam o efeito de elevação na probabilidade de recondução; iii) em relação ao resultado financeiro apurado no balanço patrimonial, em que uma elevação em anos pré-eleitorais impacta positivamente nas chances de recondução; e iv) referentes às despesas de investimentos, em que foram encontradas evidências de ciclos políticos mais contundentes no sentido de elevá-las de forma a aumentar a probabilidade de recondução. Os demais resultados da pesquisa, em sua maioria, confirmaram as hipóteses iniciais e encontraram respaldo na teoria e em trabalhos empíricos progressos. Diante dos resultados, conforme o esperado, a assimetria informacional exerce uma influência significativa nos ciclos políticos nos municípios brasileiros, fazendo com que, para permanecer no poder, os governantes se aproveitem de uma possível falta de racionalidade do eleitor e da incapacidade do mesmo em antever comportamentos "oportunistas".

Palavras-chave: Contabilidade Pública. Ciclos Políticos. Finanças Públicas.

ABSTRACT

Based on the political cycles theories, this paper aims to demonstrate how the accounting indicators can be related to an "opportunistic" behavior of the governors, seen as one who is directed to them hold on power or its political allies. We started from a sample of 3,404 Brazilian municipalities from 1997 to 2008 covering the period leading up to the elections for the office of Mayor occurring in the years 2000, 2004 and 2008. We used the statistical method of logistic regression with panel data. The results point to the fact that not all variables influence the likelihood of reelection of the governor or the election of its political allies, however, the most significant effects were: i) in relation to Budget Balance and the Current Budget Balance, in which an elevation in election years means reducing the likelihood of reelection, ii) those relating to cash generation in election years and post-election years, which cause the effect of high probability of reelection; iii) compared to net financial result in the balance sheet, in which a rise in pre-election years have a positive impact on the chances of reappointment, and iv) relating to investment spending, in which we found evidence of political cycles in the most emphatic sense to raise them in order to increase the likelihood of reelection. The other results of the survey, mostly confirmed the initial hypothesis and found support in theory and in previous empirical work. Given the results, as expected, the informational asymmetry exerts a significant influence on political cycles in the municipalities, so that, to remain in power, governments can take advantage of a lack of rationality of the voters and their inability to foresee the "opportunistic" behavior pointed to the reelection.

Keywords: Public Sector Accounting. Political Cycles. Public Finance.

LISTA DE FIGURAS

Figura 3.1 - Enquadramento metodológico.....	64
Figura 3.2 - Ilustração da estrutura do gráfico de frequência absoluta de citações dos artigos selecionados.....	67
Figura 3.3 - Anos do ciclo eleitoral considerados no estudo.....	76
Figura 3.4 - Curva Logística.....	78
Figura 4.1 - Reprodução da tela de output do SPSS em que consta o percentual de acerto do modelo logístico com todos os ciclos eleitorais.....	89

LISTA DE QUADROS

Quadro 2.1 - Tipologia dos ciclos políticos.....	37
Quadro 2.2 - Resumo de trabalhos selecionados sobre ciclos políticos no Brasil que aferiram a influência de variáveis fiscais e orçamentárias na probabilidade de reeleição dos governantes.....	51
Quadro 2.3 - Resumo de trabalhos selecionados sobre ciclos políticos no Brasil que buscaram caracterizar os ciclos políticos por meio de alterações nas variáveis fiscais e orçamentárias na esfera municipal.....	52
Quadro 2.4 - Resumo de trabalhos selecionados sobre ciclos políticos no Brasil que buscaram caracterizar os ciclos políticos por meio de alterações nas variáveis fiscais e orçamentárias na esfera estadual.....	53
Quadro 2.5 - Principais demonstrativos contábeis e as possíveis informações relevantes para a caracterização dos ciclos políticos.....	61
Quadro 3.1- Variáveis contábeis e orçamentárias a serem utilizadas na análise.....	72
Quadro 3.2 - Variáveis de controle a serem utilizadas na análise.....	73
Quadro 3.3 - Exercícios analisados e mandatos abrangidos.....	75

LISTA DE TABELAS

Tabela 3.1- Distribuição dos Municípios constantes da amostra por UF.....	74
Tabela 3.2 - Distribuição dos Municípios constantes da amostra por Região.....	75
Tabela 4.1- Resultado do melhor ajuste da regressão logística efetuada com as variáveis contábeis considerando todas as eleições em análise (2000, 2004 e 2008).....	81
Tabela 4.2 - Resultado do melhor ajuste da regressão logística efetuada com as variáveis contábeis considerando somente as eleições de 2000.....	83
Tabela 4.3 - Resultado do melhor ajuste da regressão logística efetuada com as variáveis contábeis considerando somente as eleições de 2004.....	84
Tabela 4.4 - Resultado do melhor ajuste da regressão logística efetuada com as variáveis contábeis considerando somente as eleições de 2008.....	86
Tabela 4.5 - Resumo dos resultados das regressões logísticas efetuadas.....	87
Tabela 4.6 – Resumo dos resultados significativos das variáveis de controle.....	90
Tabela 4.7 – Resumo dos resultados significativos das variáveis <i>res_orc</i> e <i>res_orccor</i>	94
Tabela 4.8 – Resumo dos resultados significativos da variável <i>desp_invest</i>	98
Tabela 4.9 – Resumo dos resultados significativos da variável <i>desp_pessoal</i>	100
Tabela 4.10 – Resumo dos resultados significativos da variável <i>trvol_est</i>	102
Tabela 4.11 – Resumo dos resultados significativos das variáveis <i>sd_rpnproc</i> e <i>sd_rpproc</i>	103
Tabela 4.12 – Resumo dos resultados significativos da variável <i>ger_caixa</i>	106
Tabela 4.13 – Resumo dos resultados significativos da variável <i>res_fin</i>	107
Tabela 4.14 – Resumo dos resultados significativos da variável <i>div_ativa</i>	109

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- BDTD - Biblioteca Digital de Teses e Dissertações.
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.
DVP - Demonstração das Variações Patrimoniais.
FINBRA - Finanças do Brasil da Secretaria do Tesouro Nacional.
FIV - Fator Inflacionário da Variância.
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
IPEA - Instituto de Pesquisa Econômicas Aplicadas.
JCR - *Journal Citation Report*.
LRF - Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000).
MEC - Ministério da Educação.
RO - Resultado Orçamentário.
ROC - Resultado Orçamentário Corrente.
SPSS – *Statistical Package for the Social Sciences*
STN - Secretaria do Tesouro Nacional.
TSE - Tribunal Superior Eleitoral.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	25
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO.....	25
1.2 PROBLEMA DE PESQUISA.....	28
1.3 OBJETIVOS DA PESQUISA.....	28
1.4 JUSTIFICATIVA DO ESTUDO	29
1.5 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA	30
1.6 ORGANIZAÇÃO DO ESTUDO.....	31
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	33
2.1 A EVOLUÇÃO DAS TEORIAS DOS CICLOS POLÍTICOS... 33	
2.2 TRABALHOS EMPÍRICOS RELEVANTES ACERCA DOS CICLOS POLÍTICOS	38
2.2.1 Pesquisas relacionadas ao montante das receitas e despesas e à composição dos gastos públicos	38
2.2.2 Pesquisas relacionadas à influência da maturidade da democracia e do grau de desenvolvimento econômico na política fiscal com fins eleitorais	40
2.2.3 Pesquisas relacionadas a outros fatores que exercem influência na política fiscal com fins eleitorais	42
2.2.4 Estudos empíricos sobre os ciclos políticos no Brasil.....	44
2.3 CONSIDERAÇÕES SOBRE AS INTERAÇÕES ENTRE A INFORMAÇÃO CONTÁBIL, A GOVERNANÇA NO SETOR PÚBLICO E OS CICLOS POLÍTICOS	55
3 METODOLOGIA DA PESQUISA.....	63
3.1 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO	63
3.2 PROCEDIMENTOS PARA SELEÇÃO DO REFERENCIAL TEÓRICO	65
3.2.1 Seleção de artigos internacionais	66
3.2.2 Seleção de artigos nacionais	69
3.2.3 Seleção de dissertações e teses.....	69
3.3 PROCEDIMENTOS PARA COLETA E ANÁLISE DOS DADOS.....	70
4 RESULTADOS.....	81
4.1 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS	81
4.2 ANÁLISE DOS RESULTADOS À LUZ DO REFERENCIAL TEÓRICO	89
4.2.1 Variáveis de controle	90

4.2.2 Resultado Orçamentário e Resultado Orçamentário Corrente.....	93
4.2.3 Despesas de investimentos.....	97
4.2.4 Despesas de pessoal.....	99
4.2.5 Receitas de transferências voluntárias.....	101
4.2.6 Restos a pagar	102
4.2.7 Geração de caixa.....	105
4.2.8 Resultado Financeiro do Balanço Patrimonial.....	107
4.2.9 Dívida Ativa.....	109
5 CONCLUSÃO.....	111
REFERÊNCIAS.....	115

1 INTRODUÇÃO

Nesta seção, serão apresentadas as linhas gerais da pesquisa por meio da contextualização do tema em estudo e da definição do problema e dos objetivos geral e específicos. Além disso, serão expostas as justificativas e considerações acerca da delimitação e da organização do trabalho.

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

Segundo a teoria econômica do bem-estar (*welfare economics*), quando há competição em um mercado, a alocação de recursos caracteriza-se pelo fato de que é impossível alcançar o chamado “bem-estar geral”, ou seja, um indivíduo, ao aumentar o seu grau de satisfação estará gerando uma piora na situação de outro indivíduo e o Estado cumpriria, então, o seu papel regulador, minimizando essas falhas de mercado (GIAMBIAGI e ALÉM, 2008). Em complemento à noção de bem-estar geral dos administrados, a qual está ligada aos conceitos de eficiência e eficácia na implementação das políticas públicas, há a Teoria da Escolha Pública (*Public Choice Theory*) que, por meio de diversas vertentes, explica de que forma os governantes desviam-se desse foco e se concentram apenas nos benefícios eleitorais advindos da implementação dessas políticas. Assim haveria, na realidade, falhas de governo ao invés de falhas de mercado.

A importância das eleições na política macroeconômica e nas finanças públicas deu origem a duas linhas de investigação que se desenvolveram à luz da Teoria da Escolha Pública. Essas linhas de pesquisa são: A teoria dos ciclos político-econômicos ou dos ciclos políticos negociais (*political business cycles*), e as teorias dos ciclos político-orçamentários (*political budget cycles*). As primeiras, de maior abrangência, relacionam-se às decisões macroeconômicas como um todo, enquanto que as segundas, dizem respeito somente à política fiscal, a qual é consubstanciada no orçamento público e sua execução. Em síntese, as teorias dos ciclos políticos alinham-se à Teoria da Escolha Pública, uma vez que “[...] focalizam suas atenções nas decisões (econômicas e/ou políticas) a serem tomadas pelos governantes de forma a induzir sua permanência no poder” (OLIVEIRA, 2008, p. 16).

O trabalho que serviu de base para o desenvolvimento da teoria dos ciclos político-econômicos foi formulado por Nordhaus (1975) e nele, pela primeira vez, foi descrito o comportamento dos diversos agentes econômicos em virtude das eleições, ao estabelecer um modelo de escolha pública intertemporal em que as decisões são tomadas sob um viés político. O problema analisado pelo autor foi referente à escolha entre inflação e desemprego, a qual, segundo a teoria econômica, apresenta um *trade-off*, ou seja, há uma relação inversa entre essas variáveis traduzida na Curva de Phillips. No estudo, houve a comprovação de que esta escolha impacta na decisão dos eleitores e os governantes tendem a adotar políticas macroeconômicas austeras nos primeiros anos de mandato e mais expansionistas na proximidade das eleições.

Com base no trabalho pioneiro de Nordhaus (1975), Rogoff e Sibert (1988) propuseram a teoria dos ciclos político-orçamentários (*political budget cycles*), a qual possui o foco principal na política fiscal e parte do princípio de que, em anos eleitorais, os governos de todos os níveis usualmente incorrem em aumento dos gastos públicos, renúncia de receitas tributárias, aumento de transferências e as despesas orçamentárias são direcionadas para projetos de grande e imediata visibilidade (ROGOFF e SIBERT, 1988).

Segundo Ferreira e Bugarin (2007), a teoria dos ciclos político-orçamentários representa um refinamento da teoria que aborda os ciclos político-econômicos, pois, segundo ela, os eleitores não observam diretamente a competência administrativa dos políticos e, além disso, a existência de informação incompleta e assimétrica proporciona ao político o incentivo de distorcer a política fiscal pré-eleitoral de forma a aumentar a probabilidade de reeleição ou a de seus aliados políticos e o orçamento público passa a ser uma peça fundamental nessas pretensões.

O gestor de um ente governamental pode tomar diversos caminhos na condução das políticas públicas, o que irá interferir em toda a sociedade. Segundo o seu conceito moderno, o orçamento público, em uma sociedade democrática, materializa os programas de governo a serem implementados e reflete as escolhas dos governantes com relação à política fiscal e ao montante de recursos alocados a cada uma das políticas públicas definidas no plano de governo (HOU e SMITH, 2009).

Em relação ao viés político que pode estar implícito no Orçamento Público, Silva (1996) argumenta que os políticos são escolhidos para escolher pelos outros, ao realizarem as chamadas “escolhas públicas”, que consistem em decisões acerca do que deve ser

produzido e quanto, em termos de bens e serviços públicos. Nessas decisões, o governante é submetido aos grupos de pressão (*rent-seekers* ou “caçadores de renda”), que correspondem a determinados segmentos da sociedade que tendem a buscar o máximo proveito da alocação dos recursos públicos, buscando alinhá-los aos seus interesses (BUCHANAN E TULLOCK, 1962). Como esses grupos de pressão, via de regra, não podem implementar as suas escolhas diretamente, eles se utilizam sobretudo do artifício democrático do voto, o qual é confiado a um representante que apresente propostas segundo os interesses dos grupos. Com isso, a elaboração e a execução do orçamento público podem adquirir um papel revelador do resultado dessas pressões dos *rent-seekers* e dos interesses dos próprios representantes eleitos pela população.

A Contabilidade Aplicada ao Setor Público está intimamente ligada à gestão da política fiscal e à execução do orçamento público e, portanto, as escolhas dos governantes voltadas à maximização da possibilidade de sua reeleição ou a de seus aliados também deverá ser refletida nos registros contábeis e nas demonstrações divulgadas advindas desses registros.

Conforme o pensamento de Moonitz (1962), os demonstrativos contábeis deveriam evidenciar o que for necessário, a fim de não torná-los enganosos. Em complemento ao entendimento que se limita a assumir que uma informação somente deve ser verdadeira, sem se preocupar com a sua qualidade, apresenta-se Niyama e Silva (2008), que partem do princípio de que quanto melhor a informação, melhor a qualidade da decisão. Nessa última visão, não basta que os demonstrativos reflitam a realidade, sendo necessário também que apresentem informações com qualidade suficiente para subsidiar as decisões dos gestores.

Por outro lado, Aboody e Kaznik (2000) concluíram que as entidades costumeiramente privilegiam a evidenciação de informações que irão impactar positivamente na sua relação com os usuários externos (*stakeholders*) e, assim, as divulgam tempestivamente. Já as informações ditas “ruins” são mitigadas ou omitidas nos demonstrativos contábeis. Portanto, os demonstrativos contábeis podem estar contaminados com interesses particulares dos agentes envolvidos com a entidade.

Ante o exposto, verifica-se que os indicadores obtidos das demonstrações contábeis podem sinalizar a existência de manipulações fiscais “eleitoreiras” conforme definido nas teorias dos ciclos políticos. Essas manipulações podem ocorrer tanto na própria condução das

políticas econômica e fiscal, como também na omissão de informações ou na apresentação de informações enviesadas nos demonstrativos contábeis.

Existem muitos trabalhos que buscam evidências da existência e efetividade das teorias dos ciclos políticos por meio de indicadores econômicos e de política fiscal, sem conceber que a principal fonte de informações acerca do orçamento público e, conseqüentemente da condução da política fiscal, é a Contabilidade Aplicada ao Setor Público. Assim, este trabalho busca ajudar a suprir essa lacuna na literatura.

1.2 PROBLEMA DE PESQUISA

Nesse contexto, este estudo busca responder a seguinte pergunta de pesquisa: De que forma as demonstrações contábeis dos municípios brasileiros podem revelar a efetividade dos ciclos políticos e, dessa forma, fornecer à sociedade importantes ferramentas de detecção de comportamentos “oportunistas” por parte dos governantes?

1.3 OBJETIVOS DA PESQUISA

O objetivo geral da pesquisa é o de demonstrar como os indicadores contábeis podem estar relacionados ao comportamento "oportunistas" dos governantes, voltado à recondução de um governante e/ou de seus aliados políticos ao mesmo cargo no mandato seguinte.

Os objetivos específicos são os seguintes:

- i. estabelecer a relação entre as teorias dos ciclos políticos e seus desdobramentos e a Contabilidade Aplicada ao Setor Público;
- ii. justificar a relação de alguns indicadores obtidos das demonstrações contábeis do setor público que influenciam na reeleição de um governante (ou de seus aliados) com as teorias dos ciclos políticos;
- iii. estimar a probabilidade de recondução em razão de alterações nas variáveis contábeis e orçamentárias.

1.4 JUSTIFICATIVA DO ESTUDO

Uma das justificativas do presente estudo é justamente o fato de que os trabalhos mais recentes acerca dos ciclos políticos concentram-se apenas nas variáveis econômicas e orçamentárias (receitas e despesas públicas) ou não levam em consideração um possível reflexo de manipulações "eleitoreiras" nas demonstrações contábeis das entidades do setor público.

Existem diversas pesquisas destinadas à investigação e detecção dos ciclos políticos no Brasil. Dentre esse trabalhos, pode-se citar os de Cançado e Araújo Junior (2004), Ferreira e Bugarin (2007), Santos Filho et al (2009), Sakurai e Menezes-Filho (2008), Bittencourt e Hillbrecht (2003), Sakurai (2005), Arvate, Mendes e Rocha (2010), dentre outros. Na análise desses estudos, verificou-se que todos eles buscaram analisar as variáveis relacionadas às políticas econômica e fiscal e, embora tenham apresentado análises da execução orçamentária (com foco principal nas despesas públicas), os mesmos não foram feitos utilizando-se das informações extraídas das demonstrações contábeis das entidades do setor público.

O estudo de Oliveira (2008) trouxe uma nova perspectiva ao utilizar indicadores contábeis e de política fiscal para analisar as características dos gastos públicos maximizadores de votos executados pelos Chefes do Poder Executivo nos municípios fluminenses nos anos de 1998 a 2006. No entanto, o autor, diferentemente do que se propõe o presente estudo, limitou-se a detectar os ciclos políticos, sem que houvesse uma análise da efetividade desses ciclos na probabilidade de reeleição dos governantes.

Outra justificativa é o enfoque dado aos governos subnacionais, mais especificamente aos municípios brasileiros, o que pode refletir com mais clareza as intenções dos governantes e a caracterização dos ciclos políticos. Nesse sentido, Kneebone e Mackenzie (2001) asseveram que a manipulação da política fiscal pode ser mais acentuada nos níveis subnacionais pelo fato de que esses governos têm um acesso restrito a outros instrumentos de política governamental, os quais estão disponíveis em nível nacional, tais como a política monetária e cambial, por exemplo.

Soma-se às demais justificativas apresentadas, a conclusão dos estudos de Brender e Drazen (2005), onde foi evidenciado que "[...] as chamadas 'manipulações fiscais' visando interesses privados são utilizadas mais largamente nas novas democracias, devido à

inexperiência dos eleitores ou da falta de informações”. O Brasil é considerado uma nova democracia, pois foi somente com o marco democrático da Constituição de 1988 que houve o retorno do voto direto, universal e periódico após um longo período de ditadura militar que perdurou de 1964 a 1984, somando-se ao período de transição para a chamada Nova República, em que os governantes foram escolhidos de forma indireta até as primeiras eleições municipais em 1988.

1.5 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA

O presente estudo visa à detecção de uma possível relação entre os indicadores contábeis obtidos das demonstrações contábeis do setor público com as características definidas pela literatura em relação aos ciclos políticos. E, caso haja essa relação, busca-se evidenciar o efeito da mesma na reeleição de um governante ou de seus aliados políticos.

Os resultados da pesquisa destinam-se a fornecer subsídios para a análise do comportamento do eleitor brasileiro e demonstrar de que forma a Contabilidade Aplicada ao Setor Público pode contribuir para a caracterização dos ciclos políticos no Brasil.

A principal limitação deste estudo reside no fato de que a Contabilidade Aplicada ao Setor Público nos municípios brasileiros é muito pouco desenvolvida e pode gerar algumas informações inconsistentes e, com isso, os dados fornecidos, muitas vezes, carecem de confiabilidade. Uma rápida análise nos bancos de dados analisados é suficiente para identificar este problema. No entanto, o resultado representa uma boa aproximação da realidade.

A informação contábil constante da base de dados utilizada na pesquisa (FINBRA/STN) possui um enfoque principal na execução orçamentária (“contabilidade orçamentária”) e não nos princípios e práticas contábeis geralmente aceitos (contabilidade patrimonial integral ou *full accrual accounting*). Portanto, as conclusões sobre ciclos políticos apresentadas no trabalho poderiam se apresentar diferentes em razão da adoção das novas regras da Contabilidade Aplicada ao Setor Público ocasionada pelo processo de convergência às Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NICSP) emitidas pelo *International Federation of Accountants* (IFAC) e, também, pela edição das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP ou NBC T 16) emitidas pelo Conselho

Federal de Contabilidade, que adotaram a Contabilidade sob o enfoque patrimonial.

Para que houvesse uma adaptação ao enfoque da contabilidade patrimonial neste trabalho deveria ter sido feita uma depuração e realizados alguns ajustes nos dados obtidos. Ressalta-se, entretanto, que a obrigatoriedade da adoção dos novos preceitos de Contabilidade Pública em relação aos Municípios será observada somente a partir do exercício financeiro de 2013, conforme determinação da Secretaria do Tesouro Nacional (BRASIL, 2010), órgão consolidador das contas públicas nacionais. Portanto, somente a partir daquele exercício, as bases de dados fornecerão informações adaptadas à estrutura conceitual da Contabilidade, sendo possível proceder à análise dos dados segundo os princípios e práticas contábeis geralmente aceitos.

1.6 ORGANIZAÇÃO DO ESTUDO

O presente estudo é formado por quatro seções. Na primeira seção, apresenta-se a introdução, onde são abordados: (i) a contextualização sobre o tema de pesquisa e a definição do problema de pesquisa; (ii) os objetivos geral e específicos; (iv) a justificativa; e (v) a delimitação da pesquisa. Na segunda seção, apresenta-se a revisão da literatura sobre ciclos políticos, onde se busca apresentar: (i) a evolução da teoria dos ciclos políticos; (ii) os estudos relacionados aos ciclos políticos no Brasil; (iii) um panorama geral da configuração político-federativa brasileira e seu impacto nas finanças públicas; (iv) considerações sobre as interações entre a informação contábil, a governança no setor público e os ciclos políticos; e (vi) a metodologia e resultados de outros trabalhos empíricos encontrados na literatura. Na terceira seção, busca-se apresentar a metodologia da pesquisa, onde se aborda: (i) o enquadramento metodológico; (ii) os procedimentos para seleção do referencial teórico; (iii) a população e amostra do estudo; e (iv) os procedimentos para coleta e análise dos dados. Na quarta seção são apresentados os resultados da pesquisa e é realizado o cotejamento destes com o referencial teórico apresentado na segunda seção. Por fim, são elencadas as referências utilizadas na pesquisa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção, apresenta-se a revisão da literatura sobre ciclos políticos, abordando a evolução da teoria e os estudos empíricos relacionados ao tema no Brasil e no mundo. Além disso, é dada uma breve explanação sobre a configuração político-federativa brasileira e seu impacto nas finanças públicas e são desenvolvidas algumas considerações sobre as interações entre a informação contábil, a governança no setor público e os ciclos políticos.

2.1 A EVOLUÇÃO DAS TEORIAS DOS CICLOS POLÍTICOS

Desde o advento da formulação e do desenvolvimento da Teoria da Escolha Pública, há uma busca incessante do meio acadêmico no sentido de identificar a influência das eleições na condução das políticas governamentais e das finanças públicas. Os inúmeros estudos publicados abordam os mais variados aspectos, tais como a relação entre inflação e desemprego, a condução da política fiscal, a composição dos gastos públicos, a renúncia de receitas, o federalismo fiscal sob o aspecto das transferências governamentais, a elaboração e execução do orçamento público, dentre outros. Todos eles buscam, portanto, relacionar as alterações nas variáveis inerentes a cada um desses aspectos com as alterações nos resultados das eleições.

A teoria dos ciclos político-econômicos (*political business cycles*), formulada por Nordhaus (1975), representa um dos desdobramentos da Teoria da Escolha Pública, em que as manipulações da política macroeconômica com fins eleitorais estão relacionadas à escolha entre inflação e desemprego. Essas variáveis possuem uma relação inversa evidenciada na Curva de Phillips.

O autor demonstrou padrões cíclicos que indicavam políticas econômicas mais conservadoras no início do mandato de um governante, traduzidas em menor inflação e maior desemprego, e mais expansionistas ao final do mandato, quando se verificava um menor desemprego e alta da inflação, esta última ocasionada pelo aumento do consumo. Ou seja, quando há a aproximação do escrutínio eleitoral, o governante manipula a política macroeconômica de forma a induzir a escolha do eleitorado por meio do aumento do bem-estar deste.

O estudo de Nordhaus (1975) também chegou à conclusão de que o comportamento dos governantes influenciado pelo calendário eleitoral se aplica, de maneira similar, ao balanço de pagamentos. Espera-se que a perda de reservas e os déficits do balanço de pagamentos sejam maiores nos primeiros anos e menores ao final do mandato. O autor também colocou em evidência o fato de que, tendo em vista que os investimentos públicos requerem uma diminuição do consumo presente através da tributação ou inflação no sentido de incrementar o consumo após a próxima eleição, o nível de investimento será sempre inferior ao considerado adequado, pois, em regra, um alto investimento no presente não irá gerar benefícios eleitorais para os governantes em um curto período, ou seja, antes das eleições.

O trabalho pioneiro de Nordhaus (1975) focou algumas questões que nem sempre se aplicam a qualquer esfera de governo e nem sempre resultam em benefícios de ordem eleitoral para os governantes. Nas configurações político-econômicas de vários países, as variáveis inflação e desemprego, muitas vezes, não se submetem às decisões dos governantes e, além disso, é muito mais difícil interferir na escolha do eleitor através delas do que em outros instrumentos, como a política fiscal, por exemplo. Nos casos de países onde a política monetária é gerida por bancos centrais com certa independência, ela é bastante restrita e não se submete à escolha dos governantes de nenhuma esfera federativa. Além disso, conforme salienta Costa (2009), o modelo de Nordhaus (1975), por estar focalizado na utilização de instrumentos de política monetária, assume que a promoção do desenvolvimento econômico se dá por via indireta, sem a interferência e controle constante por parte do governante. Com isso, o trabalho foi alvo de diversas críticas e, sob o modelo criado pelo autor, não se conseguia chegar a evidências empíricas consistentes e argumenta-se, ainda, que este estudo pode ser questionado pelo fato de

[...] admitir a possibilidade de os eleitores serem constantemente enganados pelos governantes, apesar do limitado efeito que a política de expansão monetária traz ao crescimento econômico de médio prazo (FERREIRA, 2006, p.5).

Uma das principais críticas ao modelo de Nordhaus é sintetizada por Brender e Drazen (2005), cujo trabalho assevera que, nos ciclos político-econômicos, os eleitores se preocupam com a economia, mas

isto não parece se traduzir em ciclos econometricamente verificáveis na atividade econômica agregada. Os autores ainda afirmam que "[...] a escassez de evidências empíricas acerca da influência dos ciclos políticos na conjuntura econômica induziu uma mudança de foco, denominada ciclos político-orçamentários" (BRENDER e DRAZEN, 2005, p. 1272). Contudo, a maior crítica ao modelo de Nordhaus se refere ao comportamento irracional por parte dos eleitores, que não conseguem detectar as reais intenções dos políticos.

Em virtude das críticas ao seu modelo inicial, a teoria dos ciclos político-econômicos foi revisitada pelo próprio Nordhaus (1989) em um artigo que apresenta uma construção teórica para a caracterização dos ciclos políticos por meio da descrição dos comportamentos esperados dos eleitores e dos governantes. Assim, foram levantadas algumas questões fundamentais em relação aos eleitores e aos governantes: Os eleitores são bem informados? Os eventos econômicos de fato influenciam no comportamento do eleitor? Os eleitores antevêm o futuro ou olham para o passado? O que motiva os governantes quando estão no poder? O comportamento é idealista ou oportunista?

Com esses questionamentos foram concebidas as figuras do "eleitor racional", o qual possui expectativas racionais, dispõe de todas as informações disponíveis e avalia o governante segundo o desempenho esperado no futuro (*forward looking*) e do "eleitor tradicional" ou "eleitor típico", que é o oposto do racional e avalia o desempenho anterior do governante (*backward looking*). Os governantes foram chamados de "oportunistas" quando escolhem políticas que maximizem a possibilidade de sua reeleição sem se prender a situações passadas, à fidelidade aos ideais partidários ou aos impactos esperados na economia, e de "ideológicos" quando focam determinados objetivos sociais e políticos, não são movidos pela manutenção no poder e não visam apenas à popularidade junto aos eleitores.

Em sua revisão do modelo inicial, Nordhaus (1989) levou em consideração os trabalhos de Rogoff e Sibert (1988), que apresentaram uma nova abordagem dos ciclos políticos na economia e foram os primeiros a apresentar a teoria dos ciclos político-orçamentários (*political budget cycles*), segundo a qual os instrumentos de política fiscal são utilizados para sinalizar a competência do governante. No modelo de ciclo político apresentado por essa teoria, a sinalização da competência ocorre pela diminuição de impostos e pelo aumento da senhoriagem (diferença entre o valor real e nominal da moeda) ou de empréstimos menos visíveis (subsídios, incentivos fiscais etc),

induzindo um padrão cíclico de corte de impostos antes das eleições e de inflação e elevação da dívida, posteriormente a elas.

Outra conclusão importante do estudo de Rogoff e Sibert (1988), alinhada com um estudo similar de Persson e Tabellini (1990), foi a de que a existência de informação incompleta proporciona ao político o incentivo de distorcer a política fiscal pré-eleitoral de forma a aumentar sua probabilidade de reeleição. Assim, argumentam que a alteração do comportamento de algumas variáveis de política macroeconômica (impostos, gastos governamentais, déficits e expansão monetária) em função das eleições deriva de assimetrias informacionais.

Em estudo posterior, Rogoff (1990) revelou o fato de que as modificações na composição orçamentária com fins eleitorais são representadas pelo aumento dos gastos com maior visibilidade, tais como transferências, consumo e serviços e pela diminuição dos gastos com investimentos, cujos resultados serão percebidos pelos eleitores no futuro que deverão ocorrer após a possível reeleição do governante.

Paralelamente à evolução das teorias de Nordhaus (1975), Rogoff e Sibert (1988), Rogoff (1990) e Persson e Tabellini (1990), desenvolveu-se uma outra linha de pesquisa na qual o comportamento dos governantes não é oportunista e sim ideológico. Segundo esta vertente, os governantes não estariam motivados a conduzir a política fiscal com vistas à própria reeleição, e sim em respeito aos ideais partidários. Portanto, pode-se dizer que a literatura sobre os ciclos políticos na economia, no que se refere ao comportamento dos governantes, se divide nos modelos oportunistas e partidários.

O modelo partidário dos ciclos políticos foi concebido por Hibbs (1977) e assume o fato de que os partidos políticos aplicam diferentes políticas econômicas e, segundo assevera Sakurai (2009, p. 41), “existiria um comportamento distinto da economia em função de uma consistência ideológica por parte dos partidos políticos, uma vez estando no poder”. Mais especificamente, a abordagem criada por Hibbs (1977) assume que os partidos de direita buscam gerar um ambiente econômico de baixa inflação e alto desemprego, enquanto que os partidos de esquerda buscam justamente o oposto e, além disso, o eleitor apresenta um comportamento “típico” (não-racional).

Por outro lado, Alesina (1987) apresentou um modelo de ciclo político partidário, em que o comportamento do eleitor é “racional”. Assim, “os ciclos partidários seriam mais contundentes em situações em que os resultados eleitorais fossem mais incertos, ou seja, em que a incerteza sobre o partido assumir o poder é maior” (SAKURAI, 2009, p.41).

Além das teorias dos ciclos políticos, há as teorias referentes ao controle eleitoral. Essas teorias, segundo Nakaguma e Bender (2006, p. 7), "[...] enfatizam a idéia de que as eleições funcionam como instrumento disciplinador do comportamento dos governantes". Ou seja, ao invés das eleições representarem aos políticos um incentivo no sentido de manipular a política econômica de forma a sinalizar competência, ela geraria um efeito contrário, no sentido de reduzir esse ímpeto e fazer com que a manipulação oportunista fosse limitada, sendo que também há assimetria informacional nessa relação. Nessa linha, destacam-se os estudos de Barro (1979), que demonstrou que as eleições podem ser utilizadas como um instrumento efetivo para reduzir a corrupção e, de modo análogo, Ferejohn (1986) concluiu que as eleições induzem os políticos a se esforçarem mais (NAKAGUMA e BENDER, 2006).

A partir do estudo de Nordhaus (1989), e com base nos demais trabalhos cujo enfoque reside nos ciclos políticos, essa linha de pesquisa passou a ser classificada sob a tipologia evidenciada no Quadro 2.1.

Teorias dos ciclos políticos			Teoria do controle eleitoral
Há assimetria informacional entre políticos e eleitores, o governante busca "sinalizar competência" antes das eleições.			Também há assimetria informacional e as eleições são disciplinadoras do comportamento dos governantes e limitam a manipulação da política econômica com fins eleitorais.
Comportamento dos governantes:	Oportunista	Ideológico ou partidário	
Comportamento dos eleitores:			Barro (1973): As eleições podem ser utilizadas como um instrumento efetivo para reduzir a corrupção. Ferejohn (1986): as eleições induzem os políticos a se "esforçarem" mais.
Tradicional ou "Típico" (baseado nas expectativas adaptativas)	Ciclo político oportunista tradicional (Nordhaus, 1975)	Ciclo político partidário tradicional (Hibbs, 1977)	
Racional (baseado na racionalidade dos agentes)	Ciclo político oportunista racional (Rogoff e Sibert, 1988; Rogoff, 1990; e Persson e Tabellini, 1990)	Ciclo político partidário racional (Alesina, 1987)	

Quadro 2.1 - Tipologia dos ciclos políticos.

Fonte: adaptado de Alesina, Roubini, Cohen (1997).

Após a apresentação da tipologia e das características inerentes a cada uma das abordagens dos ciclos políticos, é essencial a apresentação de outros trabalhos empíricos relevantes que se desenvolveram à luz dos estudos pioneiros acerca dos ciclos políticos e foram responsáveis pela evolução do arcabouço criado por Nordhaus (1975, 1989).

2.2 TRABALHOS EMPÍRICOS RELEVANTES ACERCA DOS CICLOS POLÍTICOS

As teorias dos ciclos políticos foram estudadas empiricamente por vários autores que chegaram às mais diversificadas conclusões. A seguir serão apresentadas as principais linhas de pesquisa sobre ciclos políticos e as principais conclusões dos estudos efetuados, bem como as pesquisas relacionadas no Brasil sobre o tema.

2.2.1 Pesquisas relacionadas ao montante das receitas e despesas e à composição dos gastos públicos

A principal linha de pesquisa dos trabalhos que realizam a investigação dos ciclos políticos se refere a alterações no montante total das receitas e despesas públicas e também na composição dos gastos públicos, ou seja, no foco principal nas despesas em determinadas áreas em detrimento de outras.

A tese do ciclo eleitoral, na formulação de Blais e Nadeau (1991), afirma que os governos tendem a adotar medidas populares imediatamente antes das eleições e a mitigar ou postergar a maioria das medidas impopulares para o período imediatamente posterior às eleições. Portanto, o governo aumenta os gastos antes das eleições e os tributos depois das eleições. Observa-se que, em anos eleitorais, há um aumento de pequena escala nos gastos orçamentários, o que faz com que aumente também o déficit fiscal dos entes, e o excesso de gastos observado é atribuído às despesas com maior visibilidade ao eleitor como estradas e gastos sociais (saúde, educação, assistência social etc).

Seguindo Blais e Nadeau (1991), Galli e Rossi (2002) identificaram quatro fases do ciclo eleitoral: o ano eleitoral (t_0), o ano pós-eleitoral (t_1), o ano intermediário (t_2) e o ano pré-eleitoral (t_3). Cada uma dessas fases foi traduzida em variáveis *dummy* destinadas a captar a

idéia de que os governantes fazem uso de informações assimétricas e tentam evidenciar a sua competência antes das eleições pela redução dos impostos e/ou pelo aumento dos gastos, no sentido de aumentar a probabilidade de se reeleger. A configuração testada foi a de que as despesas e o déficit fiscal são menores nos outros anos do ciclo eleitoral do que nos anos eleitorais. Portanto, partiu-se da hipótese de que, independentemente da orientação ideológica, os governantes estão interessados na sua reeleição e, portanto, aumentam os gastos públicos em anos eleitorais. Esta hipótese foi confirmada integralmente nos casos das variáveis despesas totais, administração e saúde.

Os resultados de Galli e Rossi (2002) também demonstraram que o gasto extra do Governo é absorvido por um aumento do déficit fiscal e não por um aumento das receitas de impostos. Para as variáveis educação e saúde, foi detectada uma sutil presença de um impacto ideológico nas decisões sobre os gastos públicos, o que pode ter subtraído o poder explanatório da *dummy* que exprime o ano eleitoral. No entanto, de maneira geral, os resultados mostraram que o efeito das eleições está ligado ao ano eleitoral ou, em outras palavras, o único fenômeno relevante é o efeito das eleições iminentes nas decisões do governo nos anos eleitorais (GALLI e ROSSI, 2002).

Na mesma linha de pesquisa, o principal aspecto do modelo de Shi e Svensson (2006) é a habilidade do governante em manipular os instrumentos de política econômica no sentido de influenciar o processo de escolha dos eleitores em seu favor, contando com o fato de que esses instrumentos são observados pelos eleitores somente com uma defasagem de tempo. Para elevar as chances de reeleição, o governante tem uma motivação para incrementar a oferta de bens e serviços públicos antes das eleições, esperando que os eleitores associem esse incremento à sua competência administrativa. Quanto mais benefícios pessoais os políticos ganham quando estão no poder (rendimentos maiores em razão da permanência no poder), mais fortes são suas motivações para influenciar as percepções dos eleitores antes das eleições. Além disso, quanto mais os eleitores falham em distinguir as manipulações pré-eleitorais, maior é a avidez do incumbente em incrementar os gastos antes das eleições.

Também em relação ao comportamento das receitas e despesas públicas, o estudo de Schuknecht (2000) partiu de algumas hipóteses para fundamentar o seu modelo, são elas: (i) as eleições são precedidas por aumento nas despesas e redução das receitas; (ii) as políticas fiscais orientadas à reeleição pressupõem um aumento mais contundente das despesas de capital do que as despesas correntes, assim, o governo pode

não só modificar o nível das despesas públicas, mas também a sua composição. Nesta última hipótese, o autor chegou à conclusão de que

[...] as despesas de capital exercem uma influência mais forte na escolha dos eleitores, pois os investimentos públicos em uma estrada, por exemplo, são relativamente fáceis de iniciar e é possível acelerar os trabalhos antes das eleições e, da mesma forma, pode-se parar completamente ou desacelerar o ritmo das obras. Além disso, esses tipos de despesas são voltados a determinadas áreas geográficas e setores específicos (SCHUKNECHT, 2000, p. 118).

Drazen e Eslava (2010) também apresentaram um modelo de ciclo político-orçamentário no qual os governantes tentam influenciar os eleitores através da mudança na composição das despesas públicas. Partiram do modelo de Rogoff (1990) e Rogoff e Sibert (1988), onde há a sugestão de que as despesas pré-eleitorais incorridas podem servir como um sinal da competência do governante. Na configuração de ciclo político apresentada, um governante tem melhores informações sobre o seu próprio nível de competência do que os eleitores, e estes últimos não podem observar diretamente a competência, nem podem inferi-la imediatamente da política fiscal porque, normalmente, não observam todas as despesas do governo. Portanto, os políticos tentam influenciar a escolha do eleitor ao privilegiar um determinado tipo de despesa, mesmo que o montante total dos gastos públicos permaneça no mesmo patamar dos exercícios fiscais anteriores aos anos eleitorais e, para isso, contam também com a assimetria informacional.

A conclusão do estudo foi a de que as despesas preferidas pelos eleitores são as de infraestrutura (estradas, represas, estações de energia etc). Por outro lado, as relacionadas ao pagamento de juros, à remuneração de inativos e ao pagamento de trabalhadores temporários não são atrativas aos eleitores.

2.2.2 Pesquisas relacionadas à influência da maturidade da democracia e do grau de desenvolvimento econômico na política fiscal com fins eleitorais

Outra importante linha de pesquisa relacionada aos ciclos políticos se refere à caracterização de manipulações da política econômica com base na maturidade das instituições democráticas e no grau de desenvolvimento econômico dos países.

O trabalho de Schuknecht (2000) partiu da premissa de que existem numerosos estudos que analisam o porquê dos governos democráticos dos países desenvolvidos ajustarem a sua política macroeconômica na proximidade das eleições de forma a induzir a sua reeleição. Por outro lado, poucos são os estudos que examinam a incidência de ciclos políticos nos países em desenvolvimento ou visualizam com mais detalhes os instrumentos de política fiscal com os quais os governos tentam influenciar o resultado das eleições. O autor chegou à conclusão de que, nos países em desenvolvimento, há um comportamento "oportunista" dos governantes e "típico" por parte dos eleitores, pois os gastos que impactam no bem-estar da população e que possuem visibilidade imediata induzem a reeleição do governante.

Em contraposição ao estudo de Schuknecht (2000), Brender e Drazen (2005) observaram que as manipulações da política fiscal ocorrem tanto nos países desenvolvidos quanto nos países em desenvolvimento. No entanto, chegou-se à conclusão de que as chamadas "manipulações fiscais" são utilizadas mais largamente nas chamadas novas democracias, devido à inexperiência dos eleitores ou da falta de informações, as quais estão disponíveis nas democracias estabelecidas e são utilizadas por eleitores experientes. Os ciclos políticos são detectados em amostras que incluem os países que representam as novas democracias e, por outro lado, os referidos ciclos não são detectados quando estes países são removidos da amostra.

Embora tenham alcançado resultados distintos, os referidos estudos abordaram a questão da assimetria informacional, pois a falta de racionalidade dos eleitores - derivada da inexperiência em relação às escolhas democráticas ou da limitação do acesso à informação em razão de condições sócio-econômicas, inerentes aos países em desenvolvimento - faz com que estes não consigam antever as reais intenções dos governantes e nem os rumos futuros da política fiscal.

Também nessa linha de estudo, Akhmedov e Zhuravskaya (2003) chegaram à conclusão de que alguns *proxies* de assimetria informacional (liberdade de imprensa, e transparência dos governos regionais), consciência do eleitor (nível de educação e urbanização), assim como o nível da democracia regional fazem com que a efetividade dos ciclos políticos seja mitigada. Os resultados sugerem que a maturidade da democracia é um fator muito importante na efetividade dos ciclos

políticos, a qual decresce de acordo com a transparência governamental, com o nível da democracia regional e com a consciência dos eleitores.

Os resultados de Brender e Drazen (2008) apontam para o fato de que um aumento dos déficits orçamentários durante os anos eleitorais aumentam a probabilidade de reeleição do governante. No entanto, isto funciona de maneira diferente nos países com diferentes níveis de desenvolvimento econômico, idade e força da democracia, ou com diferentes sistemas de governo. Os autores levantaram uma questão inédita, relacionada ao grau de desenvolvimento econômico, refletido nas taxas de crescimento real do PIB *per capita* que, quando se apresentam elevadas, estão associadas a uma alta probabilidade de reeleição. No entanto, esse efeito é observado somente nos países menos desenvolvidos e nas novas democracias.

2.2.3 Pesquisas relacionadas a outros fatores que exercem influência na política fiscal com fins eleitorais

Nesta subseção serão vistos os trabalhos relevantes que analisaram a forma de ocorrência dos ciclos políticos levando em consideração alguns outros fatores não explicitados nas subseções anteriores e que podem influenciar a manipulação da política fiscal com fins eleitorais.

Brender (2002) coloca outros fatores complementares aos indicadores de política fiscal, tais como mudanças no ambiente político, fortalecimento da auditoria e das exigências relativas às demonstrações contábeis, imposição de barreiras orçamentárias e o desenvolvimento da mídia local. Segundo o autor, esses fatores podem, de fato, influenciar os governos locais, quando as regras gerais são determinadas pelos governos nacionais em relação aos governos locais. Com isso, o estudo revelou que existem alguns fatores que podem mitigar o efeito dos ciclos político-orçamentários como a imposição de regras e parâmetros relativos ao orçamento e um maior controle das demonstrações contábeis por parte dos órgãos de auditoria. Por outro lado, Brender (2002) esclarece que a mídia também pode exercer influência na reeleição do governante e pode ser utilizada como uma ferramenta diversa daquelas disponíveis na política fiscal.

Heine e Mause (2004) compartilham da influência da mídia na reeleição, pois os governantes podem tentar influenciar a preferência dos eleitores via *marketing* político, e a política fiscal seria apenas

auxiliar nesse intento. Por outro lado, Vergne (2009) considera que a mídia fornece informações de ordem política e pode reduzir a assimetria informacional. Assim, segundo este último, é esperado que os efeitos eleitorais na alocação dos gastos públicos devem ser menores nos países em que a informação é acessível. Foi considerada a variável "mídia de massa" nas regressões para captar esse efeito e concluiu-se que uma maior transparência fiscal faz com que haja uma redução do efeito dos ciclos políticos.

A transparência fiscal, segundo o Fundo Monetário Internacional apud Alt e Lassen (2006, p. 534), é definida como sendo

[...] a ampla abertura ao público de informações acerca da estrutura e funções do governo, das intenções da política fiscal, da contabilidade aplicada ao setor público e suas projeções. Isto envolve um pronto acesso a informações confiáveis, compreensíveis, tempestivas, abrangentes, e comparáveis internacionalmente, relacionadas às atividades governamentais. Neste modelo, o eleitorado e o mercado podem estimar a situação financeira do governo e os reais custos e benefícios das atividades governamentais, incluindo a economia presente e futura e as implicações de ordem social.

Ao considerarem esse ponto de vista em seu trabalho, os autores buscaram enfatizar que um dos instrumentos de transparência dos orçamentos e das atividades governamentais é a Contabilidade Aplicada ao Setor Público, pois quando esta utiliza o regime de competência, fornece uma melhor evidenciação do confronto entre receitas e despesas e uma sólida justificativa para a tomada de decisão por parte dos gestores. Conforme o arcabouço teórico provido por Alt, Lassen e Rose (2006), o aumento da transparência fiscal é uma maneira de fornecer mais informações sobre as intenções dos governantes implícitas na política fiscal, as verdadeiras ações implementadas e as conseqüências imediatas e a longo-prazo de políticas específicas.

Alt, Lassen e Rose (2006) também apresentam a questão da governança nas organizações, pois colocam que, em um modelo de agência que combina a seleção adversa com o risco moral (*moral hazard*), um aumento da transparência gera dois efeitos conflitantes sobre o bem-estar dos votantes. O primeiro é permitir que os eleitores façam a distinção entre os "bons" e "maus" políticos, e o segundo, é que

uma maior transparência disciplina os políticos a conterem o comportamento maximizador de votos, o que torna essa distinção mais difícil aos eleitores (BESLEY, 2005; BESLEY AND SMART, 2003 apud ALT, LASSEN E ROSE, 2006).

Outro fator levado em consideração nas pesquisas sobre ciclos políticos foi abordado por Kneebone e McKenzie (2001): a configuração político-federativa. O estudo leva em consideração o federalismo fiscal, ao conceber que a manipulação da política fiscal pode ser mais acentuada nos níveis subnacionais pelo fato de que esses governos têm um acesso restrito a outros instrumentos de política governamental, os quais estão disponíveis em nível nacional. Além disso, em razão do fato dos governos subnacionais serem menores e mais abertos, a eficácia da política fiscal pode ser bem diferente em relação ao nível nacional.

2.2.4 Estudos empíricos sobre os ciclos políticos no Brasil

Esta subseção apresenta os principais trabalhos empíricos cujo escopo da pesquisa abrange os ciclos políticos nas esferas federativas brasileiras. Esses trabalhos objetivaram confirmar a existência dos ciclos políticos e avaliar a sua efetividade levando em consideração diversas variáveis relacionadas à política fiscal.

Desde a Constituição Federal de 1988, as eleições ocorrem a cada quatro anos para as três esferas da federação (União, Estados e Municípios). Na realidade, embora os ciclos eleitorais sejam de quatro anos, os eleitores brasileiros comparecem às urnas a cada dois anos, pois as eleições ocorrem alternadamente nas esferas federal e estadual (União e Estados) e na esfera municipal.

É necessário ressaltar que, nos estudos que buscam a caracterização dos ciclos políticos no Brasil, deve-se levar em consideração o fato de que a reeleição de um mesmo governante do Poder Executivo (Presidente da República, Governadores de Estado e Prefeitos Municipais) tornou-se possível somente com a Emenda Constitucional nº 16, de 4 de junho de 1997. Acerca desse fato, Oliveira (2008, p.29) salienta que

[...] Desde a primeira Constituição (1891) à atual (1988), os legisladores entendiam que não cabia a reeleição no caso brasileiro. Portanto, ainda não se discutia no meio acadêmico, para o caso

brasileiro, sobre as tendências de manipulações da peça orçamentária com objetivos de reeleição do chefe do poder executivo.

Por meio dessa afirmação pode-se justificar a ausência de estudos relativos às teorias dos ciclos políticos no Brasil até o final da década de 90. Portanto, após a vigência da referida Emenda Constitucional nº 16 que se iniciou nas eleições federais e estaduais de 1998, foi dado, no meio acadêmico, um amplo enfoque a essas teorias por meio da produção e publicação de estudos empíricos.

Embora a reeleição seja um instituto relativamente recente no Brasil, os ciclos políticos existiam sob a forma da recondução de uma determinada frente ideológica ou partidária, ou seja, da eleição de um aliado político do governante antecessor. Em relação aos governantes da esfera municipal, Costa (2009) afirma que o prefeito ao final do mandato, além da candidatura à reeleição, tem a opção de abandonar a carreira política, de candidatar-se a vereador ou de ficar dois anos sem mandato à espera da possibilidade de se candidatar a outro cargo na esfera federal ou estadual. Assim, mesmo antes do advento da reeleição, existiam outras opções aos governantes e já havia uma certa atenção do meio acadêmico à relação entre as eleições e a condução das políticas públicas, conforme se verifica nos trabalhos de Silva (1996), Pereira (1997), Cheibub e Przeworski (1997) e Fialho (1997), que encontrou evidências de ciclos políticos para o PIB real e para a oferta real de moeda, mas não para a taxa desemprego e para a inflação. Contudo, os estudos sobre o tema ganharam força no final da década de 90 e na década seguinte, sendo que mais recentemente também são encontrados vários trabalhos relevantes.

Cossio (2001) analisou o comportamento fiscal dos estados brasileiros durante o período de 1985 a 1997. O autor considerou a influência do monitoramento da população e dos partidos políticos sobre as despesas públicas e os resultados demonstram que um maior grau de participação da sociedade no processo político leva a uma maior disciplina fiscal do governante.

Os ciclos políticos nos municípios de Minas Gerais foram analisados por Caçado e Araújo Junior (2004) em relação às variáveis representativas das despesas correntes e de investimento, da receita total, da receita tributária e do PIB, com base nas eleições de 2000. Em relação às despesas correntes, houve a confirmação de que o eleitor penaliza os governantes que realizam despesas excessivas com a manutenção da “máquina pública” e tende a reeleger os governantes que

angariam mais recursos com o aumento das receitas. Os autores também chegaram à conclusão de que quanto maior o PIB, mais difícil se torna a reeleição do governante. Em relação às variáveis políticas, os resultados apontam que a probabilidade de reeleição aumenta quando o candidato é do mesmo partido do governador do estado e do presidente da república, sendo que este último apresenta maior impacto marginal.

Um trabalho que alcançou projeção internacional e que se mostra alinhado aos propósitos do presente estudo foi o concebido por Sakurai e Menezes-Filho (2008), no qual os autores partiram da concepção de que o ano eleitoral pode ser visto de maneira diferente de outros anos, devido ao comportamento oportunista dos políticos voltado ao aumento da chance de permanecer no poder. Os autores sustentam que

"[...] no contexto brasileiro, o fato de todas as eleições serem realizadas em datas predeterminadas e que são conhecidas pelos incumbentes, permite aos políticos o ajuste em relação às datas de implementação de determinadas políticas públicas que resultem em um aumento de popularidade antes das eleições". (SAKURAI E MENEZES-FILHO, 2008, p. 13)

Sakurai e Menezes-Filho (2008) buscaram examinar em qual extensão a probabilidade da reeleição dos prefeitos dos municípios brasileiros (ou a eleição de seus aliados políticos) é afetada pelas despesas municipais em anos eleitorais e não eleitorais. O estudo utilizou um painel de mais de 2000 municípios brasileiros no período de 16 anos (1988 a 2003), abrangendo as eleições municipais brasileiras de 1988 a 2000 utilizando um modelo de regressão logística de efeitos fixos. Os resultados encontrados sugerem que as despesas influenciam a probabilidade de reeleição do governante de forma positiva, ou seja, uma expansão fiscal durante o mandato é politicamente benéfica aos prefeitos brasileiros que buscam a reeleição. Já o alinhamento político com o Governador do Estado não parece influenciar na reeleição, enquanto que o alinhamento com o Presidente da República sugere um efeito negativo.

No que se refere às variáveis sócio-demográficas, o modelo ajustado sugere que a reeleição é afetada pelo tamanho da população, no entanto, todos os outros coeficientes não foram estatisticamente significativos. Os resultados encontrados também apontam para o fato de que um maior montante de despesas de capital executadas durante o

mandato do governante aumenta a probabilidade de reeleição dos prefeitos brasileiros.

Os mesmos autores realizaram outro estudo sob o mesmo escopo do anterior que buscou novas evidências de ciclos políticos nos municípios brasileiros por meio da análise de 2500 municípios de 1989 a 2005. Os resultados sugerem que nos anos eleitorais, há um aumento do déficit, ocasionado pelo aumento das despesas totais e das correntes e pela diminuição da arrecadação de receitas tributárias. Além disso, foi detectado um decréscimo dos investimentos públicos em anos eleitorais, em contraposição aos estudos de Drazen e Eslava (2010) (SAKURAI e MENEZES-FILHO, 2010). Os autores consideraram o trabalho importante na medida em que confirma os achados de Brender e Drazen (2005), uma vez que evidenciou o fato de que os países em desenvolvimento e com democracias jovens são os mais suscetíveis à manipulação oportunista da política fiscal.

No estudo de Sakurai (2005), foram analisados três períodos eleitorais que culminaram com as eleições de 1992, 1996 e 2000. Em nenhum dos três períodos foram obtidas evidências de racionalidade dos eleitores, nos moldes previstos pela teoria dos ciclos eleitorais racionais. O impulso positivo das despesas orçamentárias em anos eleitorais mostrou-se distinto no pleito eleitoral de 2000 em relação aos outros dois (1992 e 1996). O autor colocou que, nesse caso, pode haver um certo grau de personalismo, ou seja, a possibilidade de recondução de um aliado político sob a figura do mesmo partido do governante e a reeleição do mesmo prefeito apresentam resultados distintos.

Sakurai e Gremaud (2007) analisaram o comportamento fiscal dos municípios paulistas perante dois fatores de ordem política: o calendário eleitoral e os diferentes partidos políticos dos prefeitos municipais, entre os anos de 1989 e 2001. Foram obtidas evidências de que foi empregado um maior volume de recursos em despesas correntes em detrimento dos gastos em investimento, fato que, segundo os autores, pode prejudicar a obtenção de um crescimento sustentado por parte dos municípios e ampliar (ainda mais) a dependência em relação aos recursos oriundos de transferências do Estado e da União.

Em relação aos ciclos políticos observados nas transferências de recursos entre as esferas federativas, pode-se citar o estudo de Bittencourt e Hillbrecht (2003), no qual os autores defendem que, por meio das transferências entre os governos das diferentes esferas, os políticos podem expressar a afinidade ideológica ou partidária existente, disponibilizando mais recursos para os governos subnacionais do mesmo partido ou afiliação ideológica. Sob este ponto de vista, os

autores inferiram pelos resultados que, se por um lado há despesas que crescem com a coalizão política entre o governo federal e estadual, tais como pessoal e encargos, investimentos e inversões e desenvolvimento regional, por outro lado, os gastos em transporte decrescem significativamente. Com isso, segundo os autores, "essa relação parece estar mais ligada ao tipo de despesa do que com uma orientação geral acerca de expansão ou contração fiscal" (BITTENCOURT E HILLBRECHT, 2003, p. 19).

Ferreira e Bugarin (2007) apresentaram um estudo sob a hipótese de que as transferências intergovernamentais no Brasil são significativamente influenciadas por motivações político-partidárias. O trabalho representou uma tentativa de estender o modelo de ciclos políticos concebido por Rogoff (1990) para a análise de questões voltadas para o federalismo fiscal. Foram encontradas evidências de um viés nas transferências voluntárias, no sentido de que o seu montante é parcialmente explicado por uma identificação política entre o prefeito do município com os governos estaduais e/ou federal. Os autores também chegaram à conclusão de que

[...] os eleitores podem decidir racionalmente não reeleger um político administrativamente competente, caso ele não seja apoiado pelo governador. Essa escolha ocorre porque os eleitores entendem que o adicional de transferências que o candidato de oposição receberá caso seja eleito mais do que compensará sua deficiência administrativa. De modo similar, os eleitores podem achar ótimo escolher o titular incompetente que pertença ao mesmo partido do governador para manter o fluxo mais favorável de transferências provenientes do estado (FERREIRA E BUGARIN, 2007, p. 294).

Em seu estudo, Ferreira e Bugarin (2007) realizaram uma interessante análise em que colocam em evidência as questões do risco moral (*moral hazard*), representado pelos ciclos político-orçamentários e a seleção adversa, na forma da eleição de um candidato incompetente. O risco moral deriva de uma situação na qual existe assimetria informacional entre o agente (eleitor) e o principal (governante) quanto às ações tomadas por um deles, ou seja, o eleitor não teria como antever as reais intenções do governante devido a informações incompletas ou incompreensíveis. Já a seleção adversa se refere à escolha equivocada

do eleitor, na medida em que o nível de competência do governante pode se mostrar diferente após o mesmo se (re)eleger. O nível de competência, neste caso, pode ser entendido como a aproximação das decisões do governante às expectativas dos eleitores, levando em consideração a sustentabilidade da economia.

O principal resultado de Arvate, Mendes e Rocha (2010) sugere que os eleitores preferem um maior volume de gastos, e há evidências de que esse resultado é uma consequência do modelo de federalismo fiscal existente no qual predomina uma restrição orçamentária fraca para os municípios (contexto institucional). Os autores utilizaram um modelo *Probit* tradicional para analisar a preferência dos eleitores municipais brasileiros na eleição de 2000. Adicionalmente, obtiveram evidências de que os eleitores com diferentes níveis de escolaridade impõem diferentes resultados nos gastos e o efeito do gasto é maior nos municípios onde o nível de alfabetização é menor.

Ao analisarem a configuração das receitas e despesas públicas dos estados brasileiros de 1986 a 2002, Nakaguma e Bender (2006) encontraram evidências de que a Emenda Constitucional da reeleição (Emenda Constitucional nº 16/1997) implicou a intensificação dos ciclos políticos, estimulando manipulações oportunistas durante o período eleitoral e, contrariamente aos resultados anteriormente obtidos, concluíram que a Emenda elevou as despesas e o endividamento dos Estados nos anos eleitorais. A Lei de Responsabilidade Fiscal, por sua vez, reduziu significativamente as despesas de custeio e as receitas de capital, além de ter elevado a receita corrente e tributária dos Estados, contribuindo, assim, para tornar o financiamento do gasto público mais sustentável no longo prazo. Os autores também chegaram à conclusão de que a magnitude dos ciclos políticos tem diminuído ao longo do tempo.

Em um estudo posterior, Nakaguma e Bender (2010) investigaram os determinantes políticos e eleitorais do comportamento fiscal dos estados brasileiros durante o período 1986-2004. Foi detectado um comportamento oportunista dos governantes tanto nas receitas quanto nas despesas públicas. No entanto, houve a confirmação de que o efeito desse oportunismo sobre as chances de reeleição "tem diminuído ao longo do tempo, indicando uma evolução na capacidade do eleitor de identificar e punir as manipulações eleitoreiras" (NAKAGUMA E BENDER, 2010, p.16). Os resultados também apontam que a receita orçamentária é responsável pela sinalização de competência do governante, o que está de acordo com os modelos de ciclos políticos racionais e indica que a avaliação da competência com

base na eficiência arrecadatória é mais objetiva do que a mesma avaliação baseada no montante de recursos despendidos.

Ao analisar 5.406 municípios brasileiros, Klein (2010) chegou à conclusão de que, em média, os prefeitos reelegíveis, independentemente da candidatura ao mesmo cargo no mandato seguinte, gastam 3% mais nos anos eleitorais do que os não reelegíveis. Além disso, os prefeitos reelegíveis que se candidatam efetivamente à reeleição apresentam gastos 5% superiores aos reelegíveis que não se candidatam e aos não reelegíveis. Adicionalmente, foram encontradas evidências de racionalidade dos eleitores brasileiros, pois os prefeitos que aumentam as despesas públicas nos períodos eleitorais elevam as chances de reeleição, desde esse aumento esteja compreendido dentro dos limites de déficit aceito pelos eleitores.

Um importante achado de Klein (2010) reside no fato de que a política fiscal nos municípios é afetada pelos ciclos eleitorais nas outras esferas da federação, pois o aumento verificado nas receitas e despesas municipais em 2002 pode ser atribuído às eleições para os cargos federais e estaduais, em que a distribuição e o uso de recursos de transferências governamentais podem ter motivação política na medida em que os prefeitos que se alinham política e ideologicamente aos candidatos aos cargos das outras esferas.

Oliveira (2008) e Oliveira e Carvalho (2009) analisaram as características dos gastos públicos executados pelos Chefes do Poder Executivo municipal e que tendem a agradar aos eleitores. O estudo abrangeu o comportamento dos gastos municipais fluminenses de 1998 a 2006, englobando, portanto, as eleições municipais de 2000 e 2004, a fim de detectar comportamentos cíclicos na condução a política fiscal (orçamentária) e seus reflexos contábeis no que tange ao calendário eleitoral. Através de uma análise de dados em painel, foram analisadas rubricas específicas do Orçamento e dos balanços públicos municipais, inovando no que tange à consideração de indicadores contábeis para caracterização de ciclos políticos.

Os resultados de Oliveira (2008) e Oliveira e Carvalho (2009) sugeriram que, de acordo com as variáveis analisadas, o calendário eleitoral exerce influência (estatisticamente) significativa sobre o comportamento dos prefeitos. Corroborando os achados de Klein (2010), foram detectadas manipulações cíclicas em determinadas despesas também em 2002 e 2006, ano das eleições para cargos federais e estaduais. Os autores ainda encontraram evidências de que a coincidência partidária entre prefeitura e estado e/ou União apresenta uma relação inversa, ou seja, pertencer ao mesmo partido do governador

e/ou presidente significa uma redução em determinados gastos municipais, sugerindo uma espécie de pacto de ajuste fiscal entre as esferas de governo.

Para melhor elucidar a abrangência e os resultados de alguns estudos expostos nesta subseção, são apresentados os Quadros 2.2 a 2.4, que consolidam essas informações sobre cada um dos trabalhos relevantes acerca dos ciclos políticos no Brasil.

Os trabalhos que objetivaram a aferição da influência de variáveis fiscais e orçamentárias na probabilidade de reeleição dos governantes brasileiros constam no Quadro 2.2.

Autor(es)	Abrangência da pesquisa	Principais resultados obtidos em relação às variáveis analisadas
Sakurai e Menezes-Filho (2008)	2.235 municípios brasileiros entre 1988 e 2003.	<p>Elevam a chance de reeleição: aumento das despesas totais; aumento das receitas tributárias; tamanho da população; aumento das despesas de capital</p> <p>Reduzem a chance de reeleição: Alinhamento político com o Presidente; maior n° de anos no cargo;</p>
Cançado e Araújo Júnior (2004)	835 municípios mineiros entre 1997 e 2000.	<p>Elevam a chance de reeleição: aumento de receitas totais; alinhamento político com o governador e com o presidente;</p> <p>Reduzem a chance de reeleição: aumento das despesas correntes; maior PIB.</p>
Klein (2010)	5.406 municípios brasileiros entre 2000 e 2004.	<p>Elevam a chance de reeleição: aumento das despesas; pertencer ao partido do Presidente. Efeito maior quando o governante é reelegível.</p> <p>Reduzem a chance de reeleição: quanto maior a população; déficit orçamentário em anos eleitorais e pré-eleitorais.</p>
Arvate, Mendes e Rocha (2010)	5.506 municípios brasileiros entre 1997 e 2000.	<p>Elevam a chance de reeleição: aumento das despesas correntes; aumento das transferências correntes recebidas; o fato do município ser novo; quanto maior a população; o fato de ser região metropolitana; o fato de ser capital do Estado; maior taxa de analfabetismo;</p> <p>Reduzem a chance de reeleição: o aumento da dívida;</p>

Quadro 2.2 - Resumo dos trabalhos selecionados sobre ciclos políticos no Brasil que aferiram a influência de variáveis fiscais e orçamentárias na probabilidade de reeleição dos governantes.

Além dos trabalhos que consideraram a reeleição como uma variável dependente e que, portanto, buscaram evidenciar a influência de variáveis fiscais e orçamentárias na probabilidade de reeleição, há também aqueles que buscaram apenas a caracterização dos ciclos políticos. Essa caracterização, na grande maioria dos trabalhos, ocorreu através da análise da influência nas variáveis fiscais e orçamentárias (variáveis dependentes) advindas de alterações em variáveis de controle (tais como taxa de analfabetismo, PIB, alinhamento político com governantes de outras esferas, população, taxa de urbanização etc) e em variáveis *dummies* que identificam os anos do calendário eleitoral. Os principais trabalhos sob esta abordagem e que analisaram os municípios brasileiros estão relacionados no Quadro 2.3.

Autor(es)	Abrangência da pesquisa	Principais resultados obtidos em relação às variáveis analisadas
Sakurai e Menezes-Filho (2010)	2.527 municípios brasileiros entre 1989 a 2005.	<p>Despesas totais: se elevam em anos eleitorais quando os prefeitos pertencem a partidos de esquerda e quando a proporção de jovens e idosos é maior; reduzem quando o prefeito se alinha politicamente com o Governador;</p> <p>Despesas correntes: se elevam em anos eleitorais, quando é maior a proporção de jovens; reduzem quanto maior a proporção de idosos,</p> <p>Despesas de capital: reduzem em anos eleitorais e quando há alinhamento com o Presidente; aumentam quando as receitas de transferências se elevam;</p> <p>Receitas tributárias: reduzem em anos eleitorais e quanto maior a proporção de idosos; aumentam quando há alinhamento com o Governador;</p> <p>Resultado orçamentário: reduz em anos eleitorais e quando há alinhamento com o Presidente; aumenta quando os prefeitos pertencem a partidos de esquerda e quando as receitas de transferências se elevam.</p>
Sakurai e Gremaud (2007)	572 municípios paulistas entre 1989 e 2001.	<p>Despesa orçamentária: se elevam em anos eleitorais;</p> <p>Despesa corrente: se elevam em anos eleitorais;</p> <p>Despesa de pessoal: não apresentou resultados significativos;</p> <p>Despesas com transferências correntes: não apresentou resultados significativos;</p> <p>Despesa de investimentos: não apresentou resultados significativos;</p>

Autor(es)	Abrangência da pesquisa	Principais resultados obtidos em relação às variáveis analisadas
Ferreira e Bugarin (2007)	2.090 municípios brasileiros entre 1999 e 2004.	<p>Alinhamento político com o Governador: eleva o montante das receitas de transferências recebidas (em relação à coligação partidária);</p> <p>Alinhamento político com o Presidente: eleva o montante das receitas de transferências recebidas (em relação ao partido);</p> <p>IDH: reduz o montante das receitas de transferências recebidas.</p> <p>Obs: as demais variáveis não foram significativas.</p>
Oliveira e Carvalho (2009)	92 municípios do Estado do Rio de Janeiro entre 1998 e 2006.	<p>Despesa orçamentária: reduzem quando há alinhamento do Prefeito com o Presidente;</p> <p>Despesa corrente: se elevaram no ano das eleições federais e estaduais de 2006;</p> <p>Despesa de investimento: reduzem nos dois anos seguintes às eleições;</p> <p>Restos a pagar processados: reduz em anos eleitorais;</p> <p>Dívida Ativa: sua arrecadação reduz em anos eleitorais;</p> <p>Despesas por função: as despesas de assistência e previdência se elevam nos anos eleitorais e nos anos das eleições estaduais e federais; as despesas de transporte reduzem em anos eleitorais; as despesas legislativas se elevam em anos eleitorais.</p>

Quadro 2.3 - Resumo dos trabalhos selecionados sobre ciclos políticos no Brasil que buscaram caracterizar os ciclos políticos por meio de alterações nas variáveis fiscais e orçamentárias na esfera municipal.

Há ainda os trabalhos que analisaram os ciclos políticos na esfera federativa estadual e que também focaram a caracterização dos ciclos políticos através da metodologia que consiste em realizar regressões múltiplas (constam no Quadro 2.4).

Autor(es)	Abrangência da pesquisa	Principais resultados obtidos em relação às variáveis analisadas
Bittencourt e Hillbrecht (2003)	27 estados brasileiros entre 1983 e 2000.	<p>Despesas correntes: se elevam em anos eleitorais;</p> <p>Despesas de pessoal e encargos: se elevam em anos eleitorais;</p> <p>Despesas de capital: se elevam mais nos anos pré-eleitorais do que nos eleitorais;</p> <p>Receitas tributárias e correntes: se elevam em anos eleitorais;</p> <p>Receitas de capital: se elevam em anos pré-eleitorais;</p> <p>Resultado orçamentário: o déficit orçamentário se eleva em anos eleitorais.</p>

Autor(es)	Abrangência da pesquisa	Principais resultados obtidos em relação às variáveis analisadas
Nakaguma e Bender (2006)	27 estados brasileiros entre 1986 e 2002.	<p>Receita total: se elevam em anos eleitorais após a Emenda da Reeleição;</p> <p>Receita corrente: se elevam em anos eleitorais e este efeito foi ampliado após a Emenda da Reeleição; se elevaram após a LRF;</p> <p>Receita tributária: se elevam em anos eleitorais; se elevaram após a LRF;</p> <p>Receita de capital: reduzem em anos pós-eleitorais; reduziram após a LRF;</p> <p>Receita de operações de crédito: reduzem em anos pós-eleitorais e se elevaram após a Emenda da Reeleição; reduziram após a LRF;</p> <p>Despesa total: se elevam em anos eleitorais e reduzem em anos pós-eleitorais; reduziram após a LRF;</p> <p>Despesa corrente: se elevam em anos eleitorais; se elevaram após a Emenda da Reeleição</p> <p>despesas com funcionamento dos órgãos públicos;</p> <p>Despesas de custeio na prestação de serviços: se elevam em anos eleitorais;</p> <p>Despesas de capital: se elevam em anos eleitorais e reduzem em anos pós-eleitorais; reduziram após a LRF</p> <p>Resultado orçamentário: se eleva em anos eleitorais.</p>
Nakaguma e Bender (2010)	27 estados brasileiros entre 1986 e 2004.	<p>Receitas totais: se elevam em anos eleitorais;</p> <p>Receitas correntes: se elevam em anos eleitorais;</p> <p>Receitas tributárias: se elevam em anos eleitorais;</p> <p>Receitas de transferências correntes: se elevam em anos eleitorais;</p> <p>Receitas de capital: se elevam em anos eleitorais; reduzem em anos pós-eleitorais;</p> <p>Despesas totais: se elevam em anos eleitorais;</p> <p>Despesas correntes: se elevam em anos eleitorais;</p> <p>Despesas de custeio na prestação de serviços: se elevam em anos eleitorais;</p> <p>Despesas de capital: resultados não significativos em anos eleitorais; reduzem em anos pós-eleitorais;</p> <p>Emenda de reeleição: após a emenda, agravou-se o impulso às manipulações eleitoreiras, mas esse efeito tem diminuído com o tempo.</p>

Quadro 2.4 - Resumo dos trabalhos selecionados sobre ciclos políticos no Brasil que buscaram caracterizar os ciclos políticos por meio de alterações nas variáveis fiscais e orçamentárias na esfera estadual.

2.3 CONSIDERAÇÕES SOBRE AS INTERAÇÕES ENTRE A INFORMAÇÃO CONTÁBIL, A GOVERNANÇA NO SETOR PÚBLICO E OS CICLOS POLÍTICOS

Os termos “evidenciação” e “divulgação” são distintos quando utilizados em relação aos demonstrativos contábeis. A divulgação normalmente ocorre em respeito à observação de normas legais ou infralegais que a exigem de forma padronizada e na periodicidade estipulada. Já a evidenciação está relacionada intrinsecamente à transparência da informação contábil, não bastando a simples divulgação nos meios e na forma especificada na legislação, sendo necessário, também, o alcance dos objetivos dessa divulgação, ou seja, a prestação de informações claras, objetivas e transparentes, com o alcance correto e não enviesadas e que atendam as necessidades de informações dos usuários da Contabilidade.

Nesse sentido, nos dizeres de Niyama e Gomes (1996, p. 65), a evidenciação

[...] diz respeito à qualidade das informações de caráter financeiro e econômico, sobre as operações, recursos e obrigações de uma entidade, que sejam úteis aos usuários das demonstrações contábeis, entendidas como sendo aquelas que de alguma forma influenciam na tomada de decisões, envolvendo a entidade e o acompanhamento da evolução patrimonial, possibilitando o conhecimento das ações passadas e a realização de inferências em relação ao futuro.

Em relação à divulgação de informações por parte das entidades, Belo e Brasil (2006, p.47) afirmam que “[...] um mercado eficiente se verifica quando os investidores têm informações suficientes para tomar as suas decisões, o que resulta em uma correta precificação dos ativos”. Por outro lado, a inexistência de um mercado eficiente pode ser explicada pela assimetria informacional, que

[...] ocorre quando a capacidade do investidor de monitorar o trabalho e o comportamento do gestor fica limitada, restrita ou interrompida por outros fatores conhecidos apenas pelo gestor (AKDERE e AZEVEDO, 2006, p.46).

Jensen e Meckling apud Slomski et al (2008) apontam a assimetria informacional como uma das justificativas para a existência dos conflitos de agência. Os problemas advindos da relação entre agente e principal, traduzida nos conflitos de interesse entre as duas partes, que são os chamados conflitos de agência são abordados na teoria da agência, que define a relação de agência como um contrato sob o qual uma ou mais pessoas - o principal - contrata outra pessoa - o agente - para desempenhar algum serviço em nome do principal, envolvendo a delegação de algum poder de tomada de decisão ao agente.

No setor público também é verificada a existência dos conflitos de agência oriundos da assimetria informacional, uma vez que

[...] ao observar o Estado e suas entidades sob o conjunto de contratos que representam, pode-se verificar claramente a existência de uma relação de agência, devido à presença de três condições básicas: i. o agente (gestor público) dispõe de vários comportamentos possíveis a serem adotados; ii. a ação do agente afeta o bem-estar das duas partes e; iii. as ações do agente dificilmente são observáveis pelo principal (cidadão), havendo, dessa forma, assimetria informacional (SLOMSKI et al, 2008, p. 133).

Portanto, Slomski et al (2008) assume que o cidadão pode ser comparado a um investidor que entrega seu capital (tributos) a um agente, representado pelo gestor público. O gestor deve prestar contas aos cidadãos da aplicação dos recursos coletados e utilizados na condução das políticas públicas. Ocorre que nem sempre essa informação é prestada de maneira clara, gerando, nessa relação, uma assimetria informacional e uma situação de risco moral (*moral hazard*).

Com a evolução dos meios de comunicação e a conseqüente ampliação do acesso à informação, não só por meio de uma imprensa mais ágil, mas também pela popularização da *internet*, os cidadãos estão pressionando cada vez mais os governantes por uma melhor alocação de recursos. Entretanto, a forma como são apresentadas as informações sobre os gastos governamentais, muitas vezes, só permite o alcance de um pequeno número de cidadãos que estão capacitados a interpretar os demonstrativos contábeis. Sob esse ponto de vista que se assume que os ciclos políticos estariam inseridos no contexto da informação contábil.

Para analisar a relação entre os ciclos políticos e a informação contábil, é necessário resgatar as conclusões dos estudos de Rogoff e Sibert (1988), Rogoff (1990) e Persson e Tabellini (1990), as quais apontam que a assimetria informacional existente na relação entre o governante e o eleitor é um dos motivos pelos quais o político realiza as manipulações eleitoreiras da política fiscal. Ocorre que essa manipulação pode não ser verificada somente em relação à elevação da satisfação do eleitor, por meio do aumento de gastos com grande visibilidade ou a renúncia de receitas como concluíram os autores, mas também através da manipulação da informação contábil, em que o governante se aproveita da limitada capacidade de entendimento do eleitor acerca das informações contidas nas demonstrações contábeis para sinalizar a sua competência administrativa.

Corroborando a possibilidade de uso da informação contábil com fins eleitorais, pode-se citar o trabalho de Aboody e Kaznik (2000), em que há a afirmação de que as entidades costumemente privilegiam a evidenciação de informações que irão impactar positivamente na sua relação com os usuários externos (*stakeholders*) e, assim, as divulgam tempestivamente. Por outro lado, as informações ditas “ruins” são mitigadas ou omitidas nos demonstrativos contábeis. Em relação à Contabilidade Aplicada ao Setor Público, esse comportamento pode se agravar devido à presença dos ciclos políticos.

O objeto da Contabilidade Aplicada ao Setor Público difere em vários países, mas, em geral, pode ser entendido como o registro do orçamento público e sua execução e, também, do patrimônio da entidade governamental, este constituído dos bens, direitos e obrigações. Portanto, a Contabilidade, ao efetuar esses registros possui o papel fundamental de informar os gestores públicos e cidadãos sobre o desempenho das entidades públicas e do Governo, estando intimamente ligada ao conceito de transparência.

Assim como ocorre no setor privado, muitas vezes, as informações geradas pela Contabilidade Governamental podem desviar-se de sua finalidade principal e se apresentarem enviesadas segundo os interesses de alguns grupos, gerando assimetria informacional e, conseqüentemente, agravando os conflitos de agência. No setor governamental, o orçamento público (e sua execução) evidencia o resultado da ação desses grupos de pressão (*rent-seekers*). Como o orçamento público e sua execução fazem parte o objeto da Contabilidade Aplicada ao Setor Público, os demonstrativos contábeis podem apresentar-se contaminados com os interesses do governante oportunista que, segundo a as teorias dos ciclos políticos, seriam,

normalmente, aqueles voltados à manutenção do poder dos próprios governantes, ou seja, a reeleição ou a eleição de seus aliados políticos. Assim como a pressão dos grupos ocorre na fase de projeção dos gastos públicos materializada no orçamento, ela também pode ocorrer na divulgação dos demonstrativos por meio da manipulação dos dados contábeis.

Um exemplo dessa possível manipulação, oriunda da Contabilidade Aplicada ao Setor Público no Brasil, e que está relacionada à transparência das informações é a inscrição em restos a pagar não processados. Nessa prática, as despesas públicas, após percorrer o estágio do empenho, que é apenas uma reserva de recursos orçamentários para a realização de determinada despesa, caso não cumpram os estágios da liquidação (entrega do bem ou serviço objeto da despesa) e do pagamento, são liquidadas apenas "contabilmente" por força do art. 35 da Lei nº 4.320/1964, que determina que "[...] pertencem ao exercício financeiro as despesas nele legalmente empenhadas", portanto, sem que se verifique o seu fato gerador. A referida Lei, cujo enfoque principal é o orçamento e sua execução, também regula as práticas contábeis e, com isso, essas práticas muitas vezes apresentam-se distanciadas dos princípios e práticas contábeis geralmente aceitos.

Segundo Silva (2007), quando ocorre o cancelamento das despesas de restos a pagar (por força do art. 38 da Lei nº. 4.320/1964), há uma modalidade de receita que não transita pela arrecadação, e que pode ser concebida como uma receita figurativa (CRUZ et al, 2001; KOHAMA, 1999; apud SILVA, 2007).

A prática da inscrição em restos a pagar não processados, a qual atualmente está sendo revista, pode distorcer as informações constantes do Balanço Orçamentário. Uma entidade do setor público pode ter emitido, por exemplo, um empenho relacionado a uma despesa para a construção de uma estrada. Ao final do exercício, mesmo que não haja nenhum projeto, máquina ou trabalhador no local onde deveria ser construída a estrada, o empenho, ao ser inscrito em restos a pagar não processados pelo gestor público sofre o estágio da liquidação e, nos lançamentos contábeis correspondentes, há o reconhecimento da despesa orçamentária. Assim, no Balanço Orçamentário haverá um registro de uma despesa de investimento em infraestrutura que, de fato, não ocorreu. O governante que tem a intenção de se reeleger pode fazer com que essa distorção seja utilizada nas despesas consideradas mais visíveis ou desejadas pelo eleitorado.

As despesas que alcançaram o estágio da liquidação até o final do exercício, restando somente o pagamento, o qual deverá ser efetuado no

exercício seguinte, são denominadas restos a pagar processados. Nesse registro há a liquidação propriamente dita, ou seja, a entrega do bem ou serviço que foram objeto do empenho e há a geração de um comprometimento de recursos financeiros para o exercício seguinte, pois foi reconhecida uma obrigação no passivo do ente. O governante, ao assumir o seu cargo, pode se deparar com um significativo comprometimento de recursos financeiros advindos do governo anterior em razão da esperada expansão dos gastos em anos eleitorais. Os restos a pagar processados, ao contrário dos não processados, representariam a manipulação de instrumentos de política fiscal e não da informação contábil.

É necessário ressaltar que, após serem inscritas em restos a pagar (processados e não-processados), as despesas advindas de exercícios anteriores podem ser canceladas. Silva (2007) estudou o reflexo do cancelamento das despesas orçamentárias inscritas em restos a pagar e os resultados revelaram uma distorção evidenciada pelo fato de que as despesas públicas que foram consideradas liquidadas e divulgadas pelos poderes e órgãos apresentaram, nas demonstrações analisadas, informações que não correspondem aos valores de despesas reais. Isto foi observado, mais especificamente, quanto à diminuição das despesas, à incorporação de ativos a maior, ao estorno de exigibilidade e ao aumento de resultado do sistema financeiro.

Outro exemplo importante de manipulação oriunda da informação contábil com fins eleitorais é a ampliação dos limites orçamentários em anos eleitorais por meio da abertura de créditos adicionais. Um dos recursos para abertura de créditos adicionais é o superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial no exercício anterior (inciso I do art. 43 da Lei nº 4.320/1964). Portanto, o governante pode adotar uma política mais restritiva em anos pré-eleitorais de forma a obter um maior superávit financeiro e utilizá-lo em créditos adicionais em anos eleitorais para os gastos com maior visibilidade ao eleitor (OLIVEIRA, 2008).

A abertura de créditos adicionais também pode ser derivada "do produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-las" (inciso IV do art. 43 da Lei nº 4.320/1964). Portanto, espera-se que os políticos que buscam a reeleição ou a eleição de seus aliados políticos, aumentem o endividamento do ente em anos eleitorais ou pré-eleitorais, também com o intuito de fornecer bens ou serviços desejados pelos eleitores.

O Resultado Orçamentário Corrente (ROC), apurado no Balanço Orçamentário também está relacionado ao endividamento da entidade

do setor público. O ROC é a diferença entre as receitas correntes e as despesas correntes. Um maior excesso das receitas correntes (tributária, de contribuições, patrimonial etc) em relação às despesas correntes (pessoal e encargos, juros da dívida etc) significa que o ente consegue, através de sua arrecadação, suplantar as despesas relacionadas à manutenção dos serviços públicos e ainda pode contar com uma sobra para poder amortizar a sua dívida ou realizar investimentos públicos que induzem o crescimento econômico. Por outro lado, quando as despesas correntes são superiores às receitas correntes, significa que o ente deverá recorrer a receitas de capital (operações de crédito, alienação de bens etc) para fazer face às despesas, ou seja, deverá aumentar o endividamento ou se desfazer de seu Ativo. O efeito esperado do ROC em relação aos ciclos políticos é que o governante o diminua em anos eleitorais devido ao aumento excessivo de despesas correntes destinadas aos serviços públicos, como forma de sinalizar a sua competência administrativa conforme o modelo de Rogoff e Sibert (1988).

A Dívida Ativa, a qual é registrada no Ativo do Balanço Patrimonial dos entes públicos, é outro exemplo de informação gerada pela Contabilidade e que pode servir de instrumento aos governantes oportunistas. Além da arrecadação ordinária dos tributos, contribuições e demais receitas correntes derivadas impostas aos cidadãos, há a chamada Dívida Ativa, que abrange os créditos a favor da Fazenda Pública, cuja certeza e liquidez foram apuradas e lançadas com os devidos acréscimos legais de multas, juros e outros encargos, por não terem sido efetivamente recebidos nas datas fixadas (BRASIL, 2010).

A gestão da receita tributária ordinária (impostos, taxas, contribuições etc) possui uma série de exigências legais e não permite ao gestor a renúncia dessas receitas sem que este aponte uma compensação em outras receitas ou diminuição de despesas. Já a Dívida Ativa representa, muitas vezes, créditos do ente público que são de difícil recuperação e, em razão dessa característica, há um consenso acerca da concessão de benefícios fiscais aos créditos tributários vencidos que se enquadram em cobrança. É cada vez mais comum a edição de leis que concedem remissão (perdão) de créditos tributários e reduções de juros e multas para que o contribuinte quite suas obrigações com o Erário. O efeito esperado é que haja uma redução do estoque em cobrança da Dívida Ativa, em anos pré-eleitorais e/ou eleitorais, pelo perdão de débitos e pelo aumento da arrecadação ocasionado por incentivos à quitação de débitos.

Portanto, as manipulações "eleitoreiras" podem ser detectadas nos demonstrativos contábeis, na medida em que eles evidenciam os

indicadores de política fiscal e também em relação a possíveis distorções nas informações divulgadas. Assim, apresenta-se o Quadro 2.3, que resume os principais demonstrativos contábeis do setor público no Brasil e as informações contidas em cada um deles que podem revelar o ímpeto dos governantes em utilizar a política fiscal e a informação contábil para buscar a permanência no poder.

Demonstração contábil	Informações que possivelmente podem caracterizar a existência dos ciclos políticos
Balanço Financeiro	<ul style="list-style-type: none"> • Geração/Consumo de Caixa durante o exercício • Pagamento restos a pagar
Balanço Patrimonial	<ul style="list-style-type: none"> • Resultado Financeiro (Ativo Financeiro menos Passivo Financeiro) • Saldo de Restos a Pagar Processados e Não-Processados • Saldo da Dívida Ativa • Dívida Mobiliária e Contratual
Balanço Orçamentário	<ul style="list-style-type: none"> • Resultado Orçamentário • Resultado Orçamentário Corrente • Receitas Orçamentárias Realizadas no Exercício • Despesas Orçamentárias Incorridas no Exercício
Demonstração das Variações Patrimoniais	<ul style="list-style-type: none"> • Arrecadação, Inscrição e Cancelamento da Dívida Ativa

Quadro 2.5 – Principais demonstrativos contábeis e as possíveis informações relevantes para a caracterização dos ciclos políticos.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

Nesta seção será apresentado o enquadramento metodológico da pesquisa, que é a classificação da mesma quanto ao seu objetivo, à lógica empregada, ao processo observado na coleta dos dados e abordagem do problema, ao resultado e aos procedimentos técnicos utilizados (ENSSLIN e ENSSLIN, 2010). Além disso, há a exposição dos procedimentos para seleção do referencial teórico e para coleta e análise dos dados utilizados para se alcançar os objetivos da pesquisa.

3.1 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

Collis e Hussey (2005) e Ensslin e Ensslin (2010) estabeleceram classificações relacionadas à pesquisa para melhor situar o leitor quanto ao processo que orientou a consecução dos objetivos e os resultados almejados pelo autor. As classificações estabelecidas pelos referidos autores são as seguintes:

- O objetivo da pesquisa classifica os motivos pelos quais ela está sendo realizada em relação à natureza do objetivo e à natureza dos artigos;
- A lógica da pesquisa busca classificar a pesquisa de acordo com a generalização de uma situação observada em um grupo específico ou, de maneira inversa, analisar uma especificidade em um determinado evento;
- O processo da pesquisa descreve a maneira pela qual serão coletados e analisados os dados e a forma de abordagem do problema;
- O resultado da pesquisa diz respeito à abrangência do estudo, ou seja, a pesquisa busca resolver um determinado problema, ou fazer uma contribuição geral para o conhecimento;
- A classificação dos procedimentos técnicos utilizados dentre os seguintes: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, pesquisa experimental, levantamento ou *survey*, estudo de caso, pesquisa *expost-facto*, pesquisa-ação, pesquisa participante ou pesquisa de campo (GIL, 1999).

Portanto, para enquadrar metodologicamente este estudo, foi utilizada a estrutura apresentada na Figura 3.1.

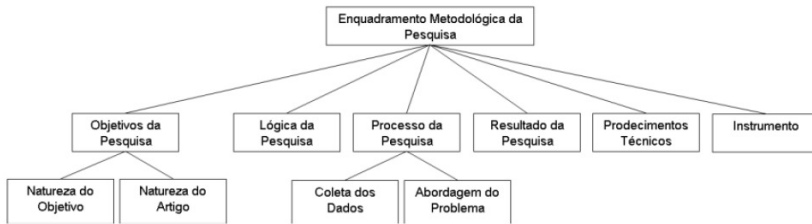


Figura 3.1 - Enquadramento metodológico

Fonte: Ensslin e Ensslin (2010)

Quanto à natureza do objetivo, a presente pesquisa busca analisar e explicar como ocorrem as manipulações fiscais e da informação contábil à luz dos ciclos políticos e de que forma essas manipulações são eficazes no sentido de reconduzir o mesmo governante ou seus aliados políticos ao mesmo cargo no mandato seguinte. Portanto, segundo Collis e Hussey (2005), trata-se de uma pesquisa explanatória ou explicativa, pois vai além da descrição das características, analisando e explicando por que ou como os fatos estão acontecendo.

Em relação à natureza do estudo, a mesma é de ordem prático-experimental, pois ao definir as variáveis dependentes e independentes e tratá-las em um modelo estatístico de regressão logística, busca-se isolar algumas variáveis para se verificar o efeito *ceteris paribus* de cada uma delas, ou seja, o efeito de cada uma das variáveis independentes na probabilidade de recondução de um governante ou de seus aliados políticos ao mesmo cargo no mandato seguinte (WOOLDRIDGE, 2006). Isola-se o efeito de uma determinada variável independente das demais variáveis independentes (explicativas e de controle), de forma a explicitar o efeito daquela variável na probabilidade de recondução do governante, mantendo-se constante o efeito das demais. Com esse artifício, busca-se intervir na característica investigada e exercer um controle absoluto sobre os grupos.

Em relação à lógica da pesquisa, o presente estudo classifica-se como dedutivo, pois parte-se da estrutura conceitual dos ciclos políticos, mais especificamente de Nordhaus (1975) e Rogoff (1990), para se testar empiricamente, analisar e explicar o efeito desses ciclos na probabilidade de recondução do governante ou de seus aliados políticos ao mesmo cargo no mandato seguinte.

Quanto ao processo, pode-se classificar a pesquisa em relação à origem e coleta dos dados e à abordagem do problema (ENSSLIN e ENSSLIN, 2010). Em relação à origem, os dados coletados são secundários, pois foram obtidos de arquivos eletrônicos que compilam os dados das demonstrações contábeis dos entes federativos brasileiros e são disponibilizados periodicamente no sítio da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), os demais dados relativos às variáveis dependentes e de controle foram obtidos do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Instituto de Pesquisa Econômicas Aplicadas (IPEA). A abordagem do problema utilizada foi quantitativa, devido à aplicação de testes estatísticos tanto na coleta quanto no tratamento dos dados (RICHARDSON, 1999).

Quanto ao resultado da pesquisa, a mesma é aplicada, pois objetiva a geração de conhecimento para a aplicação prática dirigida à solução de problemas, mais especificamente ao controle das ações dos governantes por parte do eleitor e também em relação a ações de *marketing* político. Assim, a pesquisa vai além de descrever e explicar como ocorrem as manipulações da política fiscal com fins eleitorais (ENSSLIN e ENSSLIN, 2010).

Em relação aos procedimentos técnicos, a presente pesquisa se utilizou de uma pesquisa bibliográfica, pois houve um processo sistematizado de busca de referencial teórico em artigos internacionais (na base *ISI Web of Knowledge*) e nacionais (periódicos classificados nas escalas A1, A2, B1, B2 e B3 da *Qualis* da CAPES) e em dissertações e teses (Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações). Outro procedimento utilizado foi o da pesquisa documental, pois partiu-se de dados que não receberam nenhum tratamento analítico (GIL, 1999).

3.2 PROCEDIMENTOS PARA SELEÇÃO DO REFERENCIAL TEÓRICO

Esta seção busca explicitar o processo utilizado na pesquisa bibliográfica, o qual objetivou selecionar os artigos que integram o referencial teórico da presente pesquisa. Segundo Cervo e Bervian (1983, p.55), a pesquisa bibliográfica é aquela que

[...] explica um problema a partir de referenciais teóricos publicados em documentos. Pode ser

realizada independentemente ou como parte da pesquisa descritiva ou experimental. Ambos os casos buscam conhecer e analisar as contribuições culturais ou científicas do passado existentes sobre um determinado assunto, tema ou problema.

Os referidos autores sustentam, ainda, que esse tipo de pesquisa constitui parte da pesquisa descritiva ou experimental, quando o objetivo é o de recolher informações acerca de um problema para o qual se procura resposta (CERVO e BERVIAN, 1983). Assim, para se constituir uma base teórica para a presente pesquisa foi feita uma pesquisa bibliográfica de forma estruturada, conforme os procedimentos descritos nas subseções a seguir.

3.2.1 Seleção de artigos internacionais

A busca pelos artigos que compõem o referencial teórico iniciou-se pela definição do espaço amostral, entendido como o conjunto de todos os artigos disponíveis na base de dados selecionada (TASCA et al, 2010). Para a seleção de artigos internacionais, a base de dados utilizada foi a *ISI Web of Knowledge*. O motivo da escolha desta base de dados foi o fato de que a mesma dá origem ao JCR (*Journal Citation Report*), ou seja, ao fator de impacto dos periódicos e, com isso, partiu-se do pressuposto de que essa base é a de maior contribuição científica atualmente.

Para orientar a busca de artigos de projeção internacional na base de dados selecionada foram definidas, com base nos principais artigos científicos relacionados ao tema (mais citados), as seguintes palavras-chave (termos em inglês): *Political Cycles, Electoral Cycles, Electoral Control, Electoral Behavior, Political Budget Cycles, Political Economic Cycles, Political Business Cycles, Public Choice Theory, Public Sector Accounting, Accounting, Elections, Reelection, Fiscal Policy, Fiscal Manipulation, Budget, Public Budget, Budget Execution*.

As palavras-chave foram separadas em dois grupos distintos, que representam os eixos de pesquisa: o primeiro grupo é relativo às diversas teorias dos ciclos políticos e o segundo é referente à Contabilidade Aplicada ao Setor Público, Orçamento Público e Governança.

Após a busca com cada uma das combinações, foi importado para um *software* de gerenciamento de referências bibliográficas, um total de 706 resumos de artigos. Por meio do *software* de gerenciamento, foram detectados e excluídos da base os artigos em duplicidade e também houve a exclusão de outros tipos de referências, tais como conferências, *books* e outros, mantendo-se, assim, somente os artigos científicos em periódicos (*journal article*). Após as referidas exclusões, chegou-se a um conjunto de 493 artigos selecionados (213 artigos excluídos).

Em seguida, foi feita uma seleção dos 493 artigos com base na leitura dos respectivos títulos, verificando o alinhamento dos mesmos com o tema e problema de pesquisa. Após este procedimento, chegou-se a um conjunto de 244 artigos, sendo que, no caso em que havia dúvida no alinhamento do título com o tema, o artigo foi mantido na seleção para as etapas seguintes.

Nos moldes utilizados por Tasca et al (2010), partindo-se do conjunto de 244 artigos selecionados nas etapas anteriores, procedeu-se à inserção dos títulos no sítio *Google Scholar*[®] (GOOGLE, 2010) com o intuito de verificar o número de vezes que cada um dos artigos foi referenciado por um ou mais artigos, com vistas a verificar o reconhecimento científico dos artigos pelo número de citações. Após obter o número de citações, foi criada uma planilha no *Microsoft Excel*[®] com o nome dos artigos e o número de citações. Em seguida os artigos foram ordenados em ordem decrescente do número de citações.

Com base na planilha construída, foram calculadas as frequências relativas acumuladas dos artigos para permitir a seleção daqueles cuja frequência relativa acumulada representou 90% (noventa por cento) ou mais do total de citações da planilha elaborada, conforme linha pontilhada na Figura 3.2. O grupo de 90% ou mais citações corresponderam a 67 artigos. Os demais artigos (177 artigos) foram analisados em um procedimento de repescagem, o qual será detalhado mais adiante.

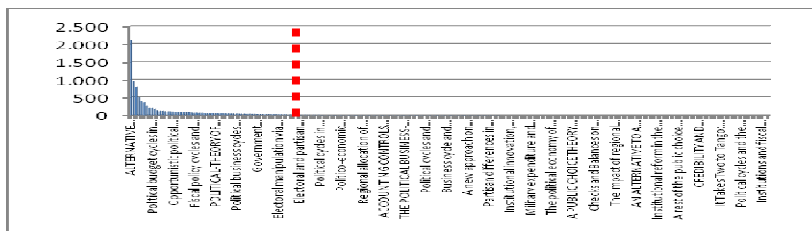


Figura 3.2 – Ilustração da estrutura do gráfico de frequência absoluta de citações dos artigos selecionados.

Inicialmente realizou-se um procedimento com os 67 artigos que correspondem a 90% das citações que consistiu na leitura dos resumos de cada um dos artigos verificando o alinhamento com o tema e problema de pesquisa em foco. Dos 67 artigos analisados, foram selecionados para compor o repositório principal, os 14 artigos que estão alinhados frente à leitura do título e do resumo e tem um volume de citações relevante conforme os parâmetros expostos anteriormente.

Foram excluídos da seleção os demais 53 artigos que possuem um número de citações relevante, mas que não estão alinhados com o tema e problema de pesquisa. Em seguida, foi feito um levantamento dos nomes dos autores dos 14 artigos que estão alinhados frente à leitura do título e do resumo e tem um volume de citações relevante.

Após a definição do repositório principal, procedeu-se à repescagem dos demais artigos (177 artigos com poucas citações em relação ao total), em que o critério é a atualidade dos artigos, em que se buscou oportunizar a seleção dos artigos menos citados e que foram publicados nos últimos dois anos, ou seja, pode não ter havido tempo hábil para ter sido citado e podem apresentar relevância científica.

Inicialmente, verificou-se se o artigo foi publicado há mais de dois anos. Caso tenha sido, verificou-se se o artigo foi elaborado por um dos autores identificados nos 14 artigos que compõem o repositório principal. Em caso afirmativo, foi lido o resumo para verificar o alinhamento com o tema e problema de pesquisa. Caso contrário, o artigo foi excluído do processo de seleção. Para os artigos publicados há menos de dois anos foi lido o resumo e verificou-se o alinhamento à pesquisa. Após os procedimentos descritos, restaram 114 artigos na seleção.

Em seguida à leitura dos resumos dos 114 artigos que ainda estavam na seleção de repescagem, foram selecionados 18 artigos (96 artigos excluídos) que passaram a compor o repositório “de repescagem”.

Após a definição dos repositórios principal e “de repescagem”, procedeu-se à junção dos mesmos, totalizando 32 artigos, sendo que 14 foram provenientes da seleção do repositório principal e 18 foram provenientes da seleção do repositório “de repescagem”. Em seguida, foi realizada a leitura integral dos 32 artigos para verificar o alinhamento dos mesmos ao tema e problema de pesquisa. Os 32 artigos foram selecionados para compor o portfólio final dos artigos internacionais, uma vez que todos eles estavam alinhados.

3.2.2 Seleção de artigos nacionais

Como não há uma base de referências bibliográficas nos moldes do *ISI Web of Knowledge*, a qual foi utilizada para a seleção dos artigos internacionais, a seleção de artigos nacionais foi mais simplificada.

Inicialmente, verificou-se no sítio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), os periódicos classificados no sistema *Qualis*, que é o conjunto de procedimentos utilizados pela instituição para estratificação da qualidade da produção intelectual dos programas de pós-graduação. Como resultado, a CAPES disponibiliza uma lista com a classificação dos veículos utilizados pelos programas de pós-graduação para a divulgação da sua produção (BRASIL, 2011).

O *Qualis* afere a qualidade dos artigos e de outros tipos de produção, a partir da análise da qualidade dos veículos de divulgação, ou seja, periódicos científicos. Os periódicos avaliados são enquadrados em estratos indicativos da qualidade: O estrato A1 é o mais elevado, seguidos de A2, B1, B2, B3, B4, B5 e C, este último com peso zero (BRASIL, 2011).

Com base nos periódicos classificados nos estratos A1, A2, B1, B2 e B3 nas áreas de avaliação “Administração, Ciências Contábeis e Turismo”, “Economia” e “Ciência Política e Relações Internacionais”, as quais foram definidas de acordo com os eixos de pesquisa, procedeu-se à consulta de artigos nos sítios de cada um dos periódicos com as seguintes palavras-chave constantes do eixo de pesquisa referente à teoria dos ciclos políticos (termos em português): *Ciclos Políticos, Ciclos eleitorais, Controle Eleitoral, Comportamento Eleitoral, Ciclos Político-orçamentários, Ciclos Político-econômicos, Teoria da Escolha Pública, Reeleição, Manipulação Fiscal e Manipulação da Política Fiscal*.

Após proceder à consulta em cada um dos sítios dos periódicos dos estratos definidos, foram encontrados 26 artigos alinhados com o tema da pesquisa.

3.2.3 Seleção de dissertações e teses

Para se fazer um levantamento da produção científica no formato de teses e dissertações que se alinham ao tema da presente pesquisa,

com vistas a verificar a contribuição do trabalho para a ciência, além de discutir e comparar as metodologias empregadas e os resultados, procedeu-se à pesquisa no sítio da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD).

Utilizou-se a procura avançada, a qual permite colocar expressões nos seguintes campos: Autor, Resumo, Título, Assunto, Contribuidor e Instituição de Defesa. Desses campos, a pesquisa foi efetuada através da colocação das palavras-chave em Resumo, Título e Assunto. As palavras-chave utilizadas foram as mesmas da seleção de artigos nacionais.

Após estes procedimentos, procedeu-se, inicialmente, à leitura dos resumos com a exclusão imediata dos trabalhos não alinhados. Foram encontradas 10 dissertações e teses alinhadas e nenhuma delas possui delimitação e metodologia semelhantes ao tema da presente pesquisa.

3.3 PROCEDIMENTOS PARA COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

Nesta seção, apresenta-se o procedimento adotado para a coleta de dados dos municípios brasileiros utilizados para a análise objeto da pesquisa. Martins (2006, p. 22) afirma que

[...] quando a abordagem metodológica ou o tipo de estudo envolver análises de dados e informações, o investigador deverá escolher uma técnica para a coleta de dados, os quais serão utilizados para o desenvolvimento da metodologia e para as conclusões da pesquisa.

Devido à multiplicidade de entes federativos conforme a delimitação da pesquisa (5.564 municípios), optou-se pelos bancos de dados disponibilizados pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) que reúnem, em uma única fonte, informações anuais extraídas das demonstrações contábeis e da execução orçamentária dos entes.

Em relação aos dados eleitorais (reeleição, recondução, partido ou coligação do candidato eleito etc) utilizou-se o Banco de Dados das Eleições fornecido pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

O banco de dados da STN (FINBRA) e o Banco de Dados das Eleições representam fontes secundárias, as quais são definidas por

Martins (2006, p.22) como sendo referente a "dados já coletados e que se encontram organizados em arquivos, banco de dados, anuários estatísticos ou relatórios". Dentre os diversos tipos de fontes de dados, Yin (2005) coloca alguns pontos fortes dos registros em arquivos, dentre eles a estabilidade que permite que o investigador revise diversas vezes os dados e, também, a ampla cobertura, uma vez que pode abranger um longo período de tempo, muitos eventos e muitos ambientes distintos. Por outro lado, o autor considera como desvantagens dos registros em arquivos de dados a seletividade tendenciosa e o relato de vieses que podem refletir as idéias preconcebidas do autor.

Especificamente em relação aos registros em arquivos, Yin (2005) coloca que quando o pesquisador julga que as evidências de arquivos sejam importantes, o mesmo deve tomar cuidado ao averiguar sob quais condições elas foram produzidas e qual o seu grau de precisão. De fato, em relação aos bancos de dados utilizados para o presente trabalho foram verificadas algumas inconsistências, como, por exemplo, um determinado ente federativo com um saldo da rubrica "Dívida Ativa" com sinal negativo. Quando verificadas essas inconsistências, as observações foram excluídas do tratamento estatístico para não haver distorção dos resultados.

Quanto ao procedimento para construção de um instrumento de coleta de dados e informações, Martins (2006) afirma que se deve atender aos seguintes passos: i. listar as variáveis que se pretende medir ou descrever; ii. revisar o significado e a definição conceitual de cada variável listada; iii. revisar como, operacionalmente, cada variável foi definida, isto é, como será medida, ou descrita; e iv. escolher uma técnica e iniciar a construção do instrumento de coleta de dados.

As variáveis que se buscou obter dos bancos de dados que serviram de base para a pesquisa, foram definidas a partir de outros trabalhos científicos que analisaram a existência e/ou a efetividade dos ciclos políticos e que foram apresentados na seção "Referencial Teórico". As variáveis foram selecionadas de forma que a efetividade dos ciclos políticos seja caracterizada pelos dados e informações obtidas da Contabilidade e suas demonstrações. Nesse sentido, Gil (1999) assevera que, na análise de dados, o objetivo é organizar sistematicamente os dados de forma que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema de investigação e Yin (2004, p.137) argumenta que

[...] a análise de dados consiste em examinar, categorizar, classificar em tabelas, testar ou, do

contrário, recombinar as evidências quantitativas e qualitativas para tratar proposições iniciais de um estudo.

Como as variáveis do presente estudo são representadas por indicadores contábeis e não por contas específicas dos balanços, os valores atribuídos às mesmas foram obtidos em duas etapas. A primeira etapa consistiu em obter os valores de algumas rubricas dos balanços e que constam dos bancos de dados. Na segunda etapa foi feito o cálculo dos indicadores contábeis (quocientes) que representam as variáveis.

Para tentar caracterizar a efetividade dos ciclos políticos em relação à probabilidade de recondução de um governante ou do mesmo partido político ou coligação foram analisadas as variáveis contábeis constantes do Quadro 3.1.

Variáveis Contábeis	Descrição
Saldo de restos a pagar não processados em relação às despesas totais (sd_rpnproc)	Indica o percentual das despesas liquidadas apenas "contabilmente" em determinado exercício que se referem a "restos a pagar não processados". A conta "Restos a Pagar Não Processados" consta no Passivo do Balanço Patrimonial do ente.
Saldo de restos a pagar processados em relação às despesas totais (sd_rpproc)	Indica o percentual das despesas liquidadas em determinado exercício e não pagas, que foram inscritas em "restos a pagar processados". A conta "Restos a Pagar Processados" consta no Passivo do Balanço Patrimonial do ente.
Quociente do Resultado Orçamentário (res_orc)	É representada pelo quociente entre o total de receitas do exercício e o total das despesas, constantes do Balanço Orçamentário do ente.
Quociente de Geração/Consumo de Caixa no exercício (ger_caixa)	É representada pelo quociente entre o saldo de disponibilidades do ente federativo ao final do exercício e o saldo no início do exercício apurado pelo Balanço Financeiro do ente.
Quociente do Resultado Financeiro apurado no balanço patrimonial (res_fin)	É representada pelo quociente entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, constantes do Balanço Patrimonial do ente.
Arrecadação da Receita de Dívida Ativa em Relação ao Saldo da Dívida Ativa (div_ativa)	É representada pelo quociente entre o montante arrecadado da receita de dívida ativa (receita corrente) no exercício e o saldo da rubrica "Dívida Ativa" (Ativo) constante do Balanço Patrimonial ao final do exercício.
Índice de endividamento do ente federativo (ind_endiv)	É representada pelas "Obrigações exigíveis a longo prazo" (exceto depósitos a longo prazo) registrada no passivo do Balanço Patrimonial em relação ao total das receitas correntes registradas no Balanço Orçamentário.

Variáveis Contábeis	Descrição
Quociente do Resultado Orçamentário Corrente (res_orccor)	É representada pelo quociente entre o total de receitas correntes e o total das despesas correntes, constantes do Balanço Orçamentário do ente.
Representatividade das receitas de transferências voluntárias recebidas da União (trvol_uniao)	Consta do Balanço Orçamentário e é representada pelo percentual das receitas de transferências voluntárias recebidas da União em relação às receitas totais.
Representatividade das transferências voluntárias recebidas dos Estados (trvol_est)	Percentual das receitas de transferências voluntárias recebidas dos Estados em relação às receitas totais. Essa variável é obtida do Balanço Orçamentário.
Representatividade das receitas tributárias (rec_trib)	É representada pelo percentual das receitas tributárias em relação às receitas totais obtido do Balanço Orçamentário.
Representatividade das despesas de pessoal (desp_pessoal)	É representada pelo percentual das despesas de pessoal e encargos sociais em relação às despesas totais do exercício obtido do Balanço Orçamentário.
Representatividade das despesas com investimentos (desp_invest)	É representada pelo percentual das despesas com investimentos em relação às despesas totais do exercício obtido do Balanço Orçamentário.

Quadro 3.1 – Variáveis contábeis e orçamentárias a serem utilizadas na análise.

Para aumentar o poder de predição e buscar um melhor ajuste do modelo, além de realizar análises subjacentes às variáveis contábeis, também foram consideradas outras variáveis de controle, constantes do Quadro 3.2.

Variáveis de controle	Descrição
Percentual da população com acesso a energia elétrica e televisor (energ_tv)	Percentual da população do Município com acesso ao serviço de energia elétrica e a um televisor. Fonte: IBGE.
PIB <i>per capita</i> (piib_pc)	PIB per capita do ente federativo em R\$ de 2000. Fonte: IPEADATA.
Índice de GINI (ind_gini)	Representa a desigualdade na distribuição de renda. Fonte: IBGE
Taxa de Analfabetismo (ind_analf)	Percentual de pessoas de 15 anos ou mais analfabetas, ou seja, pessoas nessa faixa etária que não sabem ler nem escrever um bilhete simples. Fonte: IBGE

Quadro 3.2 – Variáveis de controle a serem utilizadas na análise.

A definição das variáveis segundo quocientes que representam indicadores contábeis originou-se da necessidade de evitar a utilização de índices de correção do poder aquisitivo da moeda para as variáveis expressas em termos monetários e também para corrigir distorções

devido às diferenças de tamanho entre os vários municípios, assim como foi feito por Oliveira (2008) que optou por criar variáveis com valores *per capita*.

Além das variáveis independentes relacionadas nos Quadros 3.1 e 3.2, foram utilizadas variáveis qualitativas binárias (*dummies*) que identificaram o “tamanho do município” (*mun_grande* e *mun_medio*), considerando-se de grande porte quando o número de habitantes é superior a 500.000, de médio porte quando o número de habitante é entre 100.000 e 499.999 e os demais foram considerados de pequeno porte. E, ainda, uma variável de “alinhamento político do governante” (*part_pres* e *part_gov*), que foi utilizada para captar o efeito de pertencer ao mesmo partido ou coligação do Presidente da República ou do Governador de Estado.

Os municípios que não apresentavam todas as variáveis em análise para todos os exercícios financeiros dentro de cada um dos mandatos analisados foram excluídos da análise. Com esses procedimentos, foram excluídos 2.160 municípios da análise, restando um total de 3.404 municípios, distribuídos da forma exposta nas Tabelas 3.1 e 3.2.

Tabela 3.1 – Distribuição dos Municípios constantes da amostra por UF.

UF	Total de Municípios	Municípios constantes da Amostra	%	UF	Total de Municípios	Municípios constantes da Amostra	%
AC	22	13	59,1%	PB	223	97	43,5%
AL	102	51	50,0%	PE	185	110	59,5%
AM	62	17	27,4%	PI	223	70	31,4%
AP	16	1	6,3%	PR	399	346	86,7%
BA	417	191	45,8%	RJ	92	55	59,8%
CE	184	75	40,8%	RN	167	69	41,3%
ES	78	55	70,5%	RO	52	24	46,2%
GO	246	136	55,3%	RR	15	2	13,3%
MA	217	21	9,7%	RS	496	410	82,7%
MG	853	629	73,7%	SC	293	261	89,1%
MS	78	51	65,4%	SE	75	47	62,7%
MT	141	71	50,4%	SP	645	511	79,2%
PA	143	14	9,8%	TO	139	55	39,6%
TOTAL DE MUNICÍPIOS ANALISADOS: 3.404 (61,2%)							

Os municípios do Estado de Santa Catarina formaram, proporcionalmente, a maior representatividade de municípios por estado

da amostra, pois 89,1% de seus municípios foram considerados por contarem com os dados completos para todos os anos do período pesquisado, seguido do Rio Grande do Sul (82,7%), Paraná (86,7%) e São Paulo (79,2%). Já os municípios dos Estados do Amapá (6,3%), Maranhão (9,7%) e Pará (9,8%) foram os de menor representatividade nos seus respectivos estados.

Tabela 3.2 – Distribuição dos Municípios constantes da amostra por Região.

REGIÃO	Total de Municípios	Municípios constantes da Amostra	%
NORTE	449	126	28,1%
NORDESTE	1793	731	40,8%
CENTRO-OESTE	465	258	55,5%
SUDESTE	1668	1250	74,9%
SUL	1188	1017	85,6%

Em relação às regiões brasileiras, os municípios das regiões Sul (85,6%) e Sudeste (74,9%) foram mais representativos na amostra que só considera os dados completos. Por outro lado, os municípios da região Norte (28,1%) foram os que apresentaram a menor representatividade.

As variáveis definidas foram obtidas de 1997 a 2008 para os Municípios. Com isso, foram abrangidos na análise os mandatos constantes do Quadro 3.3.

Anos e mandatos analisados
Dados disponíveis de 1997 a 2008 na base de dados.
Mandatos abrangidos:
MANDATO 1997-2000 (eleições de 2000)
MANDATO 2001-2004 (eleições de 2004)
MANDATO 2005-2008 (eleições de 2008)
Anos analisados: 12 (1997 a 2008)
Anos eleitorais: 3 (2000, 2004 e 2008)
Anos pré-eleitorais: 3 (1999, 2003 e 2007)
Anos pós-eleitorais: 3 (1997, 2001 e 2005)
Anos intermediários: 3 (1998, 2002 e 2006)

Quadro 3.3 – Exercícios analisados e mandatos abrangidos.

Além disso, em um dos modelos, os dados foram dispostos de modo que todos os períodos eleitorais analisados fossem considerados em uma única análise de *cross-section*, sendo que, com isso, também há a ampliação do número de observações (10.212). Os demais modelos contemplam a análise de cada período eleitoral de maneira isolada.

Outra característica referente à disposição dos dados e que também foi utilizada no trabalho de Galli e Rossi (2002), é que cada variável foi segregada em relação ao período do ciclo eleitoral a que ela se refere, ou seja, cada variável foi identificada no “ano pré-eleitoral” (ano que antecede o ano das eleições), “ano eleitoral” (ano das eleições), “ano pós-eleitoral” (primeiro ano que sucede o ano das eleições) e “ano intermediário” (segundo ano que sucede o ano das eleições e que coincide com o ano das eleições estaduais e federais). Assim, a Figura 3.3 demonstra o ciclo eleitoral considerado pelo presente estudo.

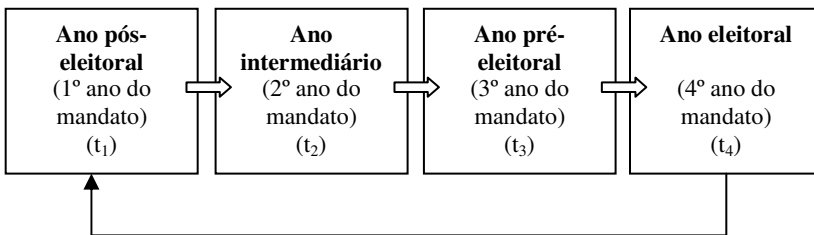


Figura 3.3 - Anos do ciclo eleitoral considerados no estudo.

A variável dependente, obtida para a análise da probabilidade de recondução do mesmo governante ou de seu aliado político no mandato seguinte, demonstra a reeleição do mesmo governante (Prefeito) e/ou a recondução do mesmo partido ou coligação no mandato seguinte (observa-se o partido do titular do mandato de referência e se verifica se o mesmo faz parte da coligação eleita para o mandato seguinte).

A coligação da eleição anterior na qual fazia parte o governante que busca a reeleição não é levada em consideração, mas somente o partido a que pertencia quando da candidatura. Recondução não necessariamente implica em reeleição (recondução do mesmo governante), mas reeleição implica em recondução em qualquer caso. Essa variável é binária e assume o valor 1 quando há recondução e 0 quando não há.

Para se analisar a efetividade das manipulações fiscais com fins eleitorais, caracterizada por indicadores contábeis, na recondução do mesmo governante ou de seu partido ou coligação para o mandato

seguinte, recorreu-se a um modelo de regressão logística, o qual se caracteriza pela variável dependente ser dicotômica (binária). Com base nessa ferramenta estatística foram criados modelos ajustados para todo o período analisado, englobando todas as eleições (1997 a 2008), e também, separadamente, para os períodos eleitorais que culminaram com as eleições de 2000 (1997 a 2000), 2004 (2001 a 2004) e 2008 (2005 a 2008). Dessa forma, buscou-se não só analisar o efeito das variáveis na probabilidade de reeleição do governante nos anos considerados, mas também verificar esse efeito em cada eleição individualmente considerada e considerar possíveis peculiaridades dos períodos eleitorais.

O modelo de regressão logística, assim como os modelos estatísticos com variáveis dependentes (como, por exemplo, a regressão múltipla) se presta a encontrar o melhor (e mais parcimonioso) ajuste para descrever a relação entre uma variável dependente e um conjunto de variáveis independentes (HOSMER E LEMESHOW, 2000).

O modelo de regressão logística utilizado é o constante da equação (1).

$E(Y/x) = \Pi(x) = \frac{e^{\beta_0 + \beta_1 X + \beta_2 X + \dots + \beta_k X}}{1 + e^{\beta_0 + \beta_1 X + \beta_2 X + \dots + \beta_k X}}$	(1)
---	-----

A notação “ $\Pi(x)$ ” representa a probabilidade de ocorrência de “ Y ” quando “ X ” é dado. O modelo logístico trabalha com a transformação de “ $\Pi(x)$ ” denominada de transformação logística. Essa transformação é definida em termos de “ $\Pi(x)$ ” conforme a equação (2).

$g(x) = \ln \left[\frac{\Pi(x)}{1 - \Pi(x)} \right] = \frac{\beta_0 + \beta_1 X + \beta_2 X + \dots + \beta_k X}{1 - \Pi(x)}$	(2)
--	-----

Segundo Hosmer e Lemeshow (2000), a importância desta transformação é que $g(x)$, ou *logit*, possui muitas propriedades desejáveis de um modelo de regressão linear. O modelo de probabilidade linear (regressão múltipla com variável dependente binária), por sua vez, não foi utilizado, pois o mesmo poderia retornar valores menores que zero e maiores que um para a variável dependente,

o que tornaria a análise de probabilidade inadequada. A regressão logística corrige essa característica da regressão linear.

Na equação anterior, observa-se que no lado esquerdo tem-se o logaritmo natural da razão de chance. No lado direito, as variáveis independentes (categóricas ou métricas) e os coeficientes estimados ($\beta_0, \beta_1, \beta_2, \dots, \beta_k$), que expressam mudanças no logaritmo natural da razão de chance. Conforme salientam Corrar, Paulo e Dias Filho (2009), essa característica deve ser observada com muita atenção quando da interpretação dos coeficientes, pois é preciso considerar que a regressão logística calcula mudanças nas inter-relações dos logaritmos da variável dependente e não na própria variável, como ocorre na regressão linear.

Na estimação com base em um modelo de regressão logística é utilizada a Curva Logística, que descreve a relação existente entre a probabilidade associada à ocorrência de determinado evento e um conjunto de variáveis preditoras ou regressores. A Curva Logística é apresentada na Figura 3.4.

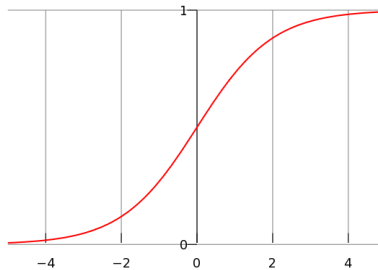


Figura 3.4 – Curva Logística

A lógica da Curva Logística é a de que a probabilidade se enquadre no intervalo entre 0 e 1 e de que as mudanças ocorridas nas variáveis independentes produzem efeitos cada vez menores sobre a variável dependente, à medida que ela assuma valores mais próximos dos extremos (0 e 1). Isso significa que quanto mais a probabilidade se aproxima desses extremos, tornam-se necessárias mudanças cada vez mais expressivas na função logística para se obter o mesmo efeito que seria obtido no meio da curva (CORRAR, PAULO E DIAS FILHO, 2009).

Quando se utiliza um modelo estatístico, é sempre necessário atentar para os requisitos em relação aos dados. No caso da regressão logística, os requisitos a serem observados são: i. incluir todas as variáveis preditoras no modelo; ii. o valor esperado do erro deve ser

zero; iii. inexistência de autocorrelação entre os erros; iv. inexistência de correlação entre os erros e as variáveis independentes; e v. ausência de multicolinearidade perfeita entre as variáveis independentes (CORRAR, PAULO E DIAS FILHO, 2009).

O pressuposto da inclusão de todas as variáveis preditoras no modelo deve-se ao fato de fornecer ao modelo, uma maior estabilidade, ou seja, que ele, em diferentes regressões, com inclusão ou exclusão de algumas variáveis, apresente resultados semelhantes ou aproximados. No entanto, é necessário ter em mente o "princípio da parcimônia", que consiste em selecionar o modelo mais simples que desempenhe o seu papel adequadamente (LEVINE et al, 2008). Assim, para atender esse pressuposto e, ao mesmo tempo, buscar um modelo com menos variáveis e sem perder o seu poder explicativo, fez-se uso das medidas de avaliação do modelo logístico: valor de verossimilhança (*likelihood value*), pseudo- r^2 , o teste de Hosmer-Lemeshow (HL) e, finalmente, o percentual de observações corretamente classificadas.

O valor de verossimilhança (*likelihood value*) é um indicador que busca aferir a capacidade de o modelo estimar a probabilidade associada à ocorrência de determinado evento e o seu papel é semelhante o da estatística F utilizada no modelo de regressão linear. Essa estatística, quanto mais próxima de zero, indica um maior poder preditivo do modelo, mas essa análise deve ser feita somente em relação a outros modelos, de forma a encontrar o melhor ajuste. O pseudo- r^2 também deve ser utilizado para a comparação entre os modelos e para escolher o melhor ajuste, ou seja, entre duas equações logísticas igualmente válidas, deve-se preferir a que apresente o pseudo- r^2 mais elevado (CORRAR, PAULO E DIAS FILHO, 2009).

O teste HL é um teste *qui-quadrado* que consiste em dividir o número de observações em dez classes e aferir a precisão do modelo testando a hipótese de que os valores preditos são significativamente diferentes dos observados. Para se rejeitar essa hipótese, quanto mais elevado o valor do p-valor (*p-value*) do teste, melhor.

O percentual de observações corretamente classificadas dá uma visão da qualidade do modelo no acerto de previsões. Quanto maior o percentual de acerto, mais ajustado o modelo. Assim, no intuito de selecionar o modelo mais ajustado dentre as várias alternativas apresentadas com a inclusão ou exclusão das variáveis e sempre em observância ao princípio da parcimônia, em cada uma das análises, buscou-se o modelo que apresentasse o maior percentual de acerto, o maior pseudo- r^2 , a rejeição da hipótese testada do teste HL (maior *p-value*) e com menos variáveis.

Em relação às premissas de que o valor esperado do erro deve ser zero, da inexistência de autocorrelação entre os erros e da inexistência de correlação entre os erros e as variáveis independentes foi feita uma análise gráfica dos resíduos e, em princípio, os pressupostos foram devidamente verificados. Minimizando um possível questionamento acerca da fragilidade desse tipo de análise, cita-se Hair (2005, p. 231) que afirma que "[...] a regressão logística é muito mais robusta quando os seus pressupostos não são satisfeitos integralmente, o que torna a sua aplicação apropriada em muitas situações". De acordo com Fávero et al (2009, p. 440), "[...] a grande vantagem da regressão logística diante de outras técnicas, reside na flexibilidade de seus pressupostos, o que amplia a sua aplicabilidade".

Outro pressuposto testado em relação aos dados foi o da multicolinearidade. Essa condição se refere ao fato de que as variáveis independentes podem ser fortemente correlacionadas entre si e, assim, não forneceriam informações individualizadas (isentas de influências) e se torna difícil separar o efeito dessas variáveis sobre a variável dependente. O método para detecção da multicolinearidade utilizado foi o da estatística do fator inflacionário da variância (FIV). Segundo esse índice, se um conjunto de variáveis independentes não for correlacionado, então FIV será igual a 1 e, embora não tenha um limite definido, se for fortemente correlacionado, apresentará um FIV superior a 5 (SNEE apud LEVINE et al, 2008). Portanto, só as variáveis que apresentaram $FIV < 5$ foram incluídas nos modelos.

4 RESULTADOS

Nesta seção, primeiramente, serão apresentados os resultados obtidos através da metodologia de pesquisa explicitada na seção anterior e, em seguida, os mesmos serão interpretados à luz do referencial teórico.

4.1 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Primeiramente, foram efetuadas as regressões logísticas que consideraram todo o período analisado, ou seja, de 1997 a 2008. No modelo, as variáveis *trvol_est* e *rec_trib* foram excluídas por apresentarem um índice de FIV superior a 5, indicando que estariam correlacionadas, o que prejudicaria o ajuste. Assim, os resultados obtidos pelo modelo com maior poder preditivo e melhor ajuste foram os constantes da Tabela 4.1.

Tabela 4.1 - Resultado do melhor ajuste da regressão logística efetuada com as variáveis contábeis considerando todas as eleições em análise (2000, 2004 e 2008).

Variável dependente: <i>recond</i>				
(recondução do mesmo governante ou de seu aliado político ao mesmo cargo no mandato seguinte)				
Regressores:	Ano pós-eleitoral	Ano intermediário	Ano pré-eleitoral	Ano eleitoral
<i>res_orc</i>	0,932 (0,671)	1,241 (0,573)	0,539 (0,103)	0,013 (0,000)***
<i>ger_caixa</i>	1,013 (0,000)***	1,003 (0,668)	0,998 (0,782)	1,064 (0,000)***
<i>sd_rpnproc</i>	0,998 (0,847)	1,002 (0,845)	0,976 (0,002)***	1,027 (0,001)***
<i>sd_rpproc</i>	1,002 (0,569)	0,995 (0,222)	0,989 (0,005)***	0,995 (0,193)
<i>res_fin</i>	0,999 (0,749)	1,003 (0,498)	1,007 (0,076)*	0,996 (0,148)
<i>div_ativa</i>	1,000 (0,995)	0,999 (0,729)	0,996 (0,020)**	1,001 (0,468)
<i>ind_endiv</i>	1,126 (0,440)	1,048 (0,775)	0,845 (0,295)	0,906 (0,471)
<i>res_orccor</i>	3,938 (0,000)***	0,546 (0,035)**	0,745 (0,327)	0,211 (0,000)***

Variável dependente: <i>recond</i>				
(recondução do mesmo governante ou de seu aliado político ao mesmo cargo no mandato seguinte)				
Regressores:	Ano pós-eleitoral	Ano intermediário	Ano pré-eleitoral	Ano eleitoral
<i>desp_pessoal</i>	0,999 (0,810)	1,001 (0,818)	0,997 (0,289)	0,990 (0,004)***
<i>desp_invest</i>	0,991 (0,096)*	1,018 (0,001)***	1,027 (0,000)***	1,021 (0,000)***
<i>pib_pc</i>		1,000 (0,980)		
<i>ind_analf</i>		1,015 (0,000)***		
<i>ind-gini</i>		0,938 (0,477)		
<i>energ_tv</i>		1,007 (0,000)***		
<i>part_pres</i>		1,040 (0,540)		
<i>part_gov</i>		0,679 (0,000)***		
<i>mun_medio</i>		0,797 (0,029)**		
<i>mun_grande</i>		0,763 (0,174)		
<i>constante</i>		522,891 (0,000)***		
<i>N</i>		10.212		
<i>-2LL</i>		13.376,581		
<i>Pseudo-r²</i>		0,086		
<i>Hosmer-Lemeshow</i>		(0,252)		
<i>Percentual de acerto</i>		61,3%		

Legenda: (***) coeficiente estatisticamente significativo a 1%; (**) coeficiente estatisticamente significativo a 5%; (*) coeficiente estatisticamente significativo a 10%. p-valor (*p-value*) entre parênteses. Coeficientes expressos em $\text{Exp}(\beta k)$.

Em relação à tabela 4.1, ressalta-se que os coeficientes estão expressos em $\text{Exp}(\beta k)$, que representa a constante matemática "e" (2,7182...) elevada ao coeficiente *logit* (logaritmo natural da razão de chance), ou seja, representam a própria razão de chance (*odds ratio*) dada pela equação (3).

$\text{Exp}(\beta k) = \text{Razão de chance} = \frac{\text{P (recondução)}}{1 - \text{P(recondução)}}$ <p style="text-align: center;">(<i>odds ratio</i>)</p>	(3)
--	-----

Assim, um coeficiente menor do que 1, indica uma redução na probabilidade de ocorrer a recondução do mesmo governante ou de seu aliado político ao mesmo cargo no mandato seguinte e superior a 1, indicam uma elevação da probabilidade.

O teste HL (Hosmer-Lemeshow) mostrou um *p-valor* de 0,252, rejeitando a hipótese de que os valores preditos são diferentes dos observados. Já o percentual de acerto do modelo indica que, em aproximadamente 61,3% dos municípios, as variáveis explicam a recondução ou não do governante. Os coeficientes significantes a 1%, 5% e 10% constam das áreas sombreadas da Tabela 4.1.

Nas regressões logísticas que consideraram somente o período abrangido pelas eleições de 2000, ou seja, de 1997 a 2000, as variáveis *trvol_uniao*, *sd_rpnproc*, *sd_rpproc*, *ind_endiv* e *rec_trib* foram excluídas por apresentarem um índice de FIV superior a 5. Com isso, os resultados obtidos pelo modelo com maior poder preditivo e melhor ajuste para as eleições de 2000 foram os constantes da Tabela 4.2.

Tabela 4.2 - Resultado do melhor ajuste da regressão logística efetuada com as variáveis contábeis considerando somente as eleições de 2000.

Variável dependente: <i>recond</i>				
(recondução do mesmo governante ou de seu aliado político ao mesmo cargo no mandato seguinte)				
Regressores:	Ano pós-eleitoral	Ano intermediário	Ano pré-eleitoral	Ano eleitoral
<i>res_orc</i>	0,961 (0,844)	0,481 (0,241)	0,617 (0,356)	0,050 (0,000)***
<i>ger_caixa</i>	1,013 (0,000)***	1,003 (0,688)	0,998 (0,728)	1,065 (0,000)***
<i>res_fin</i>	1,004 (0,803)	1,003 (0,493)	1,059 (0,015)**	0,997 (0,640)
<i>div_ativa</i>	0,999 (0,829)	0,999 (0,758)	0,995 (0,211)	1,000 (0,959)
<i>res_orccor</i>	4,137 (0,000)***	1,335 (0,545)	1,009 (0,985)	0,314 (0,062)*
<i>trvol_est</i>	1,000 (0,954)	0,990 (0,020)**	0,981 (0,178)	1,014 (0,328)
<i>desp_pessoal</i>	0,999 (0,862)	0,999 (0,895)	0,999 (0,713)	0,991 (0,060)*
<i>desp_invest</i>	0,999 (0,172)	1,006 (0,413)	1,021 (0,014)**	1,032 (0,000)***
<i>pib_pc</i>		1,000 (0,216)		
<i>ind_analf</i>		1,017 (0,001)***		
<i>ind-gini</i>		0,151 (0,010)***		

Variável dependente: <i>recond</i> (recondução do mesmo governante ou de seu aliado político ao mesmo cargo no mandato seguinte)				
Regressores:	Ano pós-eleitoral	Ano intermediário	Ano pré-eleitoral	Ano eleitoral
<i>energ_tv</i>		1,000 (0,961)		
<i>part_pres</i>		0,653 (0,000)***		
<i>part_gov</i>		0,779 (0,006)***		
<i>mun_medio</i>		0,791 (0,206)		
<i>mun_grande</i>		0,901 (0,761)		
<i>constante</i>		219,970 (0,001)***		
<i>N</i>		3.404		
<i>-2LL</i>		4.318,719		
<i>Pseudo-r²</i>		0,138		
<i>Hosmer-Lemeshow</i>		(0,304)		
<i>Percentual de acerto</i>		63,4%		

Legenda: (***) coeficiente estatisticamente significativa a 1%; (**) coeficiente estatisticamente significativa a 5%; (*) coeficiente estatisticamente significativa a 10%. *p*-valor (*p-value*) entre parênteses. Coeficientes expressos em $\text{Exp}(\beta_k)$.

O teste HL mostrou um *p-valor* de 0,304, rejeitando a hipótese de que os valores preditos são diferentes dos observados. Já o percentual de acerto do modelo alcançou 63,4%. Verifica-se, portanto, que o modelo que considera somente as eleições de 2000 apresentou um ajuste melhor do que aquele que considera todo o período de 1997 a 2008.

Nas regressões relacionadas às eleições de 2004, ou seja, referentes ao período de 2001 a 2004, a variável *rec_trib* e os resultados obtidos pelo modelo com maior poder preditivo e melhor ajuste para as eleições de 2004 foram os constantes da Tabela 4.3.

Tabela 4.3 - Resultado do melhor ajuste da regressão logística efetuada com as variáveis contábeis considerando somente as eleições de 2004.

Variável dependente: <i>recond</i> (recondução do mesmo governante ou de seu aliado político ao mesmo cargo no mandato seguinte)				
Regressores:	Ano pós-eleitoral	Ano intermediário	Ano pré-eleitoral	Ano eleitoral
<i>res_orc</i>	0,379 (0,303)	0,897 (0,881)	1,036 (0,971)	0,005 (0,000)***

Variável dependente: <i>recond</i>				
(recondução do mesmo governante ou de seu aliado político ao mesmo cargo no mandato seguinte)				
Regressores:	Ano pós-eleitoral	Ano intermediário	Ano pré-eleitoral	Ano eleitoral
<i>ger_caixa</i>	1,012 (0,000)***	1,006 (0,561)	0,976 (0,101)	1,032 (0,015)**
<i>sd_rpnproc</i>	1,007 (0,633)	1,011 (0,472)	0,995 (0,726)	1,035 (0,060)*
<i>sd_rpproc</i>	1,012 (0,046)**	0,995 (0,544)	0,988 (0,119)	1,002 (0,801)
<i>res_fin</i>	0,999 (0,907)	1,013 (0,041)**	1,001 (0,915)	0,995 (0,344)
<i>div_ativa</i>	1,002 (0,402)	1,001 (0,759)	0,996 (0,199)	1,001 (0,708)
<i>res_orccor</i>	1,302 (0,675)	1,345 (0,517)	0,948 (0,944)	0,171 (0,006)***
<i>desp_pessoal</i>	0,998 (0,712)	0,994 (0,401)	0,984 (0,129)	1,007 (0,441)
<i>desp_invest</i>	0,988 (0,196)	1,027 (0,001)***	1,007 (0,534)	1,027 (0,008)***
<i>pib_pc</i>		1,000 (0,691)		
<i>ind_analf</i>		1,014 (0,004)***		
<i>ind-gini</i>		0,224 (0,602)		
<i>energ_tv</i>		1,009 (0,001)***		
<i>part_pres</i>		1,763 (0,000)***		
<i>part_gov</i>		0,670 (0,000)***		
<i>mun_medio</i>		0,638 (0,012)**		
<i>mun_grande</i>		0,396 (0,011)**		
<i>constante</i>		2591,519 (0,001)***		
<i>N</i>		3.404		
<i>-2LL</i>		4462,198		
<i>Pseudo-r²</i>		0,096		
<i>Hosmer-Lemeshow</i>		<i>Sig.</i> =0,778		
<i>Percentual de acerto</i>		61,7%		

Legenda: (***) coeficiente estatisticamente significante a 1%; (**) coeficiente estatisticamente significante a 5%; (*) coeficiente estatisticamente significante a 10%. *p*-valor (*p-value*) entre parênteses. Coeficientes expressos em Exp(β k).

O teste HL mostrou-se satisfatório ($p\text{-valor}=0,778$) e o percentual de acerto do modelo alcançou 61,7%, ou seja, este modelo também apresentou um ajuste melhor do que aquele que considera todo o período de 1997 a 2008.

Por fim, nas regressões relacionadas às eleições de 2008 (período de 2005 a 2008), as variáveis *rec_trib* e *desp_pessoal* foram excluídas em virtude da correlação significativa. Dessa forma, os resultados obtidos pelo modelo com maior poder preditivo e melhor ajuste para as eleições de 2008 foram os constantes da Tabela 4.4.

Tabela 4.4 - Resultado do melhor ajuste da regressão logística efetuada com as variáveis contáveis considerando somente as eleições de 2008.

Regressores:	Variável dependente: <i>recond</i> (recondução do mesmo governante ou de seu aliado político ao mesmo cargo no mandato seguinte)			
	Ano pós-eleitoral	Ano intermediário	Ano pré-eleitoral	Ano eleitoral
<i>res_orc</i>	1,977 (0,487)	2,021 (0,319)	0,460 (0,307)	0,019 (0,000)***
<i>ger_caixa</i>	1,021 (0,000)***	0,989 (0,556)	1,011 (0,403)	1,092 (0,003)***
<i>sd_rpnproc</i>	0,996 (0,780)	0,989 (0,461)	0,975 (0,060)*	1,037 (0,005)***
<i>sd_rpproc</i>	1,001 (0,914)	0,997 (0,581)	1,000 (0,956)	0,998 (0,608)
<i>res_fin</i>	0,999 (0,907)	1,013 (0,041)**	1,012 (0,023)**	0,995 (0,344)
<i>div_ativa</i>	0,999 (0,809)	0,999 (0,851)	0,996 (0,248)	1,004 (0,218)
<i>ind_endiv</i>	0,953 (0,829)	1,024 (0,912)	0,955 (0,831)	1,056 (0,792)
<i>res_orccor</i>	4,795 (0,019)**	0,401 (0,091)*	0,664 (0,476)	0,387 (0,038)**
<i>trvol_est</i>	1,014 (0,692)	0,984 (0,636)	0,942 (0,249)	1,036 (0,512)
<i>desp_invest</i>	0,990 (0,320)	1,007 (0,437)	1,039 (0,000)***	1,012 (0,145)
<i>pib_pc</i>		1,000 (0,707)		
<i>ind_analf</i>		1,014 (0,004)***		
<i>ind-gini</i>		1,132 (0,657)		
<i>energ_tv</i>		1,007 (0,021)**		
<i>part_pres</i>		1,373 (0,006)***		

Variável dependente: <i>recond</i> (recondução do mesmo governante ou de seu aliado político ao mesmo cargo no mandato seguinte)				
Regressores:	Ano pós-eleitoral	Ano intermediário	Ano pré-eleitoral	Ano eleitoral
<i>part_gov</i>		0,689 (0,000)***		
<i>mun_medio</i>		0,967 (0,851)		
<i>mun_grande</i>		1,064 (0,859)		
<i>constante</i>		17,596 (0,133)		
<i>N</i>		3.404		
<i>-2LL</i>		4.435,968		
<i>Pseudo-r²</i>		0,068		
<i>Hosmer-Lemeshow</i>		<i>Sig.</i> =0,345		
<i>Percentual de acerto</i>		62,1%		

Legenda: (***) coeficiente estatisticamente significativa a 1%; (**) coeficiente estatisticamente significativa a 5%; (*) coeficiente estatisticamente significativa a 10%. p-valor (*p-value*) entre parênteses. Coeficientes expressos em $\text{Exp}(\beta_k)$.

O teste HL mostrou-se satisfatório (*p-valor*=0,345) e o percentual de acerto do modelo (62,1%) também apresentou um ajuste melhor do que aquele que considera todo o período de 1997 a 2008.

A Tabela 4.5 resume os resultados obtidos em todos os modelos com melhor potencial preditivo, explicitando apenas a elevação ou redução da probabilidade de recondução, sem demonstrar os respectivos coeficientes e estatísticas.

Tabela 4.5 – Resumo dos resultados das regressões logísticas efetuadas.

Regressores:	Ano:	Todas as eleições (1997 a 2008)	Eleições de 2000 (1997 a 2000)	Eleições de 2004 (2001 a 2004)	Eleições de 2008 (2005 a 2008)
<i>res_orc</i>	<i>Pós-eleitoral</i>				
	<i>Intermediário</i>				
	<i>Pré-eleitoral</i>				
	<i>Eleitoral</i>	-	-	-	-
<i>ger_caixa</i>	<i>Pós-eleitoral</i>	+	+	+	+
	<i>Intermediário</i>				
	<i>Pré-eleitoral</i>				
	<i>Eleitoral</i>	+	+	+	+

Regressores:	Ano:	Todas as eleições (1997 a 2008)	Eleições de 2000 (1997 a 2000)	Eleições de 2004 (2001 a 2004)	Eleições de 2008 (2005 a 2008)
<i>sd_rpnproc</i>	<i>Pós-eleitoral</i>				
	<i>Intermediário</i>				
	<i>Pré-eleitoral</i>	-			-
	<i>Eleitoral</i>	+		+	+
<i>sd_rpproc</i>	<i>Pós-eleitoral</i>			+	
	<i>Intermediário</i>				
	<i>Pré-eleitoral</i>	-			
	<i>Eleitoral</i>				
<i>res_fim</i>	<i>Pós-eleitoral</i>			+	+
	<i>Intermediário</i>				
	<i>Pré-eleitoral</i>	+	+		+
	<i>Eleitoral</i>				
<i>div_ativa</i>	<i>Pós-eleitoral</i>				
	<i>Intermediário</i>				
	<i>Pré-eleitoral</i>	-			
	<i>Eleitoral</i>				
<i>res_orccor</i>	<i>Pós-eleitoral</i>	+	+		+
	<i>Intermediário</i>	-			-
	<i>Pré-eleitoral</i>				
	<i>Eleitoral</i>	-	-	-	-
<i>desp_pessoal</i>	<i>Pós-eleitoral</i>				
	<i>Intermediário</i>				
	<i>Pré-eleitoral</i>				
	<i>Eleitoral</i>	-	-		
<i>desp_invest</i>	<i>Pós-eleitoral</i>	-			
	<i>Intermediário</i>	+		+	
	<i>Pré-eleitoral</i>	+	+		+
	<i>Eleitoral</i>	+	+	+	
<i>trvol_est</i>	<i>Pós-eleitoral</i>				
	<i>Intermediário</i>		-		
	<i>Pré-eleitoral</i>				
	<i>Eleitoral</i>				
<i>ind_analf</i>	<i>Todo o período</i>	+	+	+	+
<i>ind_gini</i>	<i>Todo o período</i>		-		
<i>energ_tv</i>	<i>Todo o período</i>	+		+	+
<i>part_pres</i>	<i>Todo o período</i>		-	+	+
<i>part_gov</i>	<i>Todo o período</i>	-	-	-	-
<i>mun_medio</i>	<i>Todo o período</i>	-		-	
<i>mun_grande</i>	<i>Todo o período</i>			-	

Legenda: (+) elevação da probabilidade de recondução do mesmo governante ou de seu aliado político; (-) redução da probabilidade de recondução do mesmo governante ou de seu aliado político.

Em relação à Tabela 4.5, nota-se que os modelos estão relativamente estáveis, ou seja, sem alterações significativas em relação ao aumento ou diminuição da probabilidade de recondução, o que é um indício de um ajuste adequado e consistente com a realidade. Além disso, embora o percentual de acerto geral no modelo com todos os períodos eleitorais tenha sido de 61,3% na média, em relação à recondução (probabilidade de sucesso), as variáveis independentes explicam 74,5% dos casos de recondução conforme demonstra a Figura 4.1, obtida da tela de *output* do SPSS® (*Statistical Package for the Social Sciences*), software utilizado nas regressões.

Classification Table ^a					
Observed			Predicted		
			RECOND		Percentage Correct
	.00	1.00			
Step 1	RECOND	.00	2076	2517	45,2
		1.00	1431	4188	74,5
Overall Percentage					61,3

a. The cut value is .500

Figura 4.1 - Reprodução da tela de output do SPSS em que consta o percentual de acerto do modelo logístico com todos os ciclos eleitorais.

Na Figura 4.1, a primeira coluna demonstra de que forma a variável dependente foi definida, sendo que 1 foi atribuído aos casos de recondução e 0 aos casos em que não houve recondução. Dentre os 5.619 casos de recondução nos períodos eleitorais que culminaram com as eleições de 2000, 2004 e 2008, o modelo acertou a previsão de 4.188 (74,5%). Através desse percentual de acerto nos casos de recondução, é evidenciado que o modelo encontrado nesta pesquisa pode ser utilizado em pesquisas futuras, no sentido de comparar resultados, considerar outras variáveis e fornecer subsídios para a análise da influência de variáveis contáveis na probabilidade de reeleição ou recondução de um aliado político.

4.2 ANÁLISE DOS RESULTADOS À LUZ DO REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta subseção são apresentadas as interpretações dos resultados obtidos em relação a cada variável, a identificação dos mesmos com o

referencial teórico e as considerações acerca da confirmação ou não de achados de estudos empíricos anteriores.

4.2.1 Variáveis de controle

A Tabela 4.6 resume os resultados estatisticamente significativos encontrados para as variáveis de controle.

Tabela 4.6 – Resumo dos resultados significativos das variáveis de controle.

Regressores:	Todas as eleições (1997 a 2008)	Eleições de 2000 (1997 a 2000)	Eleições de 2004 (2001 a 2004)	Eleições de 2008 (2005 a 2008)
<i>ind_analf</i>	1,015 (0,000)***	1,017 (0,001)***	1,014 (0,004)***	1,014 (0,004)***
<i>ind_gini</i>		0,151 (0,010)***		
<i>energ_tv</i>	1,007 (0,000)***		1,009 (0,001)***	1,007 (0,021)**
<i>part_pres</i>		0,653 (0,000)***	1,763 (0,000)***	1,373 (0,006)***
<i>part_gov</i>	0,679 (0,000)***	0,779 (0,006)***	0,670 (0,000)***	0,689 (0,000)***
<i>mun_medio</i>	0,797 (0,029)**		0,638 (0,012)**	
<i>mun_grande</i>			0,396 (0,011)**	

Legenda: (***) coeficiente estatisticamente significativo a 1%; (**) coeficiente estatisticamente significativo a 5%; (*) coeficiente estatisticamente significativo a 10%. *p*-valor (*p-value*) entre parênteses. Coeficientes expressos em $\text{Exp}(\beta_k)$.

Antes mesmo de se proceder à análise dos resultados obtidos em relação às variáveis contábeis e orçamentárias, verifica-se mais indícios de que os modelos encontram respaldo teórico e que, provavelmente, apresentam resultados condizentes com a realidade. Isto é sinalizado pelo fato da variável *ind_analf* apresentar resultados significativos nos quatro modelos, ou seja, em relação a todo o período e a cada um dos ciclos eleitorais, indicando que, mantidas as demais variáveis constantes, a elevação na taxa de analfabetismo em 1% faz com que a chance de sucesso na recondução exceda a de não-sucesso em 1,5% no modelo com todos os períodos.

A relação entre a menor consciência do eleitor e a probabilidade de reeleição ou recondução é extremamente intuitiva, além de ter sido corroborada nos estudos de Akhmedov e Zhuravskaya (2003) e Arvate, Mendes e Rocha (2010), dentre outros. A falta de capacidade do eleitor em detectar o comportamento “oportunista” dos governantes em razão da assimetria informacional, é agravada quando o eleitor não possui um maior grau de discernimento ou quando o seu nível de escolaridade é baixo. Nestes casos, não é possível se esperar um comportamento “racional” por parte do eleitor.

Em relação às variáveis de controle, também se observaram outros resultados significativos para todas as regressões realizadas. A variável *part_gov* também se mostrou significativa em todos os modelos, indicando que um alinhamento político do Prefeito com o Governador de Estado reduz a probabilidade de recondução, ou seja, os eleitores penalizam o Prefeito que pertence ao mesmo partido ou coligação do Governador do Estado. No modelo com todos os períodos, esse alinhamento faz com que a chance de não-recondução exceda a de recondução em 47,3%, e o coeficiente mais significativo foi encontrado no modelo que abrange somente as eleições de 2008, em que esse percentual foi de 49,3%.

Em primeira análise, o resultado da variável *part_gov* se mostra contra-intuitivo se analisarmos a questão das transferências governamentais, pois se presume que o alinhamento renderia maiores receitas de transferências para o município. De fato, dentre os achados de Ferreira e Bugarin (2007), destaca-se que o alinhamento político com o Governador eleva o montante das receitas de transferências recebidas (em relação à coligação partidária).

Por outro lado, Sakurai e Menezes-Filho (2010) chegaram à conclusão de que, quando é verificado o referido alinhamento, há uma redução significativa das despesas totais dos municípios e um aumento das receitas tributárias. Segundo outro estudo dos mesmos autores, o aumento das despesas totais e o das receitas tributárias elevam a chance de reeleição (SAKURAI e MENEZES-FILHO, 2008), sendo que o resultado em relação às despesas totais também foi confirmado por Klein (2010). Assim, pode-se concluir com base nesses resultados, que o fato do alinhamento estar relacionado a uma diminuição das despesas totais explica, em parte, a redução na probabilidade de recondução. Por outro lado, como o alinhamento também gera um aumento das receitas tributárias e estas elevam a probabilidade de reeleição, há um aparente conflito entre os resultados. Esse conflito pode ser solucionado através da constatação de que o efeito marginal do aumento das despesas totais

na elevação da probabilidade de recondução é superior ao do aumento das receitas tributárias e isto foi evidenciado no trabalho de Sakurai e Menezes-Filho (2008) por meio dos coeficientes da razão de chance.

Em relação ao alinhamento com o Presidente da República, o qual é captado pela variável *part_pres*, foram encontrados resultados significativos em três dos quatro modelos analisados, ou seja, somente nos modelos que analisam cada um dos períodos eleitorais em separado. Quanto ao referido alinhamento no período eleitoral que culminou com as eleições de 2000, constatou-se uma redução significativa na probabilidade de recondução, enquanto que nos períodos referentes às eleições de 2004 e 2008, esse alinhamento foi recompensado pelos eleitores.

No inter-relacionamento com as variáveis contábeis, o alinhamento político com o Presidente está relacionado a uma redução do resultado orçamentário (SAKURAI e MENEZES-FILHO, 2010), o que, com base nos modelos analisados e nos achados de Brender e Drazen (2008), aumenta a probabilidade de recondução. Por outro lado, o alinhamento também está relacionado à redução das despesas de capital em anos eleitorais (SAKURAI e MENEZES-FILHO, 2010), o que reduz a probabilidade segundo as regressões apresentadas neste trabalho. Assim, não é possível chegar a um diagnóstico relativo ao alinhamento do Presidente com base nas variáveis contábeis, pois os resultados se apresentam conflitantes. Esta constatação - aliada ao fato de que os resultados foram significativos somente nos modelos que analisam cada um dos períodos eleitorais em separado-, talvez seja atribuída à concepção de que a elevação ou não da probabilidade não seja uma regra que possa ser claramente definida em relação ao cargo somente, pois os eleitores poderiam estar considerando questões relacionadas ao comportamento pessoal e à popularidade do governante da esfera federal.

Outra variável de controle que apresentou resultados significativos em três dos quatro modelos analisados, incluindo o modelo que contempla todos os períodos, foi a *energ_tv*, a qual foi selecionada para desempenhar um papel de *proxy* do efeito da mídia na probabilidade de recondução. Quanto maior o percentual de cidadãos do município com acesso ao serviço de energia elétrica e que conta com pelo menos um televisor, maior a probabilidade de recondução. Contudo, o efeito sobre a razão de chance é modesto, indicando que o aumento de 1% da população com acesso a esses serviços, faz com que a chance de recondução exceda apenas 0,7% à da não-recondução.

Mesmo com um efeito pequeno, o resultado referente à variável *energ_tv* confirma os achados de Brender (2002) e Heine e Mause (2004), de que o desenvolvimento da mídia agrava os ciclos políticos, principalmente no caso específico de novas democracias e de países em desenvolvimento, em que o comportamento oportunista dos governantes tende a ser mais evidente. Por outro lado, o resultado vai de encontro à conclusão de Vergne (2009), que afirma que a mídia funcionaria como um elemento redutor da assimetria informacional e, portanto, reduziria a efetividade dos ciclos políticos.

A influência do tamanho do município (*mun_grande* e *mun_medio*) mostrou-se evidente no modelo que abrange todo o período, indicando que o fato do município ser de porte médio, impacta negativamente na probabilidade de recondução, sendo que o mesmo efeito foi evidenciado no modelo que engloba o período das eleições de 2004.

O fato de o município ser de grande porte também impactou negativamente na recondução em relação às eleições de 2004. Estes resultados talvez possam ser atribuídos ao fato de que há uma competição mais acirrada nos municípios de médio e grande porte, possivelmente ocasionada por maiores recursos empregados em campanhas eleitorais e pela participação mais ativa da mídia.

Em relação à variável *ind_gini*, embora tenha apresentado resultado significativo em um dos modelos, o mesmo não enseja uma análise mais detalhada, pois não foi verificado um padrão cíclico evidente. Entretanto, verificou-se que no período eleitoral de 2000, o aumento da desigualdade de renda reduziu a probabilidade de recondução, o que se mostra de acordo com o esperado.

Nos modelos testados, há evidências de que o PIB per capita não parece influenciar as chances de recondução, diferentemente do que foi encontrado nos estudos de Brender e Drazen (2008) e Cançado e Araújo Júnior (2004).

4.2.2 Resultado Orçamentário e Resultado Orçamentário Corrente

Os resultados obtidos em relação às variáveis *res_orc* e *res_orccor* se apresentaram compatíveis, sinalizando que, embora nos testes de multicolinearidade não tenha sido detectada uma correlação significativa entre as duas variáveis, o Resultado Orçamentário Corrente exerce um efeito muito significativo no Resultado Orçamentário e

ambos exercem influência na recondução. Por isso, a análise dos resultados dessas duas variáveis será feita em conjunto.

A Tabela 4.7 resume os resultados estatisticamente significativos encontrados para as variáveis que representam o Resultado Orçamentário (*res_orc*) e Resultado Orçamentário Corrente (*res_orccor*).

Tabela 4.7 – Resumo dos resultados significativos das variáveis *res_orc* e *res_orccor*.

Regressores:	Ano:	Todas as eleições (1997 a 2008)	Eleições de 2000 (1997 a 2000)	Eleições de 2004 (2001 a 2004)	Eleições de 2008 (2005 a 2008)
<i>res_orc</i>	<i>Pós-eleitoral</i>				
	<i>Intermediário</i>				
	<i>Pré-eleitoral</i>				
	<i>Eleitoral</i>	0,013 (0,000)***	0,050 (0,000)***	0,005 (0,000)***	0,019 (0,000)***
<i>res_orccor</i>	<i>Pós-eleitoral</i>	3,938 (0,000)***	4,137 (0,000)***		4,795 (0,019)**
	<i>Intermediário</i>	0,546 (0,035)**			0,401 (0,091)*
	<i>Pré-eleitoral</i>				
	<i>Eleitoral</i>	0,211 (0,000)***	0,314 (0,062)*	0,171 (0,006)***	0,387 (0,038)**

Legenda: (***) coeficiente estatisticamente significativa a 1%; (**) coeficiente estatisticamente significativa a 5%; (*) coeficiente estatisticamente significativa a 10%. p-valor (*p-value*) entre parênteses. Coeficientes expressos em Exp(β k).

A variável *res_orc*, que representa Resultado Orçamentário (RO), evidenciado no Balanço Orçamentário e representado pela diferença entre as receitas realizadas e as despesas incorridas no exercício, apresentou-se significante nos quatro modelos analisados, indicando que um maior resultado orçamentário (excesso das receitas em relação às despesas orçamentárias) em anos eleitorais reduz a probabilidade de recondução do governante ou de seu aliado político.

Em análise aos coeficientes apresentados nos modelos e ao *p-valor* (teste de Wald), há uma indicação de que o efeito negativo na probabilidade de recondução é contundente. Em todos os modelos, a

significância apresentou-se inferior a 0,1% e os coeficientes de $Exp(\beta_k)$ foram próximos de zero. No entanto, é necessário ressaltar que o peso do coeficiente da variável é calculado de acordo com a representação da variável nos modelos, a qual é dada pela forma de quociente (receitas sobre as despesas). Assim, a interpretação é feita considerando, por exemplo, uma situação extrema onde a receita orçamentária, após estar em um patamar de igualdade, passasse a representar o dobro da despesa orçamentária (elevação do quociente em uma unidade), em que isto faria a chance de não-recondução exceder a de recondução em 76,9%.

Em relação às estatísticas descritivas da variável, é interessante notar que a média em anos eleitorais foi de 0,9784 (desvio-padrão de 0,0705) e, portanto, conclui-se que o RO apresenta-se na forma de déficit (despesas maiores que as receitas) na grande maioria dos municípios. Dessa forma, outra interpretação correta é a de que uma diminuição do déficit orçamentário implica em redução na probabilidade de recondução, o que corrobora os achados de Brender e Drazen (2008) e Klein (2010). Nesse sentido, Galli e Rossi (2002) e Bittencourt e Hillbrecht (2003) demonstraram que o gasto extra em razão de uma expansão fiscal visando à indução da escolha do eleitor é, de fato, um fator explicativo do aumento do déficit orçamentário em anos eleitorais e, segundo os modelos do presente trabalho, esse cenário parece realmente exercer influência na escolha do eleitor.

Sem considerar os efeitos marginais da elevação ou redução de cada tipo de receita ou despesa, o aumento do RO pode ser representado: i) pelo aumento do Resultado Orçamentário Corrente, representado pela elevação dos tributos e demais receitas correntes e/ou pela diminuição das despesas correntes (pessoal e encargos, juros e manutenção da "máquina pública"); ii) pelo aumento das receitas de capital que representam basicamente as operações de crédito e alienação de bens; e/ou iii) pela redução das despesas de investimentos e de amortização da dívida passiva do ente.

Nesse momento, torna-se necessário comparar os resultados de *res_orc* com os de *res_orccor* para apresentar mais algumas conclusões relevantes quando se leva em consideração a decomposição do RO.

Segundo a análise da variável *res_orccor*, a elevação do Resultado Orçamentário Corrente (ROC) em anos eleitorais também influencia negativamente as chances de recondução em todos os modelos analisados, sendo que os coeficientes também foram bem contudentes, mas é necessário ressaltar que, a exemplo de *res_orc*, a representação de *res_orccor* também é um quociente entre receitas

(correntes) e despesas (correntes) do exercício e vale a mesma explicação que foi dada em relação aos coeficientes de *res_orc*.

Um possível aumento do ROC explica parcialmente um aumento do RO, pois está relacionado à elevação das receitas de tributos e de outras receitas correntes e/ou da redução das despesas correntes (pessoal e encargos, juros e encargos da dívida e despesas com a manutenção da "máquina pública").

Quanto à elevação das receitas tributárias, os estudos de Bittencourt e Hillbrecht (2003), Nakaguma e Bender (2006) e Nakaguma e Bender (2010) encontraram impulsos positivos em relação às mesmas em anos eleitorais, o que, aparentemente vai de encontro à constatação acerca da diminuição do ROC e do RO (elevação do déficit) nesses anos, segundo os estudos dos próprios Bittencourt e Hillbrecht (2003) e de Galli e Rossi (2002). No entanto, essa aparente contradição não se confirma, pois é necessário ter em mente que existem outros fatores que exercem uma influência determinante em relação ao ROC (despesas correntes), e em relação ao RO (as receitas e despesas de capital). Por outro lado, constata-se que as receitas correntes, em regra, não parecem exercer uma influência determinante no ROC e no RO.

Em relação às despesas correntes (pessoal e encargos, juros e encargos da dívida e despesas com a manutenção da máquina pública), Sakurai e Menezes-Filho (2010), Sakurai e Gremaud (2007), Bittencourt e Hillbrecht (2003), Nakaguma e Bender (2006), Nakaguma e Bender (2010) e Oliveira e Carvalho (2009) chegaram à conclusão de que as mesmas se elevam em anos eleitorais, indicando um possível consenso em relação a este fato. Ao considerar que essa elevação gera uma redução do ROC e do RO, e que esse efeito implica em aumento na probabilidade de recondução, os modelos apontam para o fato de que este é o principal fator que influencia as chances de recondução.

De fato, as despesas correntes são as que estão relacionadas à sinalização da competência do governante na forma de consumo e serviços (ROGOFF, 1990); de gastos com educação, saúde e assistência social (BLAIS e NADEAU, 1991); de gastos com administração e saúde (GALLI e ROSSI, 2002) e; de gastos com educação e cultura, com saúde e saneamento e com assistência e previdência (SAKURAI, 2009). Assim, esse comportamento oportunista voltado à sinalização de competência parece exercer influência na probabilidade de reeleição.

Portanto, em relação ao fato de que uma elevação no ROC em anos eleitorais reduz as chances de recondução, há uma importante evidência de que este efeito ocorre em razão de uma possível redução nas despesas correntes, fato que não é bem visto pelos eleitores, pois as

mesmas estariam relacionadas à sinalização de competência do governante.

Ainda em relação ao ROC, nota-se que a elevação dos valores da variável *res_orccor* em anos pós-eleitorais exerce influência positiva na probabilidade de recondução, ou seja, representa o contrário do que foi verificado em anos eleitorais. Este resultado se mostra intuitivo, ao considerarmos que, em razão da expansão fiscal em anos eleitorais, é imperioso o retorno ao equilíbrio das contas públicas, e este equilíbrio nos primeiros anos de mandato pode proporcionar uma relativa folga orçamentária ao final do mandato. Nos exercícios de 2008 e no modelo com todos os períodos, há ainda o apontamento de que uma elevação do ROC nos anos intermediários reduziria a probabilidade de recondução, contudo, os *p-valores* do teste de Wald foram superiores a 5% e a interpretação desses resultados não parece fornecer conclusões relevantes.

Após verificar o efeito do ROC no RO, é necessário verificar em relação a este último, se o efeito das receitas e despesas de capital corroboram os achados de pesquisa. Em relação às receitas de capital, não foram encontrados resultados significativos para a variável *ind_endiv*, destinada a evidenciar o efeito do aumento do endividamento. Já em relação às despesas de capital, a variável *desp_invest*, a qual evidencia as despesas com investimento, mostrou uma influência positiva na probabilidade de recondução em todo o ciclo eleitoral e, uma vez que o aumento das despesas com investimento reduz o RO, este resultado mostra-se compatível com os demais achados.

4.2.3 Despesas de investimentos

A variável *desp_invest* exprime a representatividade das despesas de investimento em relação às despesas totais. As despesas de investimento são despesas orçamentárias de capital referentes a gastos com softwares e com o planejamento e a execução de obras, inclusive com a aquisição de imóveis considerados necessários à realização das mesmas, e com a aquisição de instalações, equipamentos e material permanente (BRASIL, 2010). Portanto, esse tipo de despesa está relacionada principalmente aos gastos com infraestrutura e, conseqüentemente, com a indução do crescimento econômico.

As despesas com infraestrutura foram inseridas em inúmeros estudos sobre ciclos políticos, o que demonstra a importância dessa variável na caracterização dos mesmos. Os estudos pioneiros de Rogoff (1990) apontam para uma redução nessas despesas, quando verificado o comportamento oportunista do governante. Por outro lado, Schuknecht (2000) evidenciou o contrário ao afirmar que as políticas fiscais oportunistas pressupõem um aumento mais contundente das despesas de capital do que as despesas correntes. Drazen e Eslava (2010) também compartilham dessa última visão, ao conceberem que as despesas de infraestrutura (estradas, represas, estações e energia etc) são as preferidas pelos eleitores. No caso brasileiro, Sakurai e Menezes-Filho (2008) encontraram evidências de que um aumento das despesas de capital eleva a chance de reeleição do governante.

Em relação às variações do montante despendido nas despesas de investimento em razão do calendário eleitoral, Bittencourt e Hillbrecht (2003) evidenciaram um aumento maior dessas despesas em anos pré-eleitorais do que em anos eleitorais. Nakaguma e Bender (2006), por sua vez, encontraram uma elevação em anos eleitorais e uma redução nos anos pós-eleitorais.

Os coeficientes encontrados nos modelos analisados no presente estudo confirmam as afirmações de Schuknecht (2000), Drazen e Eslava (2010) e Sakurai e Menezes-Filho (2008) no sentido de que as despesas de investimento são bem vistas pelos eleitores.

A Tabela 4.8 resume os resultados estatisticamente significativos encontrados para a variável *desp_invest*.

Tabela 4.8 – Resumo dos resultados significativos da variável *desp_invest*.

Regressor:	Ano:	Todas as eleições (1997 a 2008)	Eleições de 2000 (1997 a 2000)	Eleições de 2004 (2001 a 2004)	Eleições de 2008 (2005 a 2008)
	<i>Pós-eleitoral</i>	0,991 (0,096)*			
	<i>Intermediário</i>	1,018 (0,001)***		1,027 (0,001)***	
<i>desp_invest</i>	<i>Pré-eleitoral</i>	1,027 (0,000)***	1,021 (0,014)**		1,039 (0,000)***
	<i>Eleitoral</i>	1,021 (0,000)***	1,032 (0,000)***	1,027 (0,008)***	

Legenda: (***) coeficiente estatisticamente significativa a 1%; (**) coeficiente estatisticamente significativa a 5%; (*) coeficiente estatisticamente significativa a 10%. p-valor (*p-value*) entre parênteses. Coeficientes expressos em $\text{Exp}(\beta_k)$.

Os resultados sugerem que um aumento das despesas de investimentos em quase todos os anos do ciclo eleitoral exerce influência positiva na recondução do governante ou de seus aliados políticos. Somente no modelo com todos os períodos, houve o apontamento de que a elevação dessas despesas em anos pós-eleitorais influencia negativamente, contudo, em relação aos outros resultados, o efeito não foi tão significativo, evidenciado pela significância próxima de 10% (p -valor = 0,096) e pelo o coeficiente muito próximo de 1 (0,991).

Em relação aos anos eleitorais, o modelo com todos os ciclos eleitorais evidenciou que o aumento de 1% na representatividade das despesas de investimento em relação às despesas totais, eleva a chance de recondução em 2,1%. Já em relação aos modelos dos ciclos eleitorais considerados em separado, o efeito mais significativo foi no ciclo que culminou na eleição de 2000, em que este percentual foi de 3,2%.

Nos anos pré-eleitorais, os coeficientes foram semelhantes, sendo que o ciclo eleitoral das eleições de 2008 apresentou um percentual de 3,9%, que foi o maior dentre os modelos considerados.

Em análise aos coeficientes encontrados, nota-se que o estudo está de acordo com os achados de Bittencourt e Hillbrecht (2003), uma vez que a elevação da probabilidade em anos pré-eleitorais está relacionada a um maior montante gasto em investimento nestes anos. Em relação ao trabalho de Nakaguma e Bender (2006), também há concordância, pois caso se considere que há uma elevação de investimentos em anos eleitorais, é certo que a probabilidade de recondução é afetada positivamente. Por outro lado, a redução da probabilidade em anos pós-eleitorais, encontrada no modelo com todos os ciclos, é decorrente de um menor montante de despesas de investimento nesses anos, o que foi evidenciado pelos mesmos autores.

4.2.4 Despesas de pessoal

Em relação à influência das despesas de pessoal na probabilidade de recondução, os modelos apresentaram resultados que indicam uma modesta contribuição da variável *desp_pessoal* para a efetividade dos ciclos políticos. Talvez este resultado também indique o impacto da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF (Lei Complementar nº 101/2000) que estabeleceu, com base no calendário eleitoral, uma série de regras e limites acerca das despesas de pessoal.

Segundo a LRF, a despesa com pessoal dos municípios, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder o percentual de 60% da Receita Corrente Líquida (receitas correntes deduzidas das transferências e contribuições vinculadas a um fundo específico). Além disso, em relação ao calendário eleitoral, segundo o art. 21 da mesma lei, é nulo de pleno direito o ato que provoque aumento da despesa com pessoal nos 180 dias anteriores ao final do mandato do titular do respectivo Poder ou órgão.

A Tabela 4.9 resume os resultados estatisticamente significativos encontrados para a variável *desp_pessoal*.

Tabela 4.9 – Resumo dos resultados significativos da variável *desp_pessoal*.

Regressor:	Ano:	Todas as eleições (1997 a 2008)	Eleições de 2000 (1997 a 2000)	Eleições de 2004 (2001 a 2004)	Eleições de 2008 (2005 a 2008)
	<i>Pós-eleitoral</i>				
	<i>Intermediário</i>				
<i>desp_pessoal</i>	<i>Pré-eleitoral</i>				
	<i>Eleitoral</i>	0,990 (0,004)***	0,991 (0,060)*		

Legenda: (***) coeficiente estatisticamente significativa a 1%; (**) coeficiente estatisticamente significativa a 5%; (*) coeficiente estatisticamente significativa a 10%. p-valor (*p-value*) entre parênteses. Coeficientes expressos em $\text{Exp}(\beta_k)$.

No modelo com todos os ciclos eleitorais, há uma indicação de que a elevação de 1% da representatividade das despesas de pessoal em relação às despesas totais em anos eleitorais reduz a chance de recondução em 1%. Já em relação ao ciclo das eleições de 2000, esse percentual é de 0,9% (significância estatística superior a 5%).

Em atenção a esses resultados, presume-se que o impacto negativo na probabilidade se deva ao fato de que o eleitor, em regra, não é receptivo à elevação das despesas relacionadas à "máquina pública" conforme asseveram Drazen e Eslava (2010).

Por outro lado, verifica-se que nos modelos que contemplam os períodos eleitorais em separado, somente o período que culminou com as eleições de 2000 apresentou coeficientes significativos, indicando que, após o advento da LRF, o aumento das despesas de pessoal em

anos eleitorais passou a não mais exercer influência na escolha do eleitor. Assim, o resultado desta variável corrobora o estudo de Brender (2002), que demonstrou que a imposição de barreiras orçamentárias pode influenciar os governos locais, quando as regras gerais são determinadas pelos governos nacionais em relação aos governos locais e, assim, mitigar a efetividade dos ciclos políticos.

4.2.5 Receitas de transferências voluntárias

As variáveis *trvol_uniao* e *trvol_est* foram inseridas na análise para captar o efeito que uma maior representatividade das receitas municipais de transferências voluntárias (advindas da União e dos Estados) em relação às receitas totais poderia causar na efetividade dos ciclos políticos. Essas transferências são aquelas que estão sob a discricionariedade do gestor público, ou seja, independem de previsão legal e correspondem à entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional, legal ou os destinados ao Sistema Único de Saúde (BRASIL, 2010).

O efeito esperado seria o de que a elevação dessas transferências impactaria positivamente na probabilidade de recondução, uma vez que aumentaria os recursos à disposição dos governantes municipais e os mesmos poderiam sinalizar competência. No entanto, esta hipótese não foi confirmada nos modelos, contrariando os estudos de Arvate, Mendes e Rocha (2010) e Nakaguma e Bender (2010), ressaltando que este último foi realizado nos estados brasileiros e não nos municípios, indicando que este fato testado nos municípios se aplica a outras esferas federativas.

A variável *trvol_uniao* não foi incluída em nenhum dos modelos em razão da violação de pressupostos ou da observância à parcimônia do modelo, que implica na exclusão das variáveis que não têm potencial explicativo. Portanto, os resultados referentes à variável não serão apresentados nesta subseção.

A variável *trvol_est* mostrou-se significativa somente no modelo do ciclo eleitoral de 2000, e mesmo assim, apresentou um efeito pequeno e não-conclusivo, com um coeficiente próximo de 1. A Tabela 4.10 resume os resultados estatisticamente significativos encontrados para a variável *trvol_est* em todos os modelos observados.

Tabela 4.10 – Resumo dos resultados significativos da variável *trvol_est*.

Regressor:	Ano:	Todas as	Eleições	Eleições	Eleições
		eleições	de 2000	de 2004	de 2008
		(1997 a	(1997 a	(2001 a	(2005 a
		2008)	2000)	2004)	2008)
	<i>Pós-eleitoral</i>				
	<i>Intermediário</i>				
<i>trvol_est</i>	<i>Pré-eleitoral</i>				
	<i>Eleitoral</i>		0,990		
			(0,020)**		

Legenda: (***) coeficiente estatisticamente significativo a 1%; (**) coeficiente estatisticamente significativo a 5%; (*) coeficiente estatisticamente significativo a 10%. p-valor (*p-value*) entre parênteses. Coeficientes expressos em $\text{Exp}(\beta_k)$.

Os resultados talvez se devam ao fato de que a Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) impôs regras específicas sobre a concessão de transferências voluntárias entre as esferas federativas, tais como: i) a comprovação de que o ente se acha em dia quanto ao pagamento de tributos, empréstimos e financiamentos devidos ao ente transferidor, bem como quanto à prestação de contas de recursos anteriormente dele recebidos de outras esferas federativas; ii) o cumprimento dos limites constitucionais relativos à educação e à saúde; iii) a observância dos limites das dívidas consolidada e mobiliária, de operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, de inscrição em Restos a Pagar e de despesa total com pessoal; iv) a comprovação da previsão orçamentária de contrapartida; v) a vedação à utilização de recursos transferidos em finalidade diversa da pactuada pelos entes federativos; dentre outras.

Ante o exposto, os resultados referentes às receitas de transferências voluntárias, a exemplo das despesas de pessoal, também corroboram os achados de Brender (2002), acerca da redução da efetividade dos ciclos políticos em razão da imposição de barreiras orçamentárias do governos nacionais em relação aos governos locais.

4.2.6 Restos a pagar

A Tabela 4.11 resume os resultados estatisticamente significativos encontrados para as variáveis *sd_rpnproc* e *sd_rpproc*.

Tabela 4.11 – Resumo dos resultados significativos das variáveis *sd_rpnproc* e *sd_rpproc*.

Regressor:	Ano:	Todas as eleições (1997 a 2008)	Eleições de 2000 (1997 a 2000)	Eleições de 2004 (2001 a 2004)	Eleições de 2008 (2005 a 2008)
	<i>Pós-eleitoral</i>				
	<i>Intermediário</i>				
<i>sd_rpnproc</i>	<i>Pré-eleitoral</i>	0,976 (0,002)***			0,975 (0,060)*
	<i>Eleitoral</i>	1,027 (0,001)***		1,035 (0,060)*	1,037 (0,005)***
	<i>Pós-eleitoral</i>			1,012 (0,046)**	
	<i>Intermediário</i>				
<i>sd_rpproc</i>	<i>Pré-eleitoral</i>	0,989 (0,005)***			
	<i>Eleitoral</i>				

Legenda: (***) coeficiente estatisticamente significante a 1%; (**) coeficiente estatisticamente significante a 5%; (*) coeficiente estatisticamente significante a 10%. p-valor (*p-value*) entre parênteses. Coeficientes expressos em $\text{Exp}(\beta_k)$.

Os modelos apontam para o fato de que um montante maior de inscrição em restos a pagar não processados em anos eleitorais eleva a chance de recondução (variável *rp_nproc*). Este resultado se mostrou mais forte em relação ao modelo que engloba somente as eleições de 2008, em que, a uma significância de 1% e mantendo as demais variáveis constantes, a elevação desse montante em relação às despesas totais em um ponto percentual faz com que as chances de recondução se elevem em 3,7%. Em relação ao modelo que contempla todos os ciclos eleitorais, esse percentual foi de 2,7% (*p-valor* = 0,01) e no modelo do ciclo das eleições de 2004, 3,5% (*p-valor* = 0,06).

O resultado da variável *rp_nproc* está relacionado à assimetria informacional tratada por Rogoff e Sibert (1988) e Rogoff (1990) e que também foi abordada por Brender e Drazen (2005), Akhmedov e Zhuravskaya (2003) e Alt e Lassen (2006). O ponto central é a falta de

informações do eleitor, o qual não consegue visualizar as reais intenções dos governantes, as quais estão relacionadas à sua recondução ao poder.

O governo, ao inscrever um montante considerável de restos a pagar não processados pode estar tentando sinalizar a sua competência através da divulgação de determinadas despesas superavaliadas nas demonstrações contábeis em razão daquela prática e que, depois, em regra, serão canceladas no exercício seguinte (SILVA, 2007). Os eleitores, neste caso, apresentariam um comportamento do "eleitor típico" de Nordhaus (1989) que avalia o desempenho anterior do governante (*backward looking*).

Ainda em relação aos restos a pagar não-processados, o resultado foi condizente com os achados de Akhmedov e Zhuravskaya (2003), em que a efetividade do ciclo político decresce de acordo com a transparência governamental, com o nível da democracia regional e com a consciência dos eleitores. Assim, a elevação da probabilidade de reeleição em razão de um maior montante de restos a pagar em anos eleitorais confirmam que quanto menor a transparência nas demonstrações, tendo em vista que a grande maioria dos eleitores não sabe identificar esta prática nos demonstrativos, maior a chance de recondução.

A variável *rp_nproc* apresentou coeficientes estatisticamente significativos também em anos pré-eleitorais (modelo com todos os ciclos e no modelo do ciclo de 2008), indicando que a elevação da inscrição nesses anos reduz a probabilidade de recondução. Esse resultado se mostra contra-intuitivo, uma vez que a inscrição em restos a pagar não-processados deveria ser mais contundente nos anos pré-eleitorais, pois os demonstrativos contábeis são divulgados após o encerramento do exercício e, em anos eleitorais, a possível sinalização de competência só seria percebida na divulgação dos demonstrativos no ano seguinte (a não ser que sejam divulgados relatórios parciais).

Em relação aos restos a pagar processados, representados pela variável *rp_proc*, no modelo que abrange todos os ciclos eleitorais considerados, verifica-se que uma elevação em anos pré-eleitorais na ordem de 1% das despesas totais reduz a chance de recondução em 1,1%, mantendo-se as demais variáveis constantes. Este resultado pode ser explicado pelo fato de que a inscrição em restos a pagar processados, diferentemente dos não-processados (que em regra são cancelados no exercício seguinte), fazem com que haja um comprometimento do limite financeiro no exercício seguinte e, com isso, a atuação "oportunista" do governante fica limitada, impactando negativamente na probabilidade de

recondução. A variável também se mostrou significativa no modelo do ciclo eleitoral de 2004, contudo, o resultado mostrou-se não-conclusivo.

Acerca desta variável, é interessante notar que não foram obtidos coeficientes significativos em anos eleitorais. Este fato talvez se deva ao art. 42 da Lei Complementar nº 101/2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal, que determina a vedação ao titular de Poder ou órgão, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito. A Lei ainda estabelece que, na determinação da disponibilidade de caixa, serão considerados os encargos e despesas compromissadas a pagar até o final do exercício. Portanto, esses resultados também confirmam os estudos de Brender (2002) relativos ao fato de que a imposição de barreiras orçamentárias pode mitigar a efetividade dos ciclos políticos nos entes subnacionais.

4.2.7 Geração de caixa

A variável *ger_caixa* foi inserida nos modelos para evidenciar o comportamento das disponibilidades do ente federativo (geração ou consumo de caixa) durante o exercício e é expressa pelo quociente entre o saldo de disponibilidades ao final do exercício (numerador) e o saldo no início do mesmo exercício (denominador). As informações relativas à variação de disponibilidades constam do Balanço Financeiro dos municípios.

O consumo ou geração de caixa está intimamente ligado ao comportamento das receitas auferidas e das despesas orçamentárias incorridas durante o exercício. A elevação do caixa pode ser atribuída, principalmente, ao aumento da arrecadação de tributos e elevação do montante recebido das demais receitas correntes, à elevação das receitas de capital (operações de crédito) e/ou à diminuição dos gastos correntes e ações relativas a um ajuste fiscal.

Os resultados referentes à variável *ger_caixa* foram contundentes, mostrando coeficientes significativos em todos os modelos analisados e evidenciando que uma maior geração de caixa ocasiona um efeito de elevação na probabilidade de recondução em anos eleitorais e pós-eleitorais. A Tabela 4.12 resume os resultados estatisticamente

significativos encontrados para a variável *ger_caixa* em todos os modelos analisados.

Tabela 4.12 – Resumo dos resultados significativos da variável *ger_caixa*.

Regressor:	Ano:	Todas as eleições (1997 a 2008)	Eleições de 2000 (1997 a 2000)	Eleições de 2004 (2001 a 2004)	Eleições de 2008 (2005 a 2008)
<i>ger_caixa</i>	<i>Pós-eleitoral</i>	1,013 (0,000)***	1,013 (0,000)***	1,012 (0,000)***	1,021 (0,000)***
	<i>Intermediário</i>				
	<i>Pré-eleitoral</i>				
	<i>Eleitoral</i>	1,064 (0,000)***	1,065 (0,000)***	1,032 (0,015)**	1,092 (0,003)***

Legenda: (***) coeficiente estatisticamente significativa a 1%; (**) coeficiente estatisticamente significativa a 5%; (*) coeficiente estatisticamente significativa a 10%. p-valor (*p-value*) entre parênteses. Coeficientes expressos em $\text{Exp}(\beta_k)$.

No modelo com todos os ciclos eleitorais, a elevação em uma unidade do quociente entre as disponibilidades ao final do exercício em relação às do início, em anos eleitorais, faz com que a chance de recondução se eleve 6,4%. Já nos modelos que analisam os ciclos eleitorais em separado, o efeito mais significativo foi no ciclo das eleições de 2008, em que esse percentual chegou a 9,2%, ante 3,2% no ciclo das eleições de 2004 e 6,5% no das eleições de 2000.

Em relação ao fato de que a elevação do caixa em anos eleitorais influencia positivamente as chances de recondução, pode-se apontar como uma possível causa o aumento do endividamento (operações de crédito), oriundo do comportamento no sentido de sinalizar competência, ou seja, de realizar as despesas mais visíveis ao eleitorado.

Já em relação aos coeficientes relativos aos anos pós-eleitorais os efeitos são mais modestos. No modelo com todos os ciclos eleitorais, a elevação em uma unidade do quociente entre as disponibilidades ao final do exercício em relação às do início faz com que a chance de recondução se eleve 1,3%. Já nos modelos que analisam os ciclos eleitorais em separado, o efeito mais significativo foi no ciclo das eleições de 2008, em que esse percentual chegou a 2,1%, ante 1,2% no ciclo das eleições de 2004 e 1,3% no das eleições de 2000.

O fato de que a geração de caixa em anos pós-eleitorais impacta positivamente na recondução pode ser derivado de um impulso de ajuste

fiscal, por meio da redução de despesas e/ou do aumento das receitas correntes. Isto pode estar relacionado ao resultado obtido em relação ao ROC, que apontou que a elevação do excesso das receitas correntes sobre as despesas correntes em anos pós-eleitorais também elevam a chance de recondução (resultado significativo em três dos quatro modelos).

4.2.8 Resultado Financeiro do Balanço Patrimonial

A variável que representa o resultado financeiro apurado no balanço patrimonial (*res_fin*) é medida pelo excesso do ativo financeiro sobre o passivo financeiro. O governante pode elevar o resultado financeiro em anos pré-eleitorais para poder contar com créditos orçamentários adicionais em anos eleitorais, de forma a aumentar os gastos com visibilidade ao eleitor.

A Tabela 4.13 resume os resultados estatisticamente significativos encontrados para a variável *res_fin*.

Tabela 4.13 – Resumo dos resultados significativos da variável *res_fin*.

Regressor:	Ano:	Todas as eleições (1997 a 2008)	Eleições de 2000 (1997 a 2000)	Eleições de 2004 (2001 a 2004)	Eleições de 2008 (2005 a 2008)
	<i>Pós-eleitoral</i>				
<i>res_fin</i>	<i>Intermediário</i>			1,013 (0,041)**	1,013 (0,041)**
	<i>Pré-eleitoral</i>	1,007 (0,076)*	1,059 (0,015)**		1,012 (0,023)**
	<i>Eleitoral</i>				

Legenda: (***) coeficiente estatisticamente significativa a 1%; (**) coeficiente estatisticamente significativa a 5%; (*) coeficiente estatisticamente significativa a 10%. p-valor (*p-value*) entre parênteses. Coeficientes expressos em Exp(β_k).

A variável *res_fin* mostrou-se estatisticamente significativa em anos pré-eleitorais em três das quatro regressões realizadas, indicando que a elevação do resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial nesses anos eleva as chances de recondução. No entanto, os coeficientes

encontrados revelam um efeito modesto sobre as chances de recondução.

O modelo com todos os ciclos eleitorais demonstrou que um aumento do excesso do ativo financeiro sobre o passivo financeiro em anos pré-eleitorais, eleva as chances de recondução em 0,7% (p -valor = 0,076), esse percentual foi mais significativo no modelo do ciclo das eleições de 2000 (5,9%) e de 2008 (1,2%). Esse achado se alinha a Shi e Svensson (2006), indicando que os governantes podem estar manipulando os instrumentos de política fiscal à sua disposição com o intuito de incrementar a oferta de bens e serviços públicos antes das eleições, esperando que os eleitores associem esse incremento à sua competência administrativa.

No caso do resultado financeiro, o reduzido efeito evidenciado pelos coeficientes pode ser atribuído ao fato de que a manipulação dos gastos exige um maior domínio do governante em relação aos instrumentos de política orçamentária e fiscal, e a manipulação pode ser observada pelos eleitores somente com uma defasagem de tempo nos moldes do cenário de ciclos políticos de Shi e Svensson (2006), pois ocorre de maneira mais sutil, uma vez que as alterações significativas na política fiscal são realizadas nos anos pré-eleitorais com vistas a expandir os gastos em anos eleitorais.

Nos modelos que consideram cada um dos ciclos eleitorais, foi evidenciado que o aumento do valor da variável *res_fin* em uma unidade nos anos intermediários, faz com que as chances de recondução se elevem 1,3% no modelo do ciclo das eleições de 2004 e o mesmo percentual foi verificado no modelo do ciclo das eleições de 2008. Não foram encontrados resultados significativos da variável no modelo completo em relação aos anos intermediários.

A elevação do resultado financeiro em anos intermediários pode ser manipulada no sentido de permitir uma folga orçamentária também nos anos pré-eleitorais por meio dos créditos adicionais. Esta afirmação pode ser feita ao se analisar os resultados referentes à variável *desp_invest*, em relação à qual foi verificado que um aumento dos investimentos em anos pré-eleitorais, também eleva as chances de recondução.

É necessário enfatizar as interações dos resultados da variável *res_fin* com os coeficientes da variável *rp_nproc*, onde há indícios de que a folga orçamentária proporcionada pela elevação do resultado financeiro em anos pré-eleitorais, estaria relacionada à maior inscrição em restos a pagar não-processados nos anos eleitorais.

4.2.9 Dívida Ativa

A Tabela 4.14 resume os resultados estatisticamente significativos encontrados para a variável *div_ativa*.

Tabela 4.14 – Resumo dos resultados significativos da variável *div_ativa*.

Regressor:	Ano:	Todas as eleições (1997 a 2008)	Eleições de 2000 (1997 a 2000)	Eleições de 2004 (2001 a 2004)	Eleições de 2008 (2005 a 2008)
		<i>Pós-eleitoral</i>			
		<i>Intermediário</i>			
<i>div_ativa</i>	<i>Pré-eleitoral</i>	0,996 (0,020)**			
		<i>Eleitoral</i>			

Legenda: (***) coeficiente estatisticamente significante a 1%; (**) coeficiente estatisticamente significante a 5%; (*) coeficiente estatisticamente significante a 10%. p-valor (*p-value*) entre parênteses. Coeficientes expressos em $\text{Exp}(\beta_k)$.

A variável *div_ativa* mostrou-se estatisticamente significativa a 5% no modelo que abrange todos os ciclos eleitorais, interferindo negativamente na probabilidade de recondução. A elevação de um ponto percentual da arrecadação das receitas de Dívida Ativa em relação ao saldo da Dívida Ativa no balanço patrimonial (estoque da dívida ativa), em anos pré-eleitorais, reduz a chance de recondução em 0,4%. Verifica-se, portanto, que o efeito não é muito contundente.

É importante salientar que essa variável pode ser elevada por duas razões: a primeira seria uma redução do estoque a cobrar dos débitos inscritos por meio de remissões (perdões) ou outros fatores que ensejam o cancelamento da cobrança; já a segunda está relacionada aos incentivos direcionados aos devedores para pagamento de seus débitos (isenções e reduções de juros, multas e encargos) ou da própria atividade de cobrança administrativa ou judicial.

Oliveira e Carvalho (2009) encontraram evidências de que a arrecadação da Dívida Ativa reduz regularmente em anos eleitorais, o que implica dizer que o governante concede benefícios para pagamento ou perdão de débitos nos anos que antecedem as eleições. Os

coeficientes do presente estudo, contudo, demonstram que um maior ímpeto do governante em realizar a atividade de cobrança dos débitos inscritos em dívida ativa por meio de incentivos ou da atividade de cobrança supera um possível benefício eleitoral esperado no caso de remissões. Em outras palavras, o aumento da arrecadação influencia negativamente na escolha dos eleitores e suplanta o efeito das remissões.

No entanto, é necessário observar que os dados relativos à Dívida Ativa carecem de depuração, ou seja, muitos dos municípios considerados não fazem distinção entre a cobrança não-ajuizada e a cobrança com fulcro nos processos de Execuções Fiscais (cobranças ajuizadas), cujo julgamento cabe ao Poder Judiciário. No primeiro caso, a interferência por parte do governante na cobrança é facilitada, pois basta um ato do mesmo para conceder descontos de juros e multas ou até mesmo desacelerar o processo de cobrança. Já nos créditos de Dívida Ativa ajuizados, há a intermediação do Poder Judiciário, o que pode dificultar um pouco as intenções dos governantes no sentido de influenciar os eleitores com base nas atividades de cobrança.

Ainda em relação à depuração dos dados, para que os indicadores utilizados fornecessem melhores subsídios para análise, deveriam ser excluídos os débitos inscritos que são incobráveis ou de difícil recuperação, representados, por exemplo, por dívidas de empresas falidas ou em processo de falência ou de devedores falecidos que não possuíam bens a serem executados. Alguns municípios podem ter um montante maior dessas dívidas do que outros, o que pode distorcer os índices obtidos e, conseqüentemente, a significância estatística dos coeficientes.

5 CONCLUSÃO

No presente estudo houve a constatação de que, conforme esperado, o comportamento dos governantes é "oportunista", uma vez que eles se utilizam de artifícios de política fiscal voltados à elevação da probabilidade de reeleição e os eleitores são "típicos", ou seja, o foco principal reside no desempenho passado dos governantes e, conforme este desempenho, o eleitor premia o governante no pleito eleitoral. A assimetria informacional exerce uma influência significativa nos ciclos políticos presentes nos municípios brasileiros, fazendo com que os governantes se aproveitem de uma possível incapacidade do eleitor em antever comportamentos oportunistas.

Verifica-se que o objetivo geral desta pesquisa foi atingido, pois o estudo demonstrou de que forma os indicadores obtidos das demonstrações contábeis dos municípios brasileiros podem revelar a efetividade dos ciclos políticos na recondução de um governante e/ou de seus aliados políticos ao mesmo cargo no mandato seguinte. Em relação aos objetivos específicos, foram expostas as características esperadas dos indicadores obtidos das demonstrações contábeis à luz da teoria dos ciclos políticos e foram testados estatisticamente seus efeitos na probabilidade de recondução ou reeleição de um governante nos municípios brasileiros. Com isso, chegou-se à conclusão de que nem todas as variáveis analisadas exercem influência da probabilidade de recondução, mas as variáveis estatisticamente significativas apresentaram resultados que confirmaram pesquisas anteriores e as teorias expostas no referencial teórico.

O modelo logístico que considerou todos os períodos eleitorais e que alcançou o melhor ajuste nas predições da probabilidade de recondução indicou que os efeitos mais significativos foram os referentes: i) ao Resultado Orçamentário, em que uma elevação em anos eleitorais significa a redução da probabilidade de recondução; ii) ao Resultado Orçamentário Corrente, que ao se apresentar mais elevado em anos eleitorais impacta negativamente na probabilidade de recondução e; iii) à geração de caixa em anos eleitorais e pós-eleitorais, que ocasionam o efeito de elevação na probabilidade de recondução. Estes resultados e a grande maioria dos demais resultados da pesquisa confirmaram as hipóteses iniciais e encontraram respaldo na teoria e nos trabalhos empíricos progressos.

O objetivo específico de estimar a probabilidade de recondução em razão de alterações nas variáveis contábeis e orçamentárias foi

alcançado. O percentual de acerto de 74,5% nos casos de recondução, evidenciado pelo modelo com todos os períodos indica que, a cada 100 casos de recondução, as variáveis inseridas no modelo explicam cerca de 74 casos.

Assim, cabe resgatar a pergunta de pesquisa: De que forma as demonstrações contábeis dos municípios brasileiros podem revelar a efetividade dos ciclos políticos e, dessa forma, fornecer à sociedade importantes ferramentas de detecção de comportamentos “oportunistas” por parte dos governantes? As demonstrações contábeis dos municípios brasileiros contêm informações que exprimem o comportamento “oportunista” dos governantes, tanto pela questão de evidenciar a condução da política fiscal, como também pelo fato de que é através das demonstrações que os resultados são apresentados à sociedade. Ocorre que, muitas vezes, o cidadão não compreende as informações geradas pela Contabilidade, o que agrava a assimetria informacional e, por conseguinte, os conflitos de agência. Os resultados, portanto, podem ser utilizados para elevar a compreensão dos eleitores acerca das ações dos gestores públicos que possam conter intenções diversas do alcance do bem-estar da sociedade e, com isso, fazer com que haja uma postura “racional” e com visão de futuro por parte dos eleitores.

Acerca dos resultados apresentados, cabe aqui ressaltar um importante questionamento colocado por Oliveira (2008, p. 75) em seu trabalho: “existirá o *political accounting cycle*?”, ou seja, deve-se assumir que existem os ciclos político-contábeis? Diante do arcabouço teórico, dos estudos empíricos apresentados e dos resultados desta pesquisa, há a necessidade de reafirmar esse entendimento, uma vez que o estudo da interação entre a informação contábil, a governança e os ciclos políticos deveriam constituir uma linha de pesquisa específica. É assumido que podem existir outras alternativas de indução da escolha do eleitor além daquelas que ocorrem através da manipulação dos gastos públicos, como, por exemplo, a manipulação de indicadores evidenciados pelos demonstrativos contábeis ou até mesmo da própria informação contábil constante das demonstrações.

Dentre as sugestões para a realização de trabalhos futuros e para a continuidade desta pesquisa, destaca-se a consideração, nas regressões logísticas, de efeitos fixos, ou seja, considerar que determinados fatores explicativos são constantes no tempo e, assim, deve-se removê-los da equação logística. Com esse procedimento, pode-se aumentar o poder explicativo das variáveis contábeis na recondução.

Outra sugestão de estudos futuros consiste em diferenciar os efeitos das variáveis contábeis na reeleição do mesmo governante, ao

invés de considerar também a eleição de seu aliado político. Com isso, espera-se verificar se há alguma motivação de ordem pessoal no comportamento "oportunista" dos governantes.

REFERÊNCIAS

- ABOODY, D.; KAZNIK, R.. CEO stock option awards and the timing of corporate voluntary disclosures. *J. Acc. Econ.* , v. 29, n.1, pp. 73–100, 2000.
- AKDERE, Mesut; AZEVEDO, Ross E.. Agency Theory implications for efficient contracts in organization development. *Organization development journal*, Chesterland, v.24, n. 2, pp. 43-54, 2006.
- AKHMEDOV, A.; ZHURAVSKAYA, E. Opportunistic political cycles: test in young democracy setting. *Quarterly Journal of Economics*, v. 119, n. 4, pp. 1301-1338, 2003.
- ALESINA, A. Macroeconomic policy in a two-party system as a repeated game. *Quarterly Journal of Economics*, v. 102, pp. 651-678, 1987.
- ALESINA, A. ROUBINI, N., COHEN, G. Political cycles and the macroeconomy. Cambridge, Mass. and London: MIT Press, 1997.
- ALT, J. E.; D. D. LASSEN. Transparency, Political Polarization, and Political Budget Cycles in OECD Countries. *American Journal of Political Science*, v. 50, n.3, pp.530–550, 2006.
- ALT, J.E., LASSEN, D.D., ROSE, S. The Causes of Fiscal Transparency: evidence from the american states. EPRU Working Paper Series, University of Copenhagen, 2006.
- ARVATE, P.R., MENDES, M. e ROCHA, A. Are Voters Fiscal Conservatives? Evidence from Brazilian Municipal Elections. *Est. econ.*, São Paulo, v. 40, n. 1, pp. 67-101, jan-mar, 2010.
- BARRO, R. On the Determination of Public Debt. *Journal of Political Economy*, v. 87, pp. 840-871, 1979.
- BELO, Neuza Maria; BRASIL, Haroldo G. Assimetria informacional e eficiência semiforte do mercado. *Revista de Administração de Empresas*, Belo Horizonte, vol.46, pp.48-57, 2006.

BITTENCOURT, J. L.; HILLBRECHT, R. Ciclo político na economia brasileira: um teste para a execução orçamentária dos governos estaduais – 1983/2000. In: XXXI Encontro Nacional de Economia, 2003, Porto Seguro. Anais... Anpec, 2003. CD-ROM.

BLAIS, A. and NADEAU, R. The electoral budget cycle. *Public Choice*, v. 74, pp. 389–404, 1991.

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. Manual de contabilidade aplicada ao setor público: aplicado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios. 3. ed. – Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional, Coordenação-Geral de Contabilidade, 2010.

_____. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Ministério da Educação. On Line. <www.capes.gov.br>. Acesso em 02/03/2011.

BRENDER, Adi. The effect of fiscal performance on local government election results in Israel: 1989-1998. *Journal of Public Economics*, v. 87, pp. 9-10, 2002.

BRENDER, Adi; DRAZEN, Allan. Political budget cycles in new versus established democracies . *Journal of Monetary Economics*, vol. 52, n. 7, p. 1271-1295, out., 2005.

BRENDER, A., DRAZEN, A. How do budget deficits and economic growth affect reelection prospects? Evidence from a large panel of countries. *American Economic Review*, v. 98, pp. 2203–2220, 2008.

BUCHANAN, James M.; TULLOCK, Gordon. *The Calculus of Consent: Logical Foundations of Constitutional Democracy*. 1962. Library of Economics and Liberty. Disponível em: <<http://www.econlib.org/library/Buchanan/buchCv3c0.html>>. Acesso em 23 dez 2009.

CANÇADO, P. L; ARAUJO JR, A. F. Economics and Politics: o que determina as chances de reeleição em municípios? O caso das eleições municipais de Minas Gerais – 2000. Ibmecc MG Working Paper – WP26, 2004.

- CERVO, Amado L. e BERVIAN, Pedro A. Metodologia Científica : para uso dos estudantes universitários. 3.ed. São Paulo : McGraw-Hill do Brasil, 1983.
- CHEIBUB, J.A. PRZEWORSKI, A. Democracia, Eleições e Responsabilidade Política. Rev. bras. Ci. Soc., vol. 12, n. 35, São Paulo, fev., 1997.
- COLLIS, Jill , HUSSEY, Roger. Pesquisa em Administração. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.
- CORRAR, Luiz; PAULO, Edilson; DIAS FILHO, José Maria. Análise Multivariada. São Paulo: Atlas, 2009.
- COSSIO, F.A.B. O comportamento fiscal dos estados brasileiros e seus determinantes políticos. Economia, vol.2, n.1, pp.207-258, 2001.
- COSTA, Saulo F. Gastos Públicos Sociais e Mudança Governamental: a experiência brasileira recente. 2009. 77 f. Monografia - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.
- DRAZEN, A. ESLAVA, M. Electoral manipulation via voter-friendly spending: theory and evidence. Journal of Development Economics, v. 92, pp. 39–52, 2010.
- ENSSLIN, L.; ENSSLIN, S.R. Notas de aula da disciplina EPS 6325 - Pesquisa Direta. Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Santa Catarina. Mimeo: Florianópolis, 2010.
- FÁVERO, L.P.L.. CHAN, B. ; SILVA, F. L. Análise de dados: modelagem multivariada para a tomada de decisões.; São Paulo: Campus, 2009.
- FEREJOHN, J. Incumbent Performance and Electoral Control, Public Choice, v. 50, n.1-3, pp. 5-25, 1986.
- FERREIRA, I. F. S.. Eleições e Política Fiscal: o papel das transferências voluntárias intergovernamentais, da competência administrativa e do endividamento nos ciclos político-orçamentários.

2006. 147 f. Tese (Doutorado em Economia) - Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade de Brasília, Brasília, 2006.
- FERREIRA, I.F.S; BUGARIN, M.S. Transferências Voluntárias e Ciclo Político-Orçamentário no Federalismo Fiscal Brasileiro. *Revista Brasileira de Economia*, v. 61, n.3, pp. 271-300, Rio de Janeiro, jul-set, 2007.
- FIALHO, T. M. M. Testando a evidência de ciclos políticos no Brasil. *Revista Brasileira de Economia*. v. 51, n.3, pp. 379-389, 1997.
- GALLI, E. ROSSI, E. P.S. Political budget cycles: The case of the Western German Länder. *Public Choice*, v. 110, pp. 283-303, 2002.
- GIAMBIAGI, Fabio; ALÉM, Ana Cláudia. *Finanças Públicas: Teoria e Prática no Brasil*. 3.ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2008.
- GIL, Antônio Carlos. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- GOOGLE. Google Acadêmico (*Google Scholar*). On Line. <www.scholar.google.com.br>. Acesso em 12/12/2010.
- HAIR, J.; ANDERSON, R. E. TATHAM, R. L., BLACK, W. C. *Análise Multivariada de Dados*. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.
- HEINE, Klaus; MAUSE, Karsten. Policy Advice as an Investment Problem. *KYKLOS*, v. 57, n.3, pp. 403-428, 2004.
- HIBBS, D. A. Political parties and macroeconomic policy. *American Political Science Review*: v. 71, pp. 1467-1487, dez., 1977.
- HOSMER, David W.; LEMESHOW, Stanley. *Applied Logistic Regression*. 2. ed. E.U.A: Wiley Series in Probability and Statistics, 2000.
- HOU, Y. L.; SMITH, D. L. Do state balanced budget requirements matter? Testing two explanatory frameworks. *Public Choice*, v. 145, pp. 57-79, 2009.

KLEIN, F.A. Reelection incentives and political budget cycle: evidence from Brazil. *RAP*, vol. 44, n.2, pp. 283-337, Rio de Janeiro, mar-abr, 2010.

KNEEBONE, R., MCKENZIE, K.. Electoral and partisan cycles in fiscal policy: an examination of Canadian provinces. *International Tax and Public Finance*, v. 8, pp. 753-774, 2001.

LEVINE, David M. STEPHAN, D., KREHBIEL, T.C., BERENSON, M.L. *Estatística: teoria e aplicações*. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

MARTINS, Gilberto de A. *Estudo de Caso: uma estratégia de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2006.

MOONITZ, Maurice. Accounting Research nº 1: The basic postulates of accounting. *The Accounting Review*, v. 37, n. 3, pp. 602-605, jul, 1962.

NAKAGUMA, M. Y.; BENDER, S.. A emenda da reeleição e a Lei de Responsabilidade Fiscal: impactos sobre ciclos políticos e performance fiscal dos Estados (1986-2002). *Economia Aplicada*. v.10, n.3, jul-set, 2006.

NAKAGUMA, M. Y.; BENDER, S.. Ciclos Políticos e Resultados Eleitorais: um estudo sobre o comportamento do eleitor brasileiro. *RBE*, v. 64, n. 1, pp. 3-24, Rio de Janeiro, jan-mar, 2010.

NIYAMA, J. K.; GOMES, A. L. O. Contribuição ao aperfeiçoamento dos procedimentos de evidenciação contábil aplicáveis às demonstrações financeiras de bancos e instituições assemelhadas. In: *CONGRESSO BRASILEIRO DE CONTABILIDADE*, 1996, Brasília. Anais... Brasília, 1996. CDROM.

NIYAMA, Jorge K.; SILVA, César A. T. *Teoria da Contabilidade*. São Paulo: Atlas, 2008.

NORDHAUS, W. D.. The Political Business Cycle. *Review of Economic Studies*, vol. 42, n. 2, pp. 169-190, 1975.

NORDHAUS, W. D. Alternative approaches to the political business-cycle. *Brookings Papers on Economic Activity*, v.2, p. 1-68, 1989.

OLIVEIRA, K.V. Os ciclos políticos: uma análise empírica fiscal e contábil para os municípios do estado do Rio de Janeiro – 1998/2006. 2008. 114 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Faculdade de Administração e Finanças, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

OLIVEIRA, K.V., CARVALHO, F.A.A. A contabilidade governamental e o calendário eleitoral: uma análise empírica sobre um painel de municípios do Rio de Janeiro no período 1998 - 2006. RCO, v.3, n.5, São Paulo, abr., 2009.

PEREIRA, Paulo T. A Teoria da Escolha Pública (public choice): uma abordagem neo-liberal? *Análise Social*, v. 32, n.141, pp. 419-442, 1997.

PERSSON, T; TABELLINI, G. Macroeconomic policy, credibility, and politics: Harwood Academic Publishers, 1990.

RICHARDSON, Roberto J. Pesquisa Social: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1999.

ROGOFF, K. Equilibrium political budget cycles. *American Economic Review*, v. 80, pp. 21–36, 1990.

ROGOFF, K.; SIBERT, A. Election and macroeconomic cycles. *Review of Economics Studies*, v. 55, pp. 1–16, 1988.

SAKURAI, S.N. Testando a Hipótese de Ciclos Eleitorais Racionais nas Eleições dos Municípios Paulistas. *Estud. Econ.* vol.35, n.2, São Paulo, abr-jun, 2005.

SAKURAI, S.N. Ciclos Políticos nas Funções Orçamentárias dos Municípios Brasileiros: Uma Análise para o Período 1990 – 2005 via Dados em Painel. *Est. econ.*, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 39-58, jan-mar, 2009.

SAKURAI, S. N.; GREMAUD, A.P. Political business cycles: evidências empíricas para os municípios paulistas (1989 – 2001). *Econ. Apl.*, v.11, n.1, Ribeirão Preto, jan-mar, 2007.

SAKURAI, S.N.; MENEZES-FILHO, N.A. Fiscal policy and reelection in Brazilian municipalities. *Public Choice*, v. 137, p. 301-314, 2008.

SAKURAI, S.N.; MENEZES-FILHO, N.A. Opportunistic and Partisan Election Cycles in Brazil: New Evidence at the Municipal Level, Insuper Working Paper (WPE: 208/2010), 2010.

SANTOS FILHO, M.R.; DIAS FILHO, J.M.; FERNANDES, G.B. Evidenciação e Passivos no setor público: o problema dos restos a pagar e das despesas de exercícios anteriores. In: XVI CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS. Fortaleza, CE. Anais...ABC, 2009. CD-ROM.

SCHUKNECHT, L. Fiscal Policy Cycles and public expenditure in Developing Countries. *Public Choice*. v. 102, pp. 115–130, 2000.

SHI, M., SVENSSON, J.,. Political budget cycles: do they differ across countries and why? *Journal of Public Economics*. v.90, pp. 1367–1389, 2006.

SILVA, M. C. Uma abordagem dos reflexos contábeis decorrentes do cancelamento das despesas públicas dos restos a pagar da união (1999 – 2003). *R. Cont. Fin.*, n. 43, pp. 73 - 83, São Paulo, jan-abr, 2007.

SILVA, Marcos F. G. da. Políticas de Governo e Planejamento Estratégico como Problemas de Escolha Pública II. *RAE*, v.36, n.4, p. 38-50, out, 1996.

SLOMSKI, V.; MELLO, G.; TAVARES FILHO, F.; MACÊDO, F.. Governança Corporativa e Governança na Gestão Pública. São Paulo: Atlas, 2008.

TASCA, J.E., ENSSLIN, L., ENSSLIN, S.R., ALVES, B. An approach for selecting a theoretical framework for the evaluation of training programs. *Journal of European Industrial Training*. v. 34, n. 7, pp. 631-655, 2010.

VERGNE, C. Democracy, elections and allocation of public expenditures in developing countries. *European Journal of Political Economy*. v. 25, n. 1, p. 63-77, 2009.

WOOLDRIDGE, J. Introdução à Econometria: uma abordagem moderna. Tradução: Rogério César de Souza. São Paulo: CENGAGE Learning, 2006.

YIN, Robert K. Estudo de Caso: planejamento e métodos. 3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.